

O Ensino do Português

Maria do Carmo Vieira



Economia Portuguesa,

AS ÚLTIMAS DÉCADAS,

Luciano Amaral



Portugal: OS Números

Maria João Valente Rosa e Paulo Chitas



Justiça Fiscal

J. L. Saldanha Sanches



Difícil é Educa-los

David Justino



Autoridade

Miguel Morgado



Propriedade Privada:

ENTRE O PRIVILEGIO E O ABANDONO

Miguel Nogueira de Brito



Portugal e o Mar

Tiago Pitta e Cunha



Sondagens, Eleições e Opinião Pública

Pedro Magalhães



A Televisão e o Serviço Público

Eduardo Cunha Torres



Os Atrasos da Justiça

Conceição Gomes



A Morte

Maria Filomena Mónica



Ensaio Republicano

Fernando Catroga



O Governo da Justiça

Núrio Garoupa



Matemática em Portugal

Uma Questão de Educação

Jorge Buescu



O Ensino da História

Gabriel Mithá Ribeiro



FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Portugal, Portugueses:

Uma Identidade Nacional

José Manuel Sobral



A Crise, a Família e a Crise da Família

Mónica Leal da Silva



Os Investimentos Públicos em Portugal

Alfredo Mariano Pereira



Parcerias Público-Privadas

Joaquim Miranda Sarmiento



Portugal e a Europa: os Números

Maria João Valente Rosa e Paulo Chitas



A Identidade Cultural Europeia

Vasco Graça Moura



Educação e Liberdade de Escolha

Paulo Guinote



Sons e Silêncios da Paisagem Sonora Portuguesa

Carlos Alberto Augusto



Migrações e Cidadania

Gorgalva Santana Matias



O Cancro

Manuel Sobrinho Simões



A Sociedade Civil

Tiago Ferrandes



Confiança nas Instituições Políticas

Ana Maria Belchior



Ética com Razões

Pedro Galvão



Crianças e Famílias num Portugal em Mudança

Mário Coelheiro



Adolescentes

Maria do Céu Machado



Política Externa Portuguesa

Tiago Moreira de Sá



O Dinheiro

Mário Coutinho dos Santos



Rússia e Europa: uma parte do todo

José Milhazes



Portugal e o Espaço

Manuel Paiva



Política e Entretenimento

Jose Santami Pereira



O Futuro da União Europeia

Eugénia da Conceição



25

Relatório Anual

Filosofia em
Directo

Desidério Murecho



Segurança
Social

O FUTURO HIPOTECADO

Fernando Ribeiro Mendes



A Ciência em
Portugal

Carlos Piolinhas



Economia,
Moral e Política

Vitor Bento



Discriminação
da Terceira
Idade

Sibila Marques



Corrupção

Luís de Sousa



Liberdade
e Informação

José Manuel Fernandes



A Nova
Medicina

João Lobo Antunes



A Classe
Média:

Ascensão e Declínio



Portugal:
Dívida Pública
e Déficit Democrático

Paulo Trigo Pereira



Forças Armadas
em Portugal

J. Lourenço dos Santos



O
Envelhecimento
da Sociedade
Portuguesa

Maria João Vilela-Ribeiro



O Trabalho,
Uma Visão de Mercado

Mário Cereino



O Futuro do
Estado Social

Filipe Carneira da Silva



Pela Sua Saúde

Pedro Pina Barros



A Liberdade de
Expressão em
Tribunal

Francisco Teixeira da Mota



Sobre a Morte
e o Morrer

Walter Osswald



A Sexualidade
dos Portugueses

Sofia Alcoba



Economia
Paralela

Nuno Gonçalves



1,4 milhões de ensaios nas mãos dos portugueses

Em 2025, a coleção de Ensaios da Fundação completou 15 anos de existência. Com a missão de levar ao grande público textos de qualidade, escritos por autores independentes que dão a sua opinião fundamentada sobre temas da realidade nacional, esta coleção conta já com 153 ensaios editados sobre os mais diversos temas. Na história desta coleção, que começou em 2010, incluem-se 2 livros traduzidos para outros idiomas, 2 livros premiados e mais de 6400 citações dos Ensaios da Fundação em trabalhos académicos. Livros leves, opiniões de peso.

O Futuro
da Floresta
em Portugal

João Santos Pereira



Os Portugueses
e o Mundo

Raquel Vaz-Pinto



Pseudociência

David Marçal



A Agricultura
Portuguesa

Francisco Avillez



O Parlamento
Português

Jorge Fernandes



Portugal
e o Atlântico

Bernardo Pires de Lima



Turismo
em Portugal

Vera Gouveia Barros



A democracia
na Europa

Catherine Moury



Pessoas
com deficiência
em Portugal

Fernando Fontes



Ambiente
em Portugal

Sofia Guedes Vaz



O Valor
do Arte

José Carlos Pereira




FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

25

Relatório
Anual



15 anos a contar a vida de todos nós

24 de fevereiro de 2025

A Pordata celebrou 15 anos com um jantar no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, no qual estiveram presentes cerca de 150 convidados. Sob o lema «15 anos a contar a vida de todos nós», este evento reuniu representantes das principais fontes de estatísticas oficiais, as equipas que construíram e desenvolveram a Pordata e os órgãos sociais da Fundação. Os discursos de Luísa Loura, Gonçalo Saraiva Matias e José Soares dos Santos recordaram a história da Pordata e reforçaram a sua importância como um instrumento de transparência e de acesso ao conhecimento, algo que ficou também patente no vídeo comemorativo exibido antes do jantar. A noite terminou com um memorável concerto de Cuca Roseta.

A FUNDAÇÃO EM NÚMEROS


FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS



Estudos



2

Estudos

2

Barómetros

6

Policy Papers



36

Candidaturas analisadas

31 nacionais
5 internacionais

Pordata



+3%

Utilizadores

vs 2024



+14%

Sessões

vs 2024



8

Press Releases

Publicações



27

Livros editados

Eventos e Comunicação



90M

Audiência total das atividades da Fundação (+33% vs. 2024)



345

Conteúdos disponibilizados nos canais da Fundação

não é assim tão **simpleS.**

12

Programas, 2 ao vivo



PERTINENTE

+3%

(vs. 2023)



60

Participantes na Escola de Verão

Digital



511m

Seguidores nas redes sociais (+9% vs. 2024)



24M

Visualizações no canal YouTube da Fundação (+776% vs. 2024)



36m

Subscritores da *newsletter* (+7% vs. 2024)

Índice

ATIVIDADE

1. Introdução **11**
2. Órgãos Sociais **13**
3. Participação no Centro Português de Fundações **15**
4. Gestão Operacional **15**
5. Estudos **17**
6. Publicações **25**
7. Pordata **31**
8. Comunicação e Eventos da Fundação **37**
9. Área Digital **45**
10. A Fundação e os *Media* **48**
11. Relatório Financeiro do Exercício de 2025 **54**
12. Perspetivas para 2026 **55**

CONTAS

1. Balanço **60**
 2. Demonstração dos Resultados por Naturezas **61**
 3. Demonstração dos Fluxos de Caixa (método direto) **62**
 4. Anexo **63**
- Certificação Legal das Contas **81**
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal **83**

ANEXOS

| | |
|---|------------|
| Anexo I | |
| Carta de Princípios | 87 |
| Anexo II | |
| Estatutos | 88 |
| Anexo III | |
| Declaração de Princípios e Código de Boas Práticas | 96 |
| Anexo IV | |
| Declaração de Utilidade Pública de 2010 e Ratificação de 2023 | 106 |
| Anexo V | |
| Despacho de Autorização de Alteração Estatutária | 108 |
| Anexo VI | |
| Despacho de Isenção de IRC | 109 |
| Anexo VII | |
| Organigrama da Fundação a 31/12/2025 | 110 |
| Anexo VIII | |
| Procedimentos para a Avaliação de Atividades da Fundação | 111 |
| Anexo IX | |
| Protocolos e Parcerias em Vigor a 31/12/2025 | 112 |
| Anexo X | |
| Órgãos Sociais da Fundação a 31/12/2025 | 117 |
| Anexo XI | |
| Lista de Estudos da Fundação | 118 |
| Anexo XII | |
| Lista dos Ensaio da Fundação, 2010-2025 | 126 |
| Anexo XIII | |
| Lista dos Retratos da Fundação, 2014-2025 | 132 |
| Anexo XIV | |
| Lista de Outros Livros da Fundação, 2014-2025 | 136 |
| Anexo XV | |
| A Equipa da Fundação em 2025 | 139 |



Inteligência artificial não é assim tão simples


24 de fevereiro de 2025

A primeira edição ao vivo do programa «Isto não é assim tão simples», em 2025, teve como protagonista Neil Lawrence. O professor catedrático da Universidade de Cambridge falou sobre os desafios da relação entre humanos e máquinas perante uma plateia de mais de 800 pessoas, no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa. À entrevista «Inteligência artificial não é assim tão simples», seguiu-se um debate entre o autor e Bernardo Caldas, especialista em inteligência artificial, moderado por Marta Dhanis.

ATIVIDADE

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS





Promover o estudo, estimular o debate e partilhar conhecimento fidedigno, sempre com independência, rigor e transparência.

1. Introdução

O ano de 2025 ficou marcado pelo agravamento de tensões mundiais, da instabilidade e da incerteza. O mundo assistiu ao prolongamento de guerras, parte das quais às portas da Europa, ao aumento de populismos e da desinformação, e a crescentes ameaças à democracia, ao direito internacional e à ciência. Neste contexto — marcado também pelos efeitos da crise climática e pela aceleração tecnológica — a missão da Fundação torna-se ainda mais essencial: promover o estudo, estimular o debate e partilhar conhecimento fidedigno, sempre com independência, rigor e transparência.

Na área científica, este ano, a Fundação, divulgou estudos sobre abstenção eleitoral, políticas públicas, demografia, rendimentos e pobreza, os quais traçam um retrato profundo do país e apontam soluções para os seus principais desafios. Foi lançado um *policy paper* sobre os impactos da automação e da inteligência artificial no mercado de trabalho e outro com recomendações estratégicas para a expansão do ensino profissional. Deu ainda a conhecer os resultados dos barómetros do poder local e do turismo.

A nível internacional, difundiram-se quatro *policy papers* sobre a transição energética na Europa, realizados em parceria com a Brookings Institution, tendo-se organizado dois eventos nos Estados Unidos da América, em Boston e em Washington D.C., para aprofundamento das suas conclusões. A Fundação marcou presença nas conferências anuais da Philea, em Lisboa, e da Concordia, em Londres e Nova Iorque. Nesta última, a Fundação organizou uma mesa-redonda sobre a polarização dos jovens nas democracias ocidentais, a qual contou com a participação de várias instituições. Foram ainda levados a cabo os primeiros inquéritos Eupinions em Portugal, numa parceria com a Fundação Bertelsmann.

A Pordata assinalou o seu 15.º aniversário, reunindo as principais entidades parceiras. Por ocasião das eleições autárquicas, lançou a nova área de «Retratos dos Municípios», com informação-chave de cada

um dos 308 concelhos do país. Fez, também, um diagnóstico do novo portal e implementou um plano de ação com vista ao melhoramento de funcionalidades, à disponibilização de novos conteúdos e ao reforço do posicionamento deste relevante projeto da Fundação.

Nas publicações, e sendo já mais de dois milhões os exemplares de livros da Fundação nas mãos dos portugueses, promoveram-se debates em torno dos 27 livros publicados em 2025, entre ensaios, retratos e outras publicações. Lançou-se uma obra comemorativa dos 15 anos dos «Ensaio da Fundação» — *Livros Leves, Opiniões de Peso* —, que reúne um conjunto de textos originais dos autores da coleção sobre temas como a democracia, a política externa, a defesa, a justiça, o ambiente, a energia ou a inteligência artificial.

Reforçar a sociedade civil e defender a democracia, através do conhecimento, do diálogo aberto e da cidadania ativa.

Na programação, o *videocast* «Isto não é assim tão simples» contou com entrevistas a 12 peritos internacionais em temas fundamentais da atualidade, como inteligência artificial, genética, biotecnologia, exploração espacial, geografia, globalização, inflação e produtividade. As conversas semanais do *podcast* «[IN]Pertinente» incidiram sobre assuntos tão diversos como teoria política, literacia financeira, saúde mental, oncologia, habitação e religião.

Por forma a encerrar o ciclo de reflexão sobre a evolução do país nas cinco décadas de democracia, tiveram lugar duas conferências, no Porto e em Aveiro; a exposição itinerante da Pordata, com infografias sobre este importante período histórico, passou por várias cidades portuguesas — entre as quais Peniche, onde se realizou a 7.^a edição da Escola de Verão da Fundação, com 60 alunos de todo o país, que ao longo de uma semana aprofundaram e debateram os desafios da inteligência artificial.

Nas parcerias da Fundação com órgãos de comunicação social, incluíram-se, entre outros, a publicação periódica de artigos da *Foreign Policy* no *site* da Fundação; com a RTP, a produção do documentário *Diploma de Saída* e a divulgação dos «Retratos dos Municípios»; a rubrica da Fundação no *videocast* «Bom Partido»; o *podcast* «Da Capa à Contracapa», com a Rádio Renascença; os programas *Como Resolver?*, na CNN, no âmbito dos quais se incluiu uma série de entrevistas aos nossos autores no programa *Dois à 10*, na TVI; o *podcast* «Eu posso ser...», com o Observador, feito a partir da coleção

da Fundação sobre saúde mental; e «Desconectados», um conjunto de ensaios e reportagens, desenvolvidos com a SIC e o *Expresso*, sobre como o uso excessivo de ecrãs tem redefinido as relações sociais.

Ao longo do ano, os órgãos sociais e a equipa definiram novos indicadores para aferir o impacto da Fundação. Nesse âmbito, lançaram-se as bases para a realização de um inquérito a *stakeholders* e de *focus groups*, passando-se a analisar as menções aos projetos da Fundação nas sessões da Assembleia da República, nas teses académicas e nos manuais escolares, bem como a quantificar as impressões dos nossos conteúdos em motores de busca e as entradas nos *sites* da Fundação por via dos *chats* de inteligência artificial generativa.

Os resultados dos inquéritos de notoriedade à população demonstram que a Fundação é cada vez mais reconhecida pela sociedade portuguesa. É hoje a terceira Fundação mais recordada, tendo alcançado uma notoriedade espontânea de 22% em dois dos três inquéritos do ano — a mais alta de sempre. Neste indicador, fecha 2025 com uma média de 20%, o que representa um crescimento de 2 p.p. face a 2024 e de 5 p.p. face a 2023. A Fundação evoluiu também na notoriedade sugerida, de 46% para 47%, 1 p.p. acima de 2024, o valor mais elevado dos últimos três anos.

Em 2025, a equipa da Fundação contribuiu com o seu trabalho para reforçar a sociedade civil e defender a democracia, através do conhecimento, do diálogo aberto e da cidadania ativa. Com o aumento da visibilidade e do impacto da atividade da Fundação, tendo presente o atual contexto mundial e nacional, 2026 começará com uma responsabilidade acrescida e com a certeza de que a Fundação continuará a trabalhar diariamente para o cumprimento da sua missão.

2. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da Fundação Francisco Manuel dos Santos são compostos pelo Conselho de Curadores, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Comissão de Vencimentos e a Comissão Executiva, sendo fundamental o seu contributo para o cumprimento da missão e dos objetivos da Fundação.

Em junho de 2025, Gonçalo Saraiva Matias cessou as suas funções de presidente do Conselho de Administração, com a sua nomeação para ministro-adjunto e da Reforma do Estado, sucedendo-lhe, em novembro, Fátima Barros, membro do Conselho de Curadores até então. Entre junho

e outubro, a presidência foi assegurada interinamente por Teresa Mourão-Ferreira, diretora-geral e administradora executiva da Fundação.

A constituição dos órgãos da Fundação é a seguinte:

- **Conselho de Curadores** — José Soares dos Santos (Presidente), Alda Carvalho, António Lobo Xavier, Jaime Gama, Luís Amado, Maria Manuel Mota, Nuno Garoupa, Ricardo Reis
- **Conselho de Administração** — Fátima Barros (Presidente), António Araújo, Inês Soares dos Santos Canas, Luísa Loura, Teresa Mourão-Ferreira
- **Conselho Fiscal** — Henrique Soares dos Santos (Presidente), Paula Prado, EY (representada por Pedro Marques)
- **Comissão de Vencimentos** — José Soares dos Santos (Presidente), António Lobo Xavier, Luís Amado
- **Comissão Executiva** — Fátima Barros (Presidente), António Araújo, Luísa Loura, Teresa Mourão-Ferreira

Ao longo do ano, a Comissão Executiva reuniu-se, por norma, semanalmente, tendo assegurado que os órgãos sociais se encontravam informados acerca da atividade da Fundação. A estes, tal como aos membros da sociedade instituidora, manteve-se o envio mensal da *newsletter* da Fundação, um documento que, de forma sucinta e elucidativa, resume o que a Fundação concretizou em cada mês e uma sugestão dos eventos que organiza no mês seguinte. A *newsletter* foi regularmente enviada com o relatório financeiro mensal, preparado por José Quinta (assessor financeiro).

Os contributos do Conselho Fiscal e do auditor externo foram, tal como tem sido regra desde 2009, essenciais para o escrutínio da atividade da Fundação, assegurando uma total transparência financeira e contabilística.

De igual modo, a Fundação mantém um diálogo permanente com a Presidência do Conselho de Ministros, que desempenha legalmente as funções de órgão de supervisão do setor fundacional português, cumprindo rigorosamente as normas e os preceitos legais que, com essa finalidade, têm vindo a ser aprovados.

3. Participação no Centro Português de Fundações

No ano de 2025, a Fundação Francisco Manuel dos Santos manteve, através do seu administrador executivo António Araújo, uma participação ativa na Direção do Centro Português de Fundações (CPF), no âmbito da qual foram levadas a cabo diversas iniciativas nacionais e internacionais de defesa e promoção do setor fundacional português, algumas das quais contaram com o apoio de João Tiago Gaspar. No âmbito da atividade do CPF, destaca-se a sua participação no processo tendente a uma eventual revisão da Lei-Quadro das Fundações.

4. Gestão Operacional

Em 2025, a equipa operacional da Fundação foi liderada pela administradora executiva Teresa Mourão-Ferreira. A gestão corrente, como tem sido prática, foi delineada pela Comissão Executiva, contando assim com o contributo dos demais membros deste órgão, que dirigem a área científica, a área de publicações e a Pordata.

Na sequência da reestruturação da Pordata, Filipa Coelho assumiu a coordenação da equipa. Cessaram funções os gestores de base de dados estatísticos Felipe Clemente, em janeiro, e Andreia Marçal, em agosto. A partir de março, Kátia Ribeiro Duarte assumiu a liderança da equipa técnica. Por forma a apoiar a equipa na estabilização do novo portal, colaboraram ainda na Pordata, como consultores externos, Ana Teodósio, Catarina Ruivo, João Pinto (através da empresa Xpand IT, até fevereiro), Pedro Góis (a partir de abril, através da empresa Timestamp), João Verdasca, Marta Miranda (até abril) e Matías Vallvé (até outubro).

Na equipa científica, Clara Bento, responsável pela área da economia, cessou funções em fevereiro e foi substituída por Rita Guimarães em junho.

Dada a importância da tomada de decisão assente em análises rigorosas e consistentes, Susana Norton passou a desempenhar a função de *head* de Publicações, Reporting e Projetos Especiais.

Na área de marketing, inovação, produção audiovisual e eventos, Isabel Abreu Lima reforçou a equipa como gestora de *marketing* e comunicação e, por licença de maternidade de Maria Eiró, Débora

Henriques assumiu a função de gestora de produção e eventos até setembro, a qual foi posteriormente assegurada por Teresa Horta e Costa.

Os departamentos de Canais — Digital e Social e de Gestão de Conteúdos Digitais e Redes Sociais foram fundidos num só, liderado por Joana Ferreira da Costa, passando Fábio Inácio a assumir a função de líder de campanhas e *analytics*. Por licença de maternidade de Joana Batista, João Ribeiro assegurou a gestão de redes sociais, enquanto *community manager*, entre outubro e dezembro.

A assessoria de imprensa e a gestão de parcerias com órgãos de comunicação social foram desempenhadas, até junho, por Maria Ferreira, através dos serviços da sua empresa, e, a partir de meados de setembro, por Débora Henriques.

A assistente executiva e do Presidente do Conselho de Administração, Isabel Bernardes, reformou-se em agosto de 2025, sendo substituída por Cristina Cabral em outubro.

A Fundação contou ainda com o apoio da coordenação de Recursos Humanos da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, assegurada, no primeiro semestre do ano, por Alexandre Fonseca e, no segundo semestre, por Inês Pinto Coelho.

No final de 2025, a equipa operacional da Fundação tinha a seguinte composição:

- **Estudos (equipa científica)** — João Tiago Gaspar (*head* de Conteúdos e Relações Internacionais), Carlos Jalali (Coordenação — consultor externo), Rita Rosado, Rita Guimarães, Inês Renda, Maria Gomes da Silva
- **Pordata** — Filipa Coelho (*team leader*), Ana Luísa Barbosa, Kátia Ribeiro Duarte, Joana Zózimo, Mónica Santos, Sofia Barão
- **Publicações e reporting** — Susana Norton (*head* de Publicações, Reporting e Projetos Especiais), Duarte Vaz-Pinto (consultor externo)
- **Digital e redes sociais** — Joana Ferreira da Costa (*team leader*), Joana Batista, Catarina Gonçalves, Fábio Inácio
- **Assessoria de imprensa e gestão de parcerias de media** — Débora Henriques
- **Marketing, eventos e produção audiovisual** — Mariana Vaz da Silva (*team leader*), Maria Eiró, Isabel Abreu Lima, Teresa Horta e Costa (substitui Maria Eiró durante a licença de maternidade)
- **Assistente executiva e do Presidente do Conselho de Administração** — Cristina Cabral
- **Finanças** — José Quinta
- **IT e sistemas** — Géssio Moreira

5. Estudos

A área de estudos/conteúdos da Fundação sofreu uma alteração relevante em junho de 2025, quando Gonçalo Saraiva Matias foi nomeado ministro-adjunto e da Reforma do Estado do XXV Governo Constitucional, tendo, por isso, deixado o cargo de presidente do Conselho de Administração da Fundação e, conseqüentemente, o pelouro da área de estudos/conteúdos. Em novembro de 2025, Fátima Barros foi nomeada presidente do Conselho de Administração, assumindo assim este pelouro. Durante o interregno, a equipa da área manteve o seu regular funcionamento, sob a supervisão dos órgãos sociais.

A equipa de estudos/conteúdos da Fundação continuou a ser chefiada por João Tiago Gaspar (diretor de conteúdos e relações internacionais) e Carlos Jalali (coordenador da equipa de estudos), com a colaboração de Inês Renda, responsável pela gestão de projeto e comunicação de ciência da área de qualidade da democracia, e de Rita Rosado, responsável pela gestão de projeto e comunicação de ciência da área de políticas sociais. partir de junho de 2025, a equipa passou a contar com a colaboração de Rita Guimarães, responsável pela gestão de projeto e comunicação de ciência da área de desenvolvimento económico, que, após fevereiro de 2025, substituiu Clara Bento neste cargo.

A equipa interna de estudos/conteúdos da Fundação continuou a beneficiar da assessoria de três consultores científicos externos, um por cada uma das áreas científicas prioritárias do programa de estudos vigente, divulgado em junho de 2024 e com duração até 2026. A saber: Miguel Ferreira (NOVA SBE), consultor científico para a área de desenvolvimento económico; Amílcar Moreira (ISEG-ULisboa), consultor científico para a área de políticas sociais de combate à pobreza e desigualdades; e Carlos Jalali (Universidade de Aveiro), consultor científico para a área de qualidade da democracia, que acumula esta função com a de coordenador da equipa de estudos desde junho de 2024. Em 2026, manter-se-ão como consultores Amílcar Moreira e Carlos Jalali, e proceder-se-á à substituição de Miguel Ferreira, que abandonará o cargo para coordenar um projeto do European Research Council que lhe foi atribuído.

Em 2025, a Fundação adjudicou um barómetro a publicar em 2026: o «Barómetro das cidades», coordenado por Patrícia Melo (ISEG-ULisboa), Eduarda Marques da Costa (IGOT-ULisboa) e Alexandra Amaral Gomes (London School of Economics).

Além disso, estabeleceu-se uma parceria com a Fundação Bertelsmann, sediada na Alemanha, com o objetivo de publicar *data*

BARÓMETRO DA FUNDAÇÃO
IMIGRAÇÃO

Compare as suas percepções
com os resultados do inquérito
à opinião pública
numa infografia interativa



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

BARÓMETRO DA FUNDAÇÃO
TURISMO

O que pensamos sobre
o turismo em Portugal



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

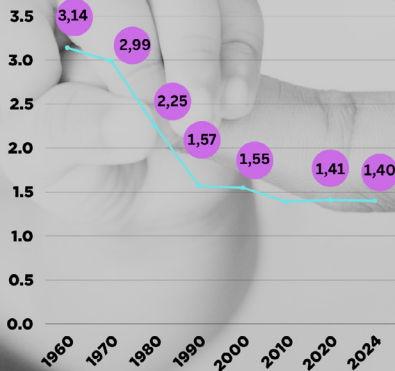
A transição energética
é um dos maiores
desafios que enfrentamos

” JOSÉ SOARES DOS SANTOS



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

QUANTOS FILHOS
TEM, EM MÉDIA,
CADA PORTUGUESA?



BARÓMETRO DA FUNDAÇÃO
PODER LOCAL

6 em cada 10 portugueses
defendem que decisões
sobre matérias locais ou regionais
devem ser tomadas
a nível regional



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Ainda que a taxa de pobreza
tenha reduzido nas últimas décadas,
Portugal ainda é um dos países
da UE com maior incidência
de pobreza

TAXA DE POBREZA NA UNIÃO EUROPEIA (2022)

Média UE
16,2%
Portugal
17%



FONTE: EUROSTAT EU-SILC 2023.
EUROSTAT DATABASE, INFORMAÇÃO
RECOLHIDA EM 02/12/2024

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

briefings a partir dos estudos de opinião Eupinions, que incidem sobre as atitudes dos vários povos europeus relativamente à União Europeia. O primeiro relatório, a publicar em 2026, será da autoria de Catherine De Vries (Universidade IE, Madrid), uma das grandes especialistas mundiais em temas da União Europeia.

I. Projetos científicos publicados em 2025

1. **Continuidade e Mudança nas Políticas Públicas em Portugal (1976–2020)**



Autores: António F. Tavares (UMinho), Patrícia Silva (UAveiro) e Pedro Camões (UAveiro)

Data de publicação: junho de 2025

Sinopse: Este estudo analisou mais de 3000 entidades públicas, 300 variações orçamentais e 1692 nomeações para cargos de topo da administração pública, coligindo e sistematizando dados que

proporcionam um retrato, até agora inexistente, do aparelho do Estado português. A equipa procurou avaliar se a perceção generalizada de que não existe continuidade nas políticas no nosso país corresponde à realidade. Analisando três indicadores de mudança — orçamentos, reorganizações dos organismos públicos e nomeações para cargos de topo da administração — concluíram que a continuidade das políticas é o padrão dominante, identificando-se mudanças mais acentuadas em momentos-chave, tais como a adesão à CEE e a crise económico-financeira de 2007-2008. Os segundos mandatos dos governos tendem a caracterizar-se por maior estabilidade. Tipicamente, governos de direita privilegiam a extinção de organismos e a contração do aparelho do Estado. Já os governos de esquerda estão associados a maior estabilidade e a movimentos de expansão dos organismos públicos.

2. Abstenção Eleitoral em Portugal: Mecanismos, impactos e soluções



Autores: José Santana Pereira (ISCTE-IUL) e João Cancela (Nova FCSH)

Autores: setembro de 2025

Sinopse: Este estudo, baseado num inquérito a 2405 eleitores, seis *focus groups* com abstencionistas e votantes intermitentes e três encontros com representantes políticos a nível local, nacional e

européu, constitui a análise mais abrangente realizada até ao momento sobre o fenómeno da abstenção em Portugal. A investigação demonstra que a participação varia consoante o tipo de eleição: nas legislativas, presidenciais e europeias é mais elevada em zonas urbanas, enquanto nas autárquicas tende a ser superior em zonas rurais e híbridas. Além disso, fatores sociodemográficos (idade, nível de escolaridade e classe social), fatores atitudinais (sentimento de dever cívico, interesse pela política) e barreiras práticas (como a distância ao local de voto) influenciam significativamente a decisão de votar.

3. Automação e Inteligência Artificial no Mercado de Trabalho Português (*policy paper*)



Coordenação: Rui Baptista (IST-ULisboa)

Data de publicação: abril de 2025

Sinopse: Este *policy paper* analisa os impactos da automação, digitalização e inteligência artificial no mercado de trabalho nacional. Os autores identificam as profissões e as regiões do país que estão mais expostas à mudança tecnológica e as competências

que são mais valorizadas, apontando soluções de políticas públicas e de requalificação dos trabalhadores.

POLICY PAPER DA FUNDAÇÃO

Portugal e Espanha podem liderar a transição energética na Europa?



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Sabia que:

40% dos alunos do secundário estudam no ensino profissional



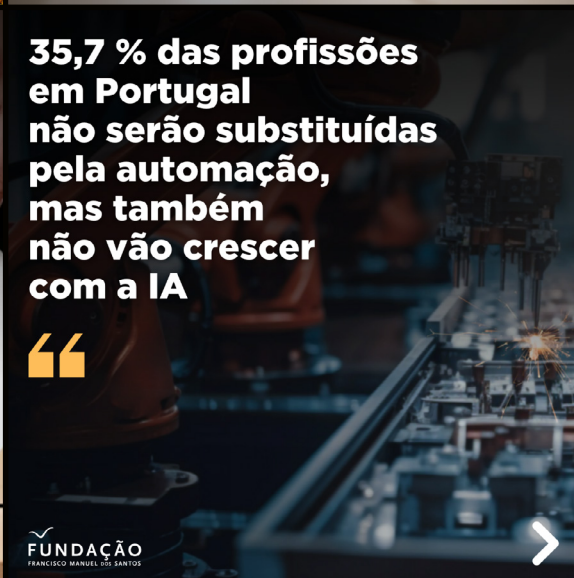
FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Nas legislativas de 2025 terão votado em território nacional 73% dos recenseados residentes no país — um valor que contrasta com a taxa oficial de participação, fixada nos 64%

J. SANTANA PEREIRA
E JOÃO CACELA

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

35,7 % das profissões em Portugal não serão substituídas pela automação, mas também não vão crescer com a IA



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

A liderança europeia no comércio verde poderá inspirar práticas sustentáveis noutras economias, mas também agravar tensões comerciais e prejudicar países emergentes



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Foram analisados três instrumentos usados para moldar as políticas públicas:



1

REORGANIZAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



2

VARIAÇÕES NOS ORÇAMENTOS DO ESTADO



3

NOMEAÇÕES PARA CARGOS DE TOPO

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

4. A Expansão dos Cursos Profissionais em Portugal: Que impacto na educação, no emprego e no empreendedorismo? (policy paper)



Coordenação: Luís Catela Nunes (NOVA SBE)

Data de publicação: julho de 2025

Sinopse: Este *policy paper* analisa os efeitos da expansão do ensino e da formação profissionais verificada desde o início do século. Os resultados revelam impactos positivos na educação, no emprego, na criação de novas empresas e no

empreendedorismo. Além disso, os autores apontam caminhos para que o país acompanhe a crescente valorização europeia das competências técnicas características destes cursos.

5. Barómetro do Poder Local



Autores: Filipe Teles e Nuno F. da Cruz (UAveiro)

Data de publicação: setembro de 2025

Sinopse: Este barómetro visa analisar as atitudes dos portugueses face ao poder local e às eleições autárquicas. Procura avaliar a perceção da qualidade da democracia local e a importância atribuída às eleições autárquicas, por comparação com outros

atos eleitorais. Analisa também se o voto é influenciado por questões nacionais ou locais e o nível de conhecimento sobre as competências dos órgãos autárquicos.

6. Barómetro do Turismo



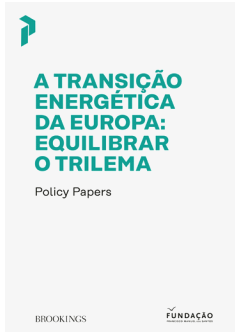
Coordenação: Paulo M. M. Rodrigues (NOVA SBE)

Data de publicação: novembro de 2025

Sinopse: Este barómetro centra-se na perceção e na atitude dos portugueses em relação aos impactos do turismo e à formulação de políticas públicas para o setor. Entre outros aspetos, analisa a forma como a população percebe o impacto do turismo no seu

local de residência, a sua atitude perante o desenvolvimento do turismo e o grau de apoio às diferentes medidas propostas para o futuro do turismo em Portugal.

7. A Transição Energética da Europa: Equilibrar o trilema



Coordenação: Constanze Stelzënnuller e Samantha Gross (Brookings Institution)

Data de publicação: Diversos momentos ao longo de 2025

Sinopse: Esta série de estudos sobre a transição energética na Europa contempla a publicação de seis *policy papers* sobre diferentes incidências do tema em apreço. O primeiro *policy paper* foi publicado ainda em 2024 e o último será publicado apenas em 2026. Em 2025, foram publicados quatro *policy papers* sobre os seguintes subtemas:

- «Compreender as incertezas políticas e dos mercados na era da transição energética», da autoria de Mark Finley (Rice University) e Samantha Gross (Brookings);
- «Os riscos e as oportunidades da agenda da UE para o comércio verde», da autoria de Trevor Sutton e Sagatom Saha (Columbia University);
- «Depois da crise energética: respostas políticas na Península Ibérica», da autoria de Ana Fontoura Gouveia (NOVA SBE), Gonzalo Escribano (Real Instituto Elcano), Ignacio Urbasos Arbeloa (Real Instituto Elcano) e João Fachada (NOVA SBE);
- «O papel do setor energético na guerra da Ucrânia», da autoria de Maciej Zaniewicz e Danylo Moiseenko (Forum Energii).

II. Projetos científicos em execução

1. «**Ensino superior e emprego jovem em Portugal: tendências, resultados e comparações internacionais**», *policy paper* coordenado por Luís Catela Nunes (NOVA SBE). Apresentação prevista para 22 de abril de 2026.

2. «**The role of Portuguese manufacturers-suppliers in sustainability-oriented innovation and competitiveness in the clothing and textile industry**», estudo coordenado por Céline Abecassis-Moedas (Católica Lisbon School of Business). Apresentação prevista para junho de 2026.

3. «**Barómetro da imigração: a perspetiva da população imigrante**», coordenado por Rui Costa Lopes (ICS-ULisboa), Pedro Góis (Universidade de Coimbra) e João António (CESOP-UCP). Apresentação prevista para junho de 2026.

4. «**Barómetro das cidades**», coordenado por Patrícia Melo (ISEG-ULisboa), Eduarda Marques da Costa (IGOT-ULisboa) e Alexandra Amaral

Gomes (London School of Economics). Apresentação prevista para setembro de 2026.

5. «Os retornos económicos da educação: *policy paper* sobre qualificação de gestores», coordenado por Luís Catela Nunes (NOVA SBE). Apresentação prevista para setembro de 2026.

6. «Fiscalidade e futuro: Portugal fiscal», coordenado por Sérgio Vasques (Faculdade de Direito da Universidade Católica). Apresentação prevista para setembro de 2026.

7. «Fiscalidade e futuro: *policy paper* sobre competitividade das empresas», coordenado por Sérgio Vasques (Faculdade de Direito da Universidade Católica). Apresentação prevista para outubro de 2026.

8. «Fiscalidade e futuro: *policy paper* sobre tecnologia», coordenado por Sérgio Vasques (Faculdade de Direito da Universidade Católica). Apresentação prevista para novembro de 2026.

9. «Digitalisation in the Portuguese labour market: potential transformative and destructive effects», estudo coordenado por Rui Baptista (Instituto Superior Técnico). Apresentação prevista para novembro de 2026.

10. «Europe's energy transition: balancing the trilemma», estudo coordenado por Constanze Stelzenmüller (Brookings Institution). *Policy paper* final previsto para março de 2026.

11. «Quem governa Portugal? Perfis ministeriais em perspetiva comparada», estudo coordenado por António Costa Pinto e Marcelo Camerlo (ICS-ULisboa). Apresentação prevista para junho de 2026.

12. «Direitos políticos e liberdades cívicas na democracia portuguesa, 1974–2022», coordenado por Tiago Fernandes (ISCTE-IUL). Apresentação prevista para setembro de 2026.

13. «Recrutamento de deputados à Assembleia da República (1975–2024)», coordenado por Jorge Fernandes (CSIC, Madrid). Apresentação prevista para 2027.

14. «Fiscalidade e futuro: *policy paper* sobre talento», coordenado por Sérgio Vasques (Faculdade de Direito da Universidade Católica). Apresentação prevista para 2027.

15. «Fiscalidade e futuro: *policy paper* sobre envelhecimento», coordenado por Sérgio Vasques (Faculdade de Direito da Universidade Católica). Apresentação prevista para 2027.

16. «The impact of business training and mentoring on firm performance: an experimental approach», *policy paper* coordenado por Miguel Ferreira (NOVA SBE). Apresentação prevista para 2027.

17. «**Datação dos ciclos económicos**», coordenado por Ricardo Reis (London School of Economics). Projeto iniciado em 2019 e com possibilidade de renovação anual.

18. «**Eupinions: a adesão de Portugal e Espanha à CEE**», da autoria de Catherine De Vries. Uma parceria entre a FFMS e a Fundação Bertelsmann. Apresentação do primeiro relatório prevista para 2026.

6. Publicações

Sob a direção do administrador executivo António Araújo, a área de publicações continuou a contar com a coordenação de Susana Norton e, em apoio externo, de Duarte Vaz-Pinto.

A Fundação voltou a promover debates e encontros que aproximaram autores, especialistas e leitores na Feira do Livro de Lisboa, reforçando o papel deste evento como um dos momentos mais importantes do ano para a FFMS, por ser o espaço privilegiado de contacto direto com o seu público.

Apesar da qualidade e da vitalidade do programa cultural — 14 debates sobre as suas publicações, um programa em direto e dois episódios *live on tape*, ambos com a Rádio Renascença —, as condições climatéricas atípicas, marcadas por períodos prolongados de calor extremo, tiveram impacto no comportamento dos visitantes e impediram que as vendas aumentassem face a 2024, ano em que se registara um aumento inusitado.

A Fundação, à semelhança do que ocorreu em anos anteriores, voltou a marcar presença na Festa do Livro em Belém, um evento organizado pela Presidência da República e de grande relevância institucional. Prosseguiu, ainda, a sua parceria com o El Corte Inglés, onde se realizaram diversas apresentações de livros, sempre com extraordinária afluência de público.

Todas as apresentações dos livros da FFMS foram gravadas e emitidas no canal YouTube da Fundação, de modo a aumentar o alcance da discussão dos temas em debate. As sessões realizadas no El Corte Inglés tiveram a presença de Ana Paiva, Ana Rezende-Matias, Ana Teresa Perez, António Araújo, Arlindo Oliveira, Carlos Fiolhais, Céu Mateus, Cristiana Bastos, Dora Santos Silva, Fernando Correia de Oliveira, Filipe Alves, Francisco Ferreira, Helena Tecedeiro, Inês Lynce, Isabel Soares, Joana Pestana Lages, João Cancela, João Rodrigues, João Seixas, José António Bandeirinha, José Carlos Barros, José Carlos Mota, José Manuel Sobral, José Miguel Júdice, Laurent Goater, Luísa Lima, Luísa Schmidt, Luísa Trindade, Manuela Júdice, Nelson

**O feminismo
nasce-me das recordações
da minha avó**

MARIA TERESA HORTA

**Sem testes
e sem avaliação,
somos cegos
perante a realidade**

” NUNO CRATO

**A inteligência tornou
a espécie humana
dominante no planeta.
Não somos mais fortes,
rápidos, ferozes ou venenosos
do que outros animais,
nem voamos
ou nadamos
melhor.**

” ARLINDO OLIVEIRA



**Em 2021, quase 28 milhões
de pessoas no mundo
eram vítimas
de trabalho forçado:
Destas 11,8 milhões
eram mulheres
e 3,3 milhões crianças.**

”

**O papel sentimental
dos avós inclui
a parceria e brincadeira
e alimenta a subsistência
de um mundo
imaginativo e mágico**

” RICARDO PEIXOTO

**Até 1912, a hora oficial
em Portugal era ditada
pelo Observatório
Astronómico da Ajuda
e pelo meridiano
que passava por ele.
Após essa data passou-se
a contar o tempo pelo
meridiano de Greenwich
(GMT)**

Nunes, Nuno Crato, Paulo Dimas, Rafael Vieira, Renato Miguel do Carmo, Ricardo de Sousa Antunes, Rogério Copeto, Rui Araújo e Rui Frias.

Por sua vez, na Feira do Livro de Lisboa, os debates contaram com intervenções de Ana da Cunha, Andreia Fidalgo, António Aires, Arlindo Oliveira, Bárbara Reis, Carlos Grosso, Catarina Carvalho, Cátia Branquinho, David Ferreira, Dília Jardim, Emília Ferreira, Francisco Ferreira, Gabriela Perdigão Cavaco, Gina Tomé, Henrique Leitão, Joana Gonçalves de Sá, Joana Pais, Joana Pereira Bastos, João Govern, João Monteiro Serrano, João Rodrigues, José Carlos Barros, José Gaspar, José Miguel Júdice, Luís Filipe Simões, Luís Oliveira e Silva, Luísa Coheur, Margarida Gaspar de Matos, Margarida Relvão Calmeiro, Maria de Lurdes Rodrigues, Maria do Carmo Vieira, Maria do Céu Machado, Maria Isabel Roque, Maria Manuel Mota, Marina Carvalho, Mário Figueiredo, Mónica Bettencourt-Dias, Nuno Crato, Nuno Gonçalves, Padre Jesuíta Paulo Duarte, Rafael Vieira, Ricardo Peixoto, Rui Frias, Susana Peralta, Susana Viegas e Tânia Gaspar.

A área de publicações prosseguiu a sua aposta no formato digital.

A Fundação esteve ainda presente na Livraria Buchholz, em Lisboa, com a apresentação do livro *O Trabalho Forçado*, com a presença dos autores. O retrato *A Água das Lágrimas* foi, também, apresentado na Quinta das Lágrimas, com a presença da autora e de José Carlos Seabra Pereira. Na Casa de Mateus, em Vila Real, a Fundação esteve presente num debate sobre o tema da desertificação, em que participaram Maria José Roxo, Rodrigo Proença de Oliveira e Luís Guedes de Carvalho.

O autor do ensaio *A Participação Cívica em Portugal*, José Carlos Mota, fez um périplo pelo país, com cinco sessões públicas, 15 oradores e 300 participantes, apelando à participação cívica de todos.

Em junho, o ensaio *Património Alimentar de Portugal*, de Maria Manuel Valagão, conquistou o primeiro lugar na categoria *Food Heritage Books* e foi ainda distinguido como *Best Food Tourism Book* nos Gourmand World Cookbook Awards, o mais importante galardão mundial para livros de culinária, gastronomia e alimentação.

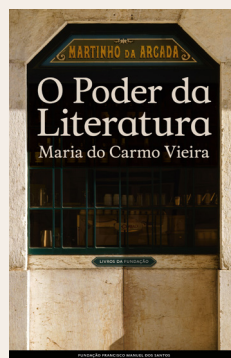
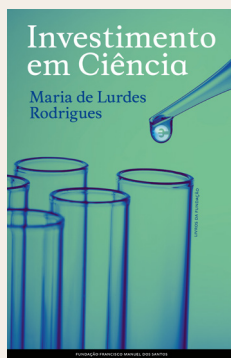
A FFMS garantiu ainda a publicação regular e atempada de todos os títulos programados para as suas coleções. Assim, na coleção «Ensaios da Fundação», foram publicados os seguintes títulos: *Aprender*, Nuno Crato; *A Qualidade do Ar*, de Francisco Ferreira; *A Inteligência Artificial Generativa*, de Arlindo Oliveira; *Tira o Disco e Toca ao Vivo: A indústria musical em*



Portugal, de João Govern; *Avós e Netos*, de Ricardo Peixoto; *Uma Ideia de Ciência*, de Joana Gonçalves de Sá; *Participação Cívica em Portugal*, de José Carlos Mota; *Portugal e o Tempo*, de Fernando Correia de Oliveira; *Desigualdades em Saúde*, de Ricardo de Sousa Antunes. Foi, também, editado um livro comemorativo dos 15 anos da coleção, com 17 artigos de diversos autores, sobre alguns dos temas mais abordados pela Fundação.

A coleção «Retratos da Fundação» publicou, por seu turno, os títulos: *Os Salatinas: Coimbra da saudade*, de Rafael Vieira; *O Jornal*, de Rui Frias; *Os Filhos de Monte Gordo*, de José Carlos Barros; *Quando o Museu Fechou*, de Emília Ferreira; *A Água das Lágrimas*, de Cristina Castel-Branco; *Tejo: Um cruzeiro religioso e cultural*, de Ana da Cunha; *Um Tesouro no Deserto*, de Rui Araújo; *A Francofonia em Portugal Está bem e Recomenda-se*, de Helena Tecedeiro; *O Tanto Que Grita Este Silêncio: Porque se abstêm os portugueses?*, de Nelson Nunes.

Na contínua busca de novos públicos, a FFMS lançou a coleção «Pela Sua Saúde — Saúde Psicológica e Bem-Estar», com os títulos: *Emoções e Bem-Estar*, de Cátia Branquinho; *Riscos Comportamentais e Saúde*, de Marina Carvalho; *Burnout: Uma pandemia*, de Tânia Gaspar; *Tristeza e Solidão*,



de Gina Tomé; *Felicidade e Flexibilidade no Envelhecimento*, de Margarida Gaspar de Matos.

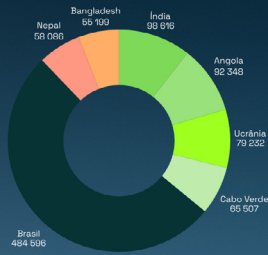
Além destas obras, e fora de coleção, foram editados os livros *Investimento em Ciência*, de Maria de Lurdes Rodrigues, e *O Trabalho Forçado*, de Maria Manuel Leitão Marques, José Pedro Monteiro, Jorge Félix Cardoso e Miguel Bandeira Jerónimo.

A Fundação fez uma parceria com o Observador para a produção e emissão em rádio e nas plataformas de *streaming* de um *podcast* sobre saúde mental. Foram cinco episódios, narrados pela atriz Sofia Ribeiro e com banda sonora original da compositora e cantora Maro, que tiveram por base a coleção de livros «Pela Sua Saúde — Saúde Psicológica e Bem-Estar», editada pela Fundação.

A área de publicações prosseguiu a sua aposta no formato digital, quer através da difusão dos seus conteúdos, quer através do lançamento de novos títulos em *e-book*, quer, enfim, através da comercialização *online*. A par disso, manteve-se a presença da FFMS nos canais tradicionais, cujas vendas em quantidade foram semelhantes às do ano anterior.

DIA INTERNACIONAL DOS MIGRANTES

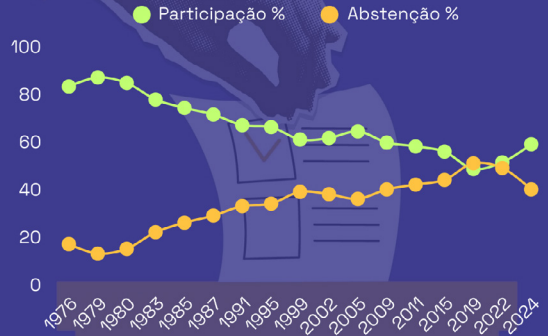
População estrangeira residente em Portugal



PORDATA

Fonte: INE, PORDATA, 2024

PARTICIPAÇÃO NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



PORDATA

DESIGUALDADE SALARIAL DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM

Ganho médio mensal bruto, que inclui prémios e subsídios, bem como o pagamento por horas suplementares ou extraordinárias



MULHERES GANHAM - 238,7 €

PORDATA

Fonte: INE, PORDATA, 2022

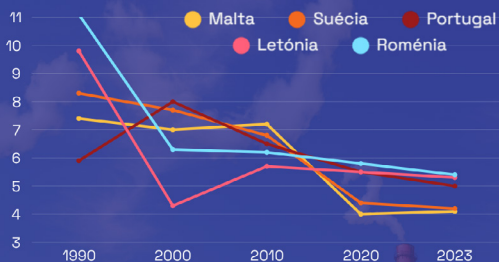
Tendo em conta a inflação dos últimos 25 anos, as primeiras notas de 200€, hoje, seriam o equivalente a 329€



FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

PORTUGAL É O 3.º PAÍS DA UE COM MENOS EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

Emissões líquidas de gases com efeito de estufa (t CO2 eq per capita)



PORDATA

Fonte: Eurostat

QUANTO DEVO PAGAR DE IMI EM 2025?

Descubra no simulador

PORDATA



7. Pordata

A direção da Pordata permaneceu sob a responsabilidade da administradora executiva Luísa Loura ao longo de 2025. Filipa Coelho coordenou a equipa, composta por Ana Luísa Barbosa, Kátia Duarte, Joana Zózimo, Mónica Santos, Sofia Barão, Felipe Clemente (até janeiro) e Andreia Marçal (até agosto).

Em 2025, a Pordata celebrou o seu 15.º aniversário com um evento realizado no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, a 24 de fevereiro. Este evento reuniu os principais parceiros, entre os quais as fontes oficiais de estatísticas que fornecem dados à Pordata desde o seu início, bem como com as equipas antigas e atuais envolvidas na criação e no desenvolvimento da Pordata, além dos órgãos sociais da Fundação.

Tal como em anos anteriores, a Pordata foi convidada a participar em inúmeros eventos organizados por outras entidades.

Neste ano, deu-se continuidade à parceria realizada com a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), através da disponibilização do conjunto infográfico «Cinco Décadas de Democracia», que ilustra, de forma apelativa, a evolução do país entre a década de 1970 e a atualidade. Com representações visuais de leitura fácil, este conjunto aborda temas como famílias, população, escolas, ensino superior, transportes e trabalho. Em 2025, as infografias passaram a estar disponíveis também na língua inglesa.

Além da exposição distribuída pelos 448 agrupamentos de escolas públicas do país, deu-se continuidade às exposições itinerantes em espaços públicos de grande circulação, como a Praça D. João I, no Porto, e a NOVA School of Business & Economics, em Carcavelos.

Tal como em anos anteriores, a Pordata foi convidada a participar em inúmeros eventos organizados por outras entidades, destacando-se, pelo apoio prévio prestado às respetivas comissões organizadoras, o evento de divulgação dos resultados do projeto «Miúdos a Votos», iniciativa conjunta da RBE e da revista *Visão*, e o GIMM Festival, organizado pela Fundação GIMM e que teve esta sua primeira edição dedicada ao tema «Envelhecimento e Longevidade».

Em ano de eleições legislativas, o Observador lançou o *podcast* «Que país é este que vai a eleições?», em que, ao longo de um mês, a diretora

da Pordata, Luísa Loura, apresentou diariamente um conjunto de dados para responder a questões como: qual a importância do PIB?; quantos portugueses irão às urnas em maio?; há mais jovens a sair ou a entrar em Portugal?; em que condições vivem as famílias portuguesas?, entre muitos outros temas, que permitiram fazer um retrato aprofundado do país.

No âmbito das eleições autárquicas, a Pordata estreou uma área interativa que retrata, de forma abrangente, os municípios portugueses relativamente a sete temas fundamentais: população; educação; habitação; emprego e empresas; acesso a serviços e cultura; turismo; território e ambiente.

2025 foi um ano de análise e reflexão estratégica.

Esta nova área, integrada no *site* da Pordata, permite a todos os que residem em Portugal conhecer melhor o município onde vivem, comparando-o, também, com os concelhos mais próximos ou com outros à sua escolha e com a média do país. Além disso, é possível verificar a evolução de cada indicador desde 2021, ano das eleições autárquicas anteriores.

A nova área interativa foi divulgada junto de importantes *stakeholders*, como presidentes de câmaras municipais, assembleias municipais, comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), partidos e candidatos independentes, bem como comunidades intermunicipais.

Além disso, com base neste retrato interativo dos municípios, a RTP1, com o apoio da Pordata, desenvolveu um resumo para cada município apresentado nos debates realizados para as eleições autárquicas. Foi, também, realizada uma série de quatro vídeos com base nos temas abordados nesta área interativa; divulgados no *Telejornal*, estes vídeos apresentaram ao grande público uma visão sistematizada do país, respondendo a diversas questões fundamentais, nomeadamente: qual o município que tem mais habitantes e qual o que tem maior densidade populacional?; qual o município onde o preço das casas é mais elevado?; onde é que existem mais trabalhadores por conta de outrem?; onde é que o salário médio mensal é mais alto?

Após a grande transformação tecnológica da Pordata, realizada em 2024, e o lançamento do seu novo portal, 2025 foi um ano de análise e reflexão estratégica. Procedeu-se à avaliação rigorosa dos resultados alcançados e à análise detalhada dos principais indicadores de performance. Assim, foi possível aferir o impacto das mudanças implementadas, identificar oportunidades de melhoria e reforçar o alinhamento entre os objetivos estratégicos e as necessidades dos utilizadores.

EM PORTUGAL, HÁ QUATRO VEZES MAIS MULHERES DO QUE HOMENS COM 100 OU + ANOS



2 566



583



PORDATA

Fonte: INE, PORDATA, 2023

A SARDINHA FOI O PEIXE DO MAR MAIS CAPTURADO EM 2024

VALORES EM TONELADAS

SARDINHA 31.922

CAVALA 18.305

CARAPAU 14.228

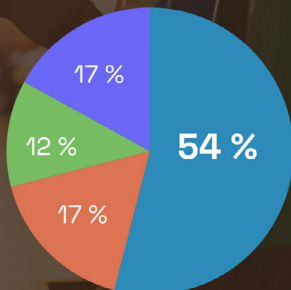
PEIXES MARINHOS - TOTAL 101.697

PORDATA

Fonte: INE/ Pordata

EM PORTUGAL MAIS DE METADE DO LIXO AINDA VAI PARA ATERRO

● Aterro ● Valorização energética
● Valorização multimaterial ● Valorização orgânica



PORDATA

Fonte: INE, Eurostat, 2023

TERRITÓRIO E AMBIENTE

SABIA QUE...

PAREDES É O MUNICÍPIO
COM MAIS INCÊNDIOS
NA ÚLTIMA DÉCADA

PORDATA

EDUCAÇÃO

SABIA QUE...

VILA VELHA DE RÓDÃO
É O MUNICÍPIO
ONDE A % DE ALUNOS
MAIS CRESCEU

ENTRE 2021-2024

PORDATA

POPULAÇÃO

SABIA QUE...

VINHAIS É O MUNICÍPIO
MAIS ENVELHECIDO
DO PAÍS

PORDATA

Dos dados à informação

No cumprimento da missão da Fundação, a transformação de dados em informação útil para a sociedade permanece uma das principais prioridades da Pordata. No contexto de dias comemorativos ou de eventos de relevância nacional e internacional, foram elaboradas e enviadas aos órgãos de comunicação social oito sínteses temáticas, sendo responsáveis por gerar 1263 notícias, 48% do total de notícias sobre a Pordata. Elencam-se em seguida essas sínteses, juntamente com as respetivas sinopses:

8 de março de 2025: Dia Internacional da Mulher

Divulgação de um conjunto de dados que permitem caracterizar o perfil e o papel da mulher em Portugal e em comparação com a União Europeia. São o objeto da análise temas como a natalidade, o nível de escolaridade, as oportunidades no mercado de trabalho e o caminho para a paridade de género, estilos de vida e condições de saúde.

25 de abril de 2025: eleições legislativas em Portugal

Divulgação de um conjunto de dados que permitem retratar a evolução das eleições legislativas em Portugal — desde 25 de abril de 1974 até às últimas eleições, em 2024 —, bem como de um conjunto de indicadores que permitem caracterizar a perceção da população residente em Portugal sobre a política nacional. Síntese temática realizada no âmbito das eleições legislativas realizadas a 18 de maio de 2025.

1 de maio de 2025: Dia do Trabalhador

Um retrato que assinala o Dia do Trabalhador e apresenta um conjunto de indicadores que permitem caracterizar o perfil da população empregada no país, em comparação com a União Europeia. Temas como a escolaridade de trabalhadores e patrões, os salários ou o tecido empresarial português são o objeto desta análise.

5 de junho de 2025: Dia Mundial do Ambiente

Assinalando o Dia Mundial do Ambiente, este retrato apresenta um conjunto de indicadores em quatro grandes áreas: produção, consumo e dependência energética; temperatura do ar e pluviosidade; proteção

do ambiente; configuração e proteção do território. A análise assume particular relevância à luz das metas definidas pela União Europeia no âmbito do Pacto Ecológico Europeu (PEE), com horizontes temporais ambiciosos para 2030 e 2050.

11 de julho de 2025: Dia Mundial da População

Apresentação de um conjunto de dados que permitem traçar o perfil atual da população residente em Portugal e nos seus municípios. Entre as questões analisadas, incluem-se, entre outras: quantos somos e qual tem sido a evolução do número de residentes no país?; como têm evoluído a natalidade e o envelhecimento?

12 de setembro de 2025: «Retratos Municípios»

Um retrato abrangente dos municípios portugueses, desenvolvido no âmbito das eleições autárquicas realizadas a 12 de outubro de 2025, através de sete temas fundamentais: população; educação; habitação; emprego e empresas; acesso a serviços e cultura; turismo; território e ambiente.

17 de outubro de 2025: Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza

Retrato do atual panorama e da evolução da pobreza da população em Portugal. São o objeto desta análise temas como a incidência da pobreza por composição do agregado familiar, segundo a condição perante o trabalho ou o rendimento mensal.

18 de dezembro de 2025: Dia Internacional dos Migrantes

Divulgação de um conjunto de dados que permitem conhecer a população imigrante em Portugal. Para além do olhar sobre o número de cidadãos estrangeiros residentes no país e a sua evolução, temas como emprego, fluxos migratórios e atribuições de nacionalidade permitem traçar um retrato mais detalhado.



8. Comunicação e Eventos da Fundação

Conferências, debates e outros eventos

Em 2025, a Fundação deu continuidade, na sua programação própria, ao tema «Cinco Décadas de Democracia: O que mudou», um projeto iniciado em 2023 com o objetivo de informar os portugueses sobre a evolução do país nestas últimas cinco décadas. Com o intuito de levar este projeto, uma vez mais, a outras zonas do país, a Fundação promoveu dois eventos dirigidos aos jovens — um no Porto, no dia 22 de abril, e outro em Aveiro, no dia 5 de maio —, nos quais foram exibidos os minidocumentários e debatidos os respetivos temas. O Salão Ático do Coliseu Porto Ageas acolheu o evento «Saúde e Economia», no qual participaram a médica de família Margarida Santos, o economista José Pedro Sousa e a *rapper* e poeta Capicua; e o auditório da Reitoria da Universidade de Aveiro foi palco de um debate sobre «População e Famílias», que reuniu a demógrafa Alda Azevedo, o sociólogo Pedro Góis e o *podcaster* Tomás Magalhães. No âmbito do mesmo tema, a exposição infográfica itinerante da Pordata, desenvolvida em 2024 em parceria com a Rede de Bibliotecas Escolares, continuou a sua jornada pelo país. Em 2025, marcou presença na NOVA SBE, em Carcavelos; na Praça D. João I, no Porto; na Universidade de Aveiro; na Universidade do Minho, em Braga; na Figueira da Foz; no Centro Cívico de Peniche; e em Vila Franca de Xira.

Ao longo do ano, um pouco por todo o país, foram organizados diversos debates em torno dos livros da Fundação.

Em fevereiro, no âmbito da comemoração dos 15 anos da Pordata, realizou-se um jantar com cerca de 150 convidados, entre os quais se contavam parceiros, fornecedores e colaboradores que desempenharam um papel importante no crescimento da Pordata, desde a sua criação, em 2010.

Seis ensaios, seis retratos e o livro comemorativo dos 15 anos da coleção «Ensaios da Fundação» foram apresentados ao vivo no El Corte Inglés, em debates com autores e especialistas e, ainda, com a possibilidade da participação do público, sempre com sala cheia. Estas apresentações foram, depois, disponibilizadas em formato digital, no YouTube da Fundação.



Como habitualmente, a Fundação marcou presença na 95.^a Feira do Livro de Lisboa, de 4 a 22 de junho, com o lançamento de seis ensaios, cinco retratos e dois livros — *Investimento em Ciência* e *O Poder da Literatura* — além da coleção «Pela Sua Saúde — Saúde Psicológica e Bem-Estar». Todos estes títulos foram apresentados em debates ao vivo na Praça da Fundação, com a participação de autores, especialistas, jornalistas, académicos e membros do público, além dos programas feitos em parceria com a Rádio Renascença.

Ao longo do ano, um pouco por todo o país, foram ainda organizados diversos debates em torno dos livros da Fundação. O retrato *A Água das Lágrimas*, de Cristina Castel-Branco, foi apresentado na Sociedade Nacional de Belas-Artes, em Lisboa, no dia 22 de maio, e na Quinta das Lágrimas, em Coimbra, no dia 15 de julho; no dia 4 de outubro, no Mira Fórum, no Porto, foi apresentado o ensaio *Uma Ideia de Ciência*, de Joana Gomes de Sá; no dia 23 de outubro, no Almedina Estádio, em Coimbra, foi apresentado o retrato *Os Salatins*, de Rafael Vieira; no dia 13 de novembro, na Livraria Buchholz, em Lisboa, foi lançado o livro *O Trabalho Forçado*, da autoria de Maria Manuel Leitão Marques, José Pedro Monteiro, Jorge Félix Cardoso e Miguel Bandeira Jerónimo; e, entre outubro e novembro, o ensaio *A Participação Cívica em Portugal*, de José Carlos Mota, foi debatido em cinco sessões



públicas, em Coimbra, Braga, Aveiro, Faro e Porto, que perfizeram uma audiência de mais de 300 pessoas.

No que à área científica diz respeito, a Fundação reuniu-se, em janeiro, com um grupo de deputados à Assembleia da República, a propósito do estudo *Mecanismos e Impactos da Abstenção Eleitoral em Portugal*, que ainda se encontrava em desenvolvimento. Esta reunião, na qual foram apresentados os resultados preliminares da investigação, teve por objetivo recolher os contributos dos representantes eleitos sobre as causas da abstenção eleitoral e explorar estratégias para a combater nas eleições legislativas. Estiveram presentes a presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, deputada Paula Cardoso (PSD), bem como os deputados João Antunes dos Santos (PSD), Elza Pais (PS), Patrícia Gilvaz (IL), Paulo Muacho (L), Manuel Magno (CH), Pedro Neves de Sousa (PSD), Paulo Nuncio (CDS-PP), Paula Margarido (PSD), Nuno Gabriel (CH), Paula de Medeiros (PSD) e o assessor e antigo deputado Nelson Peralta (BE). Em fevereiro, e no âmbito do mesmo estudo, a Fundação organizou uma sessão *online* com autarcas de todo o país, para que estes pudessem partilhar as suas perceções sobre o tema. Estiveram presentes a presidente da Câmara Municipal de Tavira, Ana Paula Martins

(PS), o presidente da Câmara Municipal de Murtosa, Joaquim Manuel dos Santos Baptista (PSD), a presidente da Câmara Municipal de Silves, Rosa Cristina Gonçalves da Palma (CDU), o presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura, Vítor Paulo Gomes Pereira (PS), o vice-presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Pedro Cardoso (PSD), e o vereador da Câmara Municipal de Torres Vedras, Nelson Aniceto (PS).

Os estudos *Continuidade e Mudança nas Políticas Públicas em Portugal (1976-2020)* e *Abstenção Eleitoral em Portugal: Mecanismos, impactos e soluções* foram apresentados através de vídeos infográficos, dando continuidade a este formato de comunicação, lançado em 2023, com o objetivo de tornar as conclusões dos estudos mais acessíveis ao público em geral.

A edição de 2025 da Escola de Verão, realizada entre 31 de agosto e 7 de setembro, em Peniche, contando com o apoio da Câmara Municipal desta cidade, teve como tema central a inteligência artificial. Acolheu 59 jovens entre os 15 e os 17 anos, oriundos de 17 dos 18 distritos do país, que participaram em sessões com especialistas como Adolfo Mesquita Nunes,

Neste ano, a Fundação procurou chegar a um público mais vasto e diversificado, através de uma variedade de formatos e conteúdos.

Bernardo Caldas, Joana Gonçalves de Sá, José Maria Pimentel, Gustavo Jesus e Luís Viegas Cardoso, entre outros. O programa promoveu debates sobre ética, democracia e tecnologia, exercícios de programação, atividades culturais, uma *reading party* e momentos de formação orientados para o pensamento crítico e a literacia digital. Deste modo, a Escola de Verão contribuiu para capacitar os jovens para os desafios sociais e tecnológicos do futuro. A consultoria científica do projeto ficou a cargo de Bernardo Caldas, especialista em inteligência artificial.

No que respeita à programação digital, a Fundação manteve, no programa «Isto não é assim tão simples», as entrevistas a especialistas internacionais sobre grandes temas da atualidade, abordando, ao longo de 12 episódios, assuntos tão diversos como biotecnologia (Andrew Hessel), globalização e tensões geopolíticas (Anil Gupta), exploração espacial (Ezinne Uzo-Okoro), inflação (Ricardo Reis), produtividade (Nicholas Bloom), perfeccionismo (Thomas Curran), física e oceanos (Helen Czerski), geografia (Tim Marshall), jornalismo de investigação (Mariana van Zeller) e corrupção internacional (Ricardo Soares de Oliveira). Foram ainda





realizadas duas entrevistas ao vivo: em fevereiro, Neil Lawrence falou sobre inteligência artificial, perante uma plateia de mais de 800 pessoas, no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa; em novembro, Afonso Martínez Arias abordou a temática da genética e organização celular, num evento em parceria com a Fundação GIMM — Gulbenkian Institute for Molecular Medicine, com o apoio da Rede Saúde da Universidade de Lisboa, que decorreu no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa, perante cerca de 230 espectadores. Estes eventos ao vivo, iniciados em 2023, continuaram em 2025 a representar uma oportunidade de aproximar ainda mais a Fundação daqueles que já a seguem noutros formatos.

O *podcast* «[IN]Pertinente», pensado para chegar a um público mais jovem, deu continuidade ao seu conceito original — um confronto bem-disposto entre a curiosidade e o saber — e manteve a sua estrutura em duplas temáticas. Em 2025, na área de economia, a comunicadora Filipa Galvão e o economista Diogo Mendes dedicaram o ano ao tema da literacia financeira; na ciência, Rui Maria Pêgo debateu saúde mental com o psiquiatra Gustavo Jesus, cancro com a oncologista Leonor Matos e neurodivergências com a psiquiatra Rute Cajão; na sociedade, Hugo van der Ding explorou o tema da habitação com Alda Azevedo, da educação com Mónica Vieira e,



com Paulo Mendes Pinto, as religiões; na área de política, a dupla, já de 2024, composta por Manuel Cardoso e João Pereira Coutinho dedicou mais um ano ao tema da teoria política. Os episódios continuaram a ser promovidos, nas redes sociais, através do formato *teaser* em vídeo e em colaboração com os comunicadores, permitindo alavancar o alcance deste *podcast*, que registou um crescimento de 25% nos seguidores, quer via Spotify, quer via Apple Podcasts. As audiências cresceram 3% face a 2024, com a área de economia a registar o maior crescimento (+24%). Merece destaque, ainda, a participação do «[IN]Pertinente» na primeira edição do Worten Mock Fest, um festival de comédia que decorreu em Lisboa, em agosto. Ao longo dos três dias de festival, a Fundação organizou as «Conversas In-Pertinentes», debates ao vivo que juntaram participantes atuais e antigos do *podcast* a outras personalidades e especialistas, explorando o lado científico do humor e, desta forma, permitindo à Fundação ampliar o seu alcance junto de um público mais jovem e diversificado.

Neste ano, a Fundação procurou chegar a um público mais vasto e diversificado, através de uma variedade de formatos e conteúdos, sempre com o objetivo de estreitar a sua relação com a sociedade, fomentando o debate sobre os temas abordados.

Notoriedade da Fundação

No final de 2025, a Fundação atingiu a notoriedade mais elevada desde que o inquérito é conduzido no seu formato atual. Consolidou, assim, a terceira posição no *ranking* de notoriedade espontânea das fundações, aumentando a distância face à Fundação Mário Soares e Maria Barroso, em quarto lugar. Em termos de notoriedade sugerida, a Fundação subiu de sexto para quinto lugar, posicionando-se agora atrás da Fundação Calouste Gulbenkian, da Fundação Champalimaud, da Fundação Serralves e da Fundação EDP.

Os resultados mostraram que quatro em cada cinco inquiridos (83%, um aumento de 4 p.p. face a 2024) conhecem a Fundação ou algum dos seus projetos, e 87% dos inquiridos consideram que a Fundação tem um impacto relevante ou muito relevante na sociedade. Entre os projetos, a Pordata, os estudos e as publicações continuam a ser os mais reconhecidos espontaneamente.

Em linha com o ano anterior, a notoriedade da Fundação cresceu entre as faixas etárias mais jovens (18-24 anos e 25-34 anos) e nas faixas etárias acima dos 55 anos, registando, contudo, uma quebra de 2 p.p. nas faixas etárias de 35-44 anos e de 45-54 anos, a qual será alvo de análise em 2026.

A Fundação investe na prossecução da sua missão de promover o conhecimento sobre a realidade portuguesa.

Através do seu leque de publicações, programas e iniciativas, a Fundação investe na prossecução da sua missão de promover o conhecimento sobre a realidade portuguesa, nas suas áreas principais de atuação — política, economia e sociedade — e de capacitar os cidadãos para construírem uma opinião informada e discutirem temas relevantes, de modo a passarem de uma cidadania passiva para uma cidadania ativa, reforçando os seus direitos, e a contribuírem para a melhoria da qualidade das instituições que os servem.

9. Área Digital

O ano de 2025 fica marcado por uma alteração nos hábitos de navegação e no consumo de informação *online*. Hoje, e cada vez mais, os utilizadores preferem um consumo rápido e imediato nos motores de pesquisa por Google IA e nas *featured snippets* dos motores de pesquisa (os textos que os motores apresentam em destaque na página de resultados, procurando responder diretamente àquilo que os utilizadores procuram), em detrimento dos acessos diretos às fontes de informação.

As impressões da Fundação em Google Search (quantas vezes o *site*, página ou anúncio apareceu nos resultados de pesquisa de um utilizador, sem necessariamente resultar num clique) mais do que duplicaram, atingindo quase 32 milhões, (+116% em 2025) e dispararam as sessões de acesso a conteúdos da Fundação via IA (chatGPT e outros), que cresceram 946%, com mais de 6 mil acessos diretos através destas plataformas.

O portal da Fundação registou, ainda assim, 2,6 milhões de visualizações, -7% do que no ano anterior, e uma quebra para 1,7 milhões de sessões (-9%). As buscas orgânicas caíram 11% e a quebra de acessos diretos foi de 45%, tendo sido compensadas pelo crescimento dos acessos via campanhas de redes sociais (+29%).

Contudo, os dados analíticos revelam que os utilizadores do portal são cada vez mais qualificados: a taxa de interação com os conteúdos atingiu os 60% (+12 p.p. vs. 2024); o tempo de permanência nos conteúdos aumentou (+14%), bem como os conteúdos vistos por cada sessão de entrada no portal (+83%).

A mudança de paradigma exige também que o SEO do portal seja cada vez mais adequado às exigências dos motores de pesquisa de IA, aumentando desta forma a «leitura» e a presença nestas plataformas. Por isso, a Fundação conduziu uma auditoria profunda às 86 mil páginas do *site* e iniciou uma série alargada de correções às situações detetadas, antecipando as tendências previstas para o futuro. Essa reestruturação passará também pela forma visual como os conteúdos são lidos, garantindo que o conteúdo da FFMS é corretamente utilizado em IA.

A par destes trabalhos, reformulou-se totalmente o *design* da área dos Direitos e Deveres, responsável por 25% dos acessos ao portal, garantindo uma melhor pesquisa e experiência por parte do utilizador.

Atualizaram-se os projetos Portugal Desigual e Nascer em Portugal com novos dados e grafismos. Criaram-se, também, infografias interativas para o *Barómetro do Poder Local* e o *Barómetro do Turismo*, e publicaram-se quatro novos *policy papers* do projeto Brookings.

A FUNDAÇÃO ESTUDOS LIVRARIA PORDATA ATUAL_MENTES FFMS PLAY AGENDA

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

AMBIENTE CIÊNCIA CULTURA DIREITOS E DEVERES ECONOMIA EDUCAÇÃO JUSTIÇA POLÍTICA POPULAÇÃO

QUESTÕES SOCIAIS SAÚDE

HOME A FUNDAÇÃO

A Fundação

Missão e Objetivos

A missão da Fundação Francisco Manuel dos Santos é a de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa. Conheça todos os detalhes sobre o propósito da Fundação.

Fundador

Saiba o que levou o fundador, Alexandre Soares dos Santos, e a sua família, a criar uma Fundação que estudasse os grandes problemas nacionais e estimulasse o conhecimento da sociedade civil.

Órgãos Sociais

Conheça os Órgãos Sociais que desde 2013 até aos dias de hoje têm contribuído para tornar real a missão e os objetivos da Fundação.

A FUNDAÇÃO ESTUDOS LIVRARIA PORDATA ATUAL_MENTES FFMS PLAY AGENDA

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

AMBIENTE CIÊNCIA CULTURA DIREITOS E DEVERES ECONOMIA EDUCAÇÃO JUSTIÇA POLÍTICA POPULAÇÃO

HOME DIREITOS E DEVERES

Direitos e Deveres

PERGUNTAS E RESPOSTAS PARA UMA CIDADANIA ATIVA E RESPONSÁVEL

Esta área informa os cidadãos sobre os seus direitos e deveres em situações do dia a dia com impacto jurídico, promovendo uma cidadania ativa e responsável com perguntas e respostas por categorias e um glossário.

Saiba mais →

Pesquisar por palavra | Pesquisar por área

Quero informar-me sobre

Pesquise por palavra

Para pesquisar uma expressão clique aqui entre as opções.

Pesquisar

A FUNDAÇÃO ESTUDOS LIVRARIA PORDATA ATUAL_MENTES FFMS PLAY AGENDA

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

AMBIENTE CIÊNCIA CULTURA DIREITOS E DEVERES ECONOMIA EDUCAÇÃO JUSTIÇA POLÍTICA POPULAÇÃO

HOME ESTUDOS ESTUDOS PORTUGAL DESIGUAL (UM RETRATO DAS DESIGUALDADES DE RENDIMENTOS E DA POBREZA NO PAÍS)

QUESTÕES SOCIAIS ECONOMIA ESTUDO

Portugal Desigual | Um retrato das desigualdades de rendimentos e da pobreza no país

Quão desigual é o país? A pobreza e as desigualdades estão a diminuir ou a agravar-se? Qual o impacto das políticas públicas na redução da pobreza e das desigualdades? Como se compara Portugal com os restantes países da União Europeia? As respostas no projeto Portugal Desigual, que resulta da análise atualizada de dados da pobreza e das desigualdades nacionais.

29 DEZEMBRO 2025 9 MIN

AUTORIA

A FUNDAÇÃO ESTUDOS LIVRARIA PORDATA ATUAL_MENTES FFMS PLAY AGENDA

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

AMBIENTE CIÊNCIA CULTURA DIREITOS E DEVERES ECONOMIA EDUCAÇÃO JUSTIÇA POLÍTICA POPULAÇÃO

HOME ESTUDOS ESTUDOS BARÓMETRO DO TURISMO

ECONOMIA QUESTÕES SOCIAIS BARÓMETRO

Barómetro do Turismo

O novo barómetro da Fundação é a mais extensa análise feita em Portugal sobre as perceções e atitudes da população em relação ao turismo. Se a maioria reconhece a importância económica do setor, quer uma gestão mais controlada do número de turistas e queixa-se da distribuição assimétrica dos seus benefícios.

12 NOVEMBRO 2025 31 MIN

Relatório completo

AUTORES

Paulo M.M. Rodrigues
Coordenador do relatório

Zélia Breda
Autora do relatório

Eduardo Brito-Henriques
Autor do relatório

José Alves
Autor da infografia (design)

A FUNDAÇÃO ESTUDOS LIVRARIA PORDATA ATUAL_MENTES FFMS PLAY AGENDA

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

AMBIENTE CIÊNCIA CULTURA DIREITOS E DEVERES ECONOMIA EDUCAÇÃO JUSTIÇA POLÍTICA POPULAÇÃO

QUESTÕES SOCIAIS SAÚDE

A transição energética na Europa: equilibrar o trilema

EM TEMPOS DE CRISE E CONFLITO, COMO GARANTIR A SEGURANÇA ENERGÉTICA EUROPEIA, TENDO EM CONTA OS CUSTOS FINANCEIROS E AMBIENTAIS?

UMA SÉRIE DE POLICY PAPERS DA BROOKINGS INSTITUTION, EM PARCERIA COM A FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS.

9 PUBLICAÇÕES

POLICY PAPER

O papel do setor energético na guerra da Ucrânia

A Ucrânia optou pela integração europeia e decidiu romper os seus laços de longa data com a Rússia. No...

POLICY PAPER

Depois da Crise Energética: Respostas Políticas na Península Ibérica

Portugal e Espanha têm

POLICY PAPER

Os riscos e as oportunidades da agenda da UE para o comércio verde

O estatuto pioneiro da Europa no comércio verde significa

A FUNDAÇÃO ESTUDOS LIVRARIA PORDATA ATUAL_MENTES FFMS PLAY AGENDA

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

HOME LIVRARIA

NOVOS RETRATOS

Artigos mais vendidos

- 1 As plantas e os
- 2 Quinas e Castelos:
- 3 Mente, Cérebro e Educação

ENSAIOS

A livraria da Fundação foi a segunda área mais vista no *site* (mais de 245 mil sessões), registrando um aumento de 5% nas vendas *online*.

A *newsletter* semanal da Fundação continua a ser a fonte de tráfego mais qualificado no *site*. O número de assinantes ultrapassou os 36 500, mais 7% do que em 2024.

Os utilizadores via *e-mail* são dos que mais tempo ficam no *site* em cada sessão, só ultrapassados pelos utilizadores orgânicos, com taxas de interação superiores a 55%.

Em termos gerais, o acesso aos conteúdos é maioritariamente feito via *mobile*, responsável por 68,4% dos acessos (+3 p.p. do que em 2023), seguido de *desktop*, com 30,1% dos acessos, e *tablets*, com 1,5%. As entradas via *smart TV* são residuais.

A Fundação nas redes sociais

Em 2025, a Fundação ultrapassou o marco de meio milhão de seguidores nas redes sociais. A comunidade cresceu para 511 mil, mais 9% do que em 2024. Um aumento que se deveu sobretudo ao contributo de redes mais jovens e dinâmicas, como o Instagram (+31%), o LinkedIn (+15%) e o YouTube (+14%), com o X a continuar a cair.

O Facebook, a principal rede da Fundação, também cresceu (+1,7%), tendo atingido mais de 253 mil seguidores. Este aumento contraria a tendência mundial de quebra desta plataforma, que é a rede social mais antiga (fará 22 anos em fevereiro de 2026).

A estrela de 2025, porém, foi sem dúvida o YouTube. O aumento do número de conteúdos mais curtos e o seu patrocínio como forma de alavancagem das visualizações fizeram disparar para quase 24 milhões as visualizações dos conteúdos da Fundação, crescendo 776% face a 2024.

Por comparação com o ano anterior, as taxas de interação globais, que medem um conjunto alargado de indicadores de interação vs. alcance, também cresceram em todas as redes, com exceção do Instagram (-5,2 p.p. do que em 2024), mantendo a tendência do ano anterior.

A estratégia digital focada em comunicar os conteúdos da Fundação *per se*, dando a cada rede a informação mais relevante para o seu público, manteve-se eficaz na captação de novas audiências.

Ao mesmo tempo, as taxas de interação e de retenção cresceram, graças um investimento eficiente e direcionado, e à adoção de novos formatos que acompanham as tendências nas diferentes plataformas.

10. A Fundação e os Media

Assessoria de imprensa

Em 2025, a área de assessoria de imprensa consolidou o papel dos novos formatos introduzidos em 2024 — *policy papers* e barómetros da Fundação —, os quais complementaram a produção de estudos. O objetivo foi maximizar o impacto das suas recomendações na formulação de políticas públicas, contribuir para o debate alicerçado em evidência científica e aumentar a visibilidade da Fundação e do seu trabalho junto do público em geral, de decisores políticos e de líderes de opinião.

Foi dada prioridade ao desenvolvimento de parcerias estratégicas robustas com meios de comunicação de maior impacto, assegurando uma disseminação ampla e eficaz das recomendações produzidas. Em paralelo, implementaram-se ações de aproximação orgânica aos jornalistas, com vista a posicionar os conteúdos da Fundação como referências de *top-of-mind* nas suas pesquisas e análises.

A área de publicações contou com um total de 450 notícias, um crescimento de 23% em relação ao ano anterior.

Ao longo de 2025, foram publicadas 4751 notícias, quase metade (49%) em meios de comunicação de maior alcance. Estas publicações corresponderam a um valor equivalente a 165 milhões de euros em AAV, indicador que estima o valor publicitário do espaço ocupado pelas notícias.

No âmbito da área de estudos da Fundação, o *policy paper* intitulado *Automação e Inteligência Artificial no Mercado de Trabalho Português* teve um impacto mediático particularmente significativo, sendo mencionado em 184 notícias e alcançando um AAV superior a 6 milhões de euros.

Na lista de estudos que conquistaram maior visibilidade mediática, seguem-se dois barómetros: o *Barómetro do Turismo*, citado em 82 notícias, com um AAV de 5,3 milhões de euros, e o *Barómetro do Poder Local*, mencionado em 139 notícias e registando 4,5 milhões de euros de AAV.

Destaque ainda para a atualização do estudo *Portugal Desigual: Um retrato das desigualdades de rendimentos e da pobreza no país*, que gerou 186 notícias e quase 4 milhões de euros de AAV.

No que respeita à base de dados Pordata, foram enviados oito comunicados de imprensa. O que conquistou maior impacto e visibilidade

Aveiro «cresce acima da média» nacional e «confirma» dinâmica de desenvolvimento

Território: Câmara mais estudo da PORDATA que coloca o município bem colocado no todo nacional, com aumento de população, bons resultados na educação e a habitação em evolução



O município de Aveiro continua a crescer acima da média nacional, confirmando a sua dinâmica de desenvolvimento. Segundo o estudo da PORDATA, a Câmara Municipal de Aveiro apresenta bons resultados em vários indicadores, nomeadamente no aumento da população, na melhoria da educação e na evolução da habitação.



Radiografia estatística revela distrito em transformação mas ainda a duas velocidades

Desenvolvimento: O distrito de Leiria apresenta uma radiografia estatística que revela um distrito em transformação, mas ainda a duas velocidades. Apesar do crescimento económico e da melhoria da educação, persistem disparidades regionais e sociais.

Três concelhos no top-5 com maior inflação nas casas

Índice de preços: Três concelhos do distrito de Aveiro encontram-se no top-5 dos municípios com maior inflação nas casas. Este fenómeno reflete o aumento da procura habitacional e a pressão sobre o mercado imobiliário.

Outros 3 em destaque nas dormidas em AL

Algarve: Outros três concelhos do Algarve destacam-se nas dormidas em Alojamento Local (AL). Este setor continua a ser um dos principais motores económicos da região.

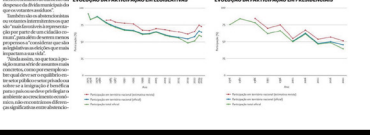
São Miguel, concelho a concelho Pordata traça retrato de dinâmicas demográficas, preda habitação e assimetrias nos serviços

São Miguel: O município de São Miguel apresenta um retrato demográfico complexo, com dinâmicas de crescimento populacional, desafios na habitação e assimetrias na distribuição dos serviços. O estudo da PORDATA destaca estas tendências.

Retrato da abstenção. É um fenómeno mais à direita e diminui entre os mais velhos

ESTUDO: A duas semanas da autárquica, os investigadores João Carreira José Santos e Inês Barreira analisaram o fenómeno da abstenção eleitoral em Portugal, que inclui recomendações para a melhoria da participação cívica e a redução da abstenção.

A abstenção eleitoral em Portugal continua a ser um fenómeno complexo, com taxas que variam significativamente entre municípios e grupos etários. O estudo aponta para uma maior abstenção entre os mais jovens e em áreas urbanas.



Autárquicas: integridade dos candidatos conta mais do que partidos

ESTUDO: A PORDATA analisou a integridade dos candidatos às autárquicas, destacando que a credibilidade individual dos candidatos é mais determinante do que o partido político.

O estudo revela que os eleitores valorizam a integridade e a honestidade dos candidatos, independentemente do partido. A falta de integridade pode levar a uma maior abstenção eleitoral.

Mulheres têm 14% mais probabilidades de serem atingidas pela pobreza

Desigualdade: As mulheres em Portugal têm 14% mais probabilidades de serem atingidas pela pobreza em comparação com os homens. Este fenómeno reflete as disparidades salariais e de oportunidades.

Trabalhadores têm mais qualificações do que os pais

Educação: Os trabalhadores em Portugal possuem níveis de qualificação superiores aos dos seus pais, refletindo o investimento contínuo na educação e na formação profissional.

Primeiro de Maio: População ativa em Portugal



Quase 36% dos trabalhadores têm baixa exposição à IA

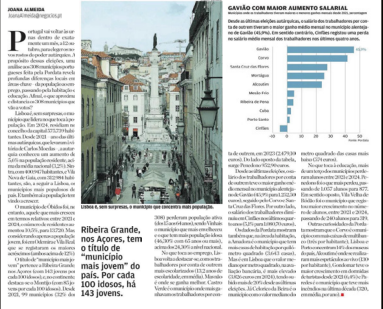
IA: Quase 36% dos trabalhadores em Portugal têm uma baixa exposição à inteligência artificial, apesar da crescente adoção desta tecnologia no mercado de trabalho.

A exposição à IA varia significativamente entre setores e níveis de qualificação. Enquanto alguns profissionais já utilizam ferramentas de IA, outros ainda não as conhecem.



Onde há mais habitantes? Onde se ganha mais? Um retrato dos municípios

Municípios: Um retrato dos municípios portugueses, analisando onde há mais habitantes e onde se ganha mais. Lisboa destaca-se como o município com maior população e salários.



Emprego: Um em cada três trabalhadores tem o ensino superior

Educação: Um em cada três trabalhadores em Portugal possui o ensino superior, refletindo a importância da educação terciária no mercado de trabalho atual.



Doenças: O impacto da obesidade na saúde pública

Saúde: A obesidade continua a ser um dos maiores desafios de saúde pública em Portugal, com impactos significativos na qualidade de vida e nos custos dos cuidados de saúde.

DIPLOMA DE SAÍDA

NOVO DOCUMENTÁRIO



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

Perder pessoas em áreas altamente competitivas terá um grande impacto no país

” Pedro Freitas



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

3 em cada 4 pessoas que emigraram têm menos de 40 anos

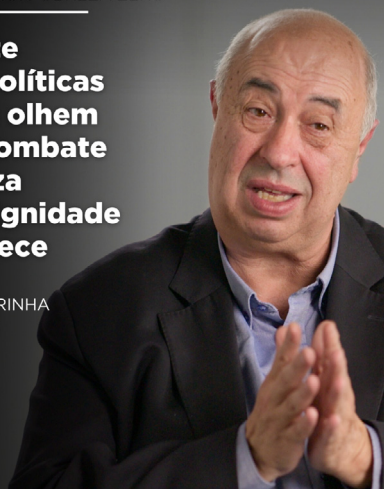


FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

DOCUMENTÁRIO: POBREZA ZERO

É urgente que as políticas públicas olhem para o combate à pobreza com a dignidade que merece

“ CARLOS FARINHA RODRIGUES



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

As empresas portuguesas para dar o salto de produtividade precisam destes jovens que estão a emigrar

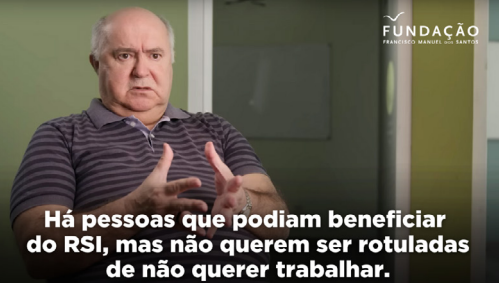
” João Cerejeira



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

DOCUMENTÁRIO: POBREZA ZERO - O FUTURO A CONSTRUIR

Em Portugal, também existe uma realidade que é a pobreza envergonhada.



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

Há pessoas que podiam beneficiar do RSI, mas não querem ser rotuladas de não querer trabalhar.

mediática diz respeito aos «Retratos dos Municípios», enviado em setembro e enquadrado no contexto de eleições autárquicas, que se traduziu em 542 notícias e quase 30 milhões de euros de AAV. De seguida, o comunicado com atualização de dados sobre a pobreza em Portugal, no âmbito do Dia para a Erradicação da Pobreza, em outubro, com 165 notícias e mais de 3,5 milhões de euros de AAV, e o comunicado divulgado no Dia da Mulher, em março, com 152 notícias e 3,3 milhões de euros de AAV. Destaque ainda para os comunicados de imprensa do Dia do Trabalhador e do Dia do Ambiente, cada um com 2,2 milhões de euros de AAV, e para o comunicado, enviado em maio, com dados sobre eleições legislativas, que contou com 81 notícias e 2 milhões de euros de AAV. Por fim, os comunicados do Dia dos Migrantes, em dezembro, com 70 notícias e 1,4 milhões de AAV, e do Dia da População, em julho, com 53 notícias e 1 milhão de euros de AAV.

A área de publicações contou com um total de 450 notícias, um crescimento de 23% em relação ao ano anterior, gerando um AAV de 17,6 milhões de euros, mais 15% do que no período homólogo. Os livros que receberam maior destaque na comunicação social foram quatro ensaios: *Aprender*, da autoria de Nuno Crato, com mais de 4,4 milhões de euros em AAV; *A Participação Cívica em Portugal*, da autoria de José Carlos Mota; *Desigualdades em Saúde*, da autoria de Ricardo de Sousa Antunes; *Avós e Netos*, da autoria de Ricardo Peixoto.

Parcerias de *media*

Em 2025, a Fundação estabeleceu parcerias de conteúdos com vários meios de comunicação social, abrangendo imprensa escrita, canais nacionais de televisão generalistas e de informação e algumas das rádios com maior audiência. Esta abrangência evidencia o reconhecimento, por parte dos *media*, do rigor e da excelência que caracterizam os conteúdos da Fundação.

Em televisão, a Fundação colaborou com a RTP1 e a RTP3; com a TVI e a CNN; com a SIC e a SIC Notícias; com a CMTV e o NOW.

No que respeita à imprensa escrita, a Fundação esteve presente com artigos regulares ou análises de fundo no *Expresso* e no *Jornal Económico* e com artigos e colunas semanais na revista *Domingo*, do *Correio da Manhã*.

Nas rádios, foram transmitidos programas semanais na Renascença e avançou a parceria com a rádio Observador para um *podcast* sobre saúde mental, com casos reais e entrevistas às autoras da coleção «Pela Sua Saúde — Saúde Psicológica e Bem-Estar», da Fundação.

Segue-se um resumo das parcerias por cada órgão de comunicação social.

RTP

Coprodução do documentário *Diploma de Saída*, com a RTP1, emitido em junho, sobre o desafio estrutural de preparar o país para competir por talento num mundo sem fronteiras, com uma audiência total de mais de um milhão de espectadores.

Foram emitidos, na RTP1, na RTP3, na RTP Internacional e Play, os últimos minidocumentários da série «E depois da Revolução?», produzidos no âmbito do projeto Cinco Décadas de Democracia, sobre temas de economia, democracia, população e igualdade de género.

Em setembro, a RTP divulgou também os «Retratos dos Municípios», da Pordata, com pequenos «bilhetes de identidade» dos municípios a anteceder os debates com os candidatos às eleições autárquicas e com a sistematização de dados, por temas, na RTP1 e na RTP3.

CMTV/NOW

À semelhança do ano anterior, foram transmitidos oito programas da série «Falar global», com entrevistas aprofundadas a autores de publicações da Fundação, bem como 44 retratos da Pordata, emitidos semanalmente ao sábado e com repetições ao longo da semana (num total de 404 emissões ao longo do ano). Estes programas alcançaram 17 milhões de espectadores, um valor semelhante ao do ano anterior, e registaram 17,5 milhões de euros de AAV. No âmbito da parceria com o NOW, foram transmitidos oito programas da série «Global 5.0», com entrevistas a autores dos estudos, barómetros e *policy papers* da Fundação.

EXPRESSO, SIC E SIC NOTÍCIAS

Dando continuidade à parceria, estabelecida em 2023, com a SIC Notícias e o *Expresso*, foi renovada a colaboração para divulgar os barómetros da Fundação. Em 2025, a parceria deu visibilidade ao *Barómetros do Poder Local*, em setembro, e ao *Barómetro do Turismo*, em novembro. As conclusões dos barómetros foram desenvolvidas e analisadas em peças no *Jornal da Noite* da SIC, debates na SIC Notícias, artigos na SIC *online* e no *Expresso online* e em entrevistas aos autores refletidas também em artigos na edição em papel

do semanário. Os resultados globais foram de quase 10 milhões de euros de AAV e 2,4 milhões de espectadores em televisão.

Na SIC Notícias, destacou-se a continuação da rubrica semanal «Factos que contam», com apresentação objetiva de dados e factos sobre os principais desafios que o país enfrenta, em nove edições emitidas semanalmente, em horário nobre, inseridas no programa *Grande Edição*. Diferenciando-se dos formatos tradicionais, a rubrica recorreu a uma componente gráfica rigorosa para expor tendências e indicadores oficiais, afastando-se da mera opinião para privilegiar uma abordagem empírica e fundamentada. Entre os temas abordados, destacaram-se os episódios sobre poder local, transportes e mobilidade, produção científica, corrupção, água, turismo, agricultura, consumo e poder de compra, assegurando um retrato abrangente e esclarecedor da realidade portuguesa.

Entre 25 de julho e 15 de agosto, a Fundação firmou uma parceria com o *Expresso*, para o desenvolvimento do projeto Desconectados, uma coleção de quatro livros oferecidos juntamente com o semanário, em que quatro especialistas analisam os efeitos do digital nas relações sociais, na saúde mental, na educação e na forma como vivemos. Nas quatro semanas em que o semanário saiu com livros da Fundação, o jornal vendeu mais 10% do que nas edições anteriores.

TVI/CNN

Em 2025, a Fundação avançou com uma parceria com a TVI para promover as publicações da FFMS no programa *Dois às 10*, com entrevistas aos autores dos livros. Estas conversas informais, num registo adaptado ao conceito de programa de *daytime*, com o objetivo de chegar a um público o mais abrangente possível, foram acompanhadas por 3,5 milhões de pessoas.

Rádio Renascença

Foi mantida a parceria existente, incluindo a emissão do *podcast* «Da Capa à Contracapa», às terças-feiras, às 23h15, e das rubricas «A Fundação Dá Que Pensar», às terças, às 19h15, e «A Fundação Sugere», aos sábados, entre as 08h00 e as 09h00. Em 2025, os programas da Fundação na Rádio Renascença alcançaram mais de 7 milhões de pessoas, uma descida de 29% em relação a 2024, relacionada com a revisão em baixa das audiências de rádio.

Jornal Económico

A parceria com o *Jornal Económico* decorreu entre janeiro e agosto de 2025, através da publicação de artigos mensais, em papel e *online*, escritos por autores de ensaios e retratos da Fundação.

Observador

A Fundação estabeleceu uma parceria com o Observador para a concretização do podcast «Eu posso ser...», sobre saúde mental, com casos reais e entrevistas às autoras da coleção «Pela Sua Saúde — Saúde Psicológica e Bem-Estar», publicada pela Fundação. Foram realizados cinco episódios, com narração da atriz Sofia Ribeiro e banda sonora original da compositora e cantora Maro, transmitidos também na Rádio Observador, que chegaram a 190 mil pessoas e cujos *teasers* nas redes sociais registaram 1,4 milhões de visualizações.

11. Relatório Financeiro do Exercício de 2025

O relatório financeiro reflete as contas da Fundação.

As entregas prometidas e contratadas com a Família Fundadora foram concretizadas junto da Fundação conforme o plano estabelecido no contrato, mais uma vez traduzindo a confiança depositada nos órgãos sociais da Fundação.

O Conselho de Administração prossegue uma política financeira cuidadosa e esforça-se por manter as reservas financeiras existentes, garantindo sempre os meios para cumprir os compromissos assumidos.

O Conselho de Administração dotou a Fundação de um corpo de colaboradores ajustado aos projetos em curso, refletido no custo de funcionamento e nos custos de pessoal, referidos no Relatório e Contas.

A distribuição temática e funcional dos projetos revela consistência e continuidade de opções e de métodos associados à atividade da Fundação.

De acordo com a deliberação do Conselho de Administração de 24 de junho de 2016, os resultados líquidos dos exercícios apurados anualmente, positivos ou negativos, são transferidos para o Fundo Patrimonial na rubrica de Resultados Transitados, pelo que o Conselho de Administração propõe que o resultado positivo apurado no exercício de 2025, de 475 400€, seja

transferido para os Resultados Transitados. No final do ano, os Fundos Patrimoniais totalizam 10 654 201€.

12. Perspetivas para 2026

Estando em plena implementação a estratégia a dez anos, iniciada em 2023, com vista ao impacto, à internacionalização e ao reforço da afirmação institucional, e tendo a Fundação obtido no último inquérito de notoriedade os mais altos níveis de reconhecimento público até hoje verificados, em 2026 procurar-se-á prosseguir o trabalho desenvolvido até aqui, privilegiando-se as atividades que mais contribuem para a missão da Fundação, garantindo-se o foco, o que será essencial para que o trabalho da Fundação chegue com qualidade e impacto aos mais diversos públicos nos formatos mais adequados.

Assinalando-se, a 1 de janeiro de 2026, os 40 anos da adesão oficial de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, a Fundação Francisco Manuel dos Santos considerou que esta efeméride justifica a criação de um programa de atividades próprio, a que chamou «Portugal Europeu», que decorrerá ao longo de 2026 e procurará analisar os impactos da adesão às instituições europeias, contribuindo, sobretudo, para uma reflexão profunda sobre o atual nível de solidez do projeto europeu e os desafios que, previsivelmente, este enfrentará num futuro próximo.

Entre as várias iniciativas previstas no âmbito do programa «Portugal Europeu» — um mote que será utilizado em boa parte da comunicação institucional da Fundação ao longo do ano —, contam-se o lançamento de uma nova área na Pordata: os «Retratos de Portugal na Europa»; a divulgação do estudo, produzido com a Brookings Institution, sobre a transição energética na Europa, com a realização de uma conferência em Lisboa; a produção de *data briefings* a partir dos inquéritos da plataforma Eupinions, em parceria com a Fundação Bertelsmann; a publicação de um ensaio sobre prospetiva estratégica, que incluirá várias comparações com outras geografias e reflexões sobre a União Europeia; a edição de um estudo sobre elites governativas em Portugal, em perspetiva comparada com outras democracias da Europa do Sul; e ainda duas séries nos *podcasts* «[IN]Pertinente» e «Da Capa à Contracapa».

Continuará a ser dada prioridade à análise de políticas públicas e à recomendação de reformas estruturais, promovendo-se iniciativas com *stakeholders* e decisores, o estabelecimento de parcerias mediáticas e a realização de projetos em colaboração com outras entidades. Prevê-se o

lançamento de novos estudos, barómetros, *policy papers* e *data briefs*, bem como a realização de mais uma edição da Escola de Verão.

Por forma a garantir que a informação produzida pela Fundação é pertinente para a sociedade portuguesa e chega aos públicos visados — cidadãos ou decisores —, será criada uma área de conteúdos e relações institucionais, com vista ao desenvolvimento de relações de trabalho com *stakeholders* diversos e de novos formatos de divulgação de dados mais adequados a cada público-alvo. Tal permitirá responder a pedidos de informação de parceiros relevantes, produzir *briefings* sobre determinados temas, definir que entidades devem ser estrategicamente municiadas com conteúdos e estabelecer, bem como manter, esses contactos.

Será consolidada a estratégia em curso de aproximação da Fundação a públicos mais jovens.

Tendo como objetivo a promoção do conhecimento da realidade portuguesa, a área das publicações lançará ensaios, retratos e outros livros, entre os quais, como vem sendo habitual, um livro de prestígio por ocasião do Natal. Manter-se-ão as apresentações de cada livro em debates, bem como a sua divulgação através de parcerias com meios de comunicação social e outras entidades.

Na Pordata, perante os problemas que foram identificados em 2025, cuja resolução passará pela revisão da arquitetura e do modelo de dados implementados, o novo portal será temporariamente desativado; enquanto decorrerem os trabalhos, reativar-se-á o antigo *site*, dotando-o de novas áreas interativas — os «Retratos dos Municípios», lançados em setembro de 2025, mas também, como já referido, os «Retratos de Portugal na Europa» — e de uma estética mais próxima da atual, por forma a garantir uma transição tão fluida quanto possível. Será retomada a comunicação regular da Pordata, com vista a informar a sociedade, a fazer com que cada vez mais pessoas visitem o portal e a aumentar a quantidade de menções nos *media*.

Será consolidada a estratégia em curso de aproximação da Fundação a públicos mais jovens, através da programação própria e do desenvolvimento de parcerias estratégicas. Sem descurar a presença na televisão, prevê-se uma aposta cada vez maior na comunicação digital, procurando-se aumentar o impacto e a relevância dos conteúdos da FFMS, para que estes cheguem a posições cimeiras nos resultados dos motores de busca. O portal da Fundação será estrategicamente adaptado às novas exigências de SEO (*search*

engine optimization) dos motores de busca e *chats* de inteligência artificial, garantindo-se que os conteúdos estão onde os utilizadores os procuram. Dar-se-á continuidade à comunicação através das redes sociais e investir-se-á em novos formatos, com durações mais adequadas ao que cada público privilegia e procurando-se alternativas às plataformas que, em 2025, passaram a restringir o patrocínio de conteúdos considerados políticos ou sociais.

Tendo presente a missão da Fundação e considerando a estratégia atualmente em curso para a sua persecução, a atividade e os resultados alcançados continuarão a ser alvo de monitorização contínua, acrescentando-se novos dados de análise, nomeadamente através de um inquérito a *stakeholders* estratégicos, à menção ao trabalho da FFMS em sessões da Assembleia da República, à referência a projetos da Fundação em manuais escolares e em teses académicas, o número de impressões em motores de busca e as visitas aos portais com origem em *chats* de IA.

Em 2026, serão ainda identificadas as prioridades estratégicas da Fundação para o próximo triénio, tendo presente a sua missão estatutária, bem como a atualidade do país e do mundo, as características do debate público e as preocupações da sociedade. Será fundamental uma reflexão a três dimensões — reputacional, científica e organizacional — sobre as áreas temáticas e o modo como poderão vir a ser trabalhadas.

Lisboa, 8 de abril de 2026



E depois da revolução? – saúde e economia

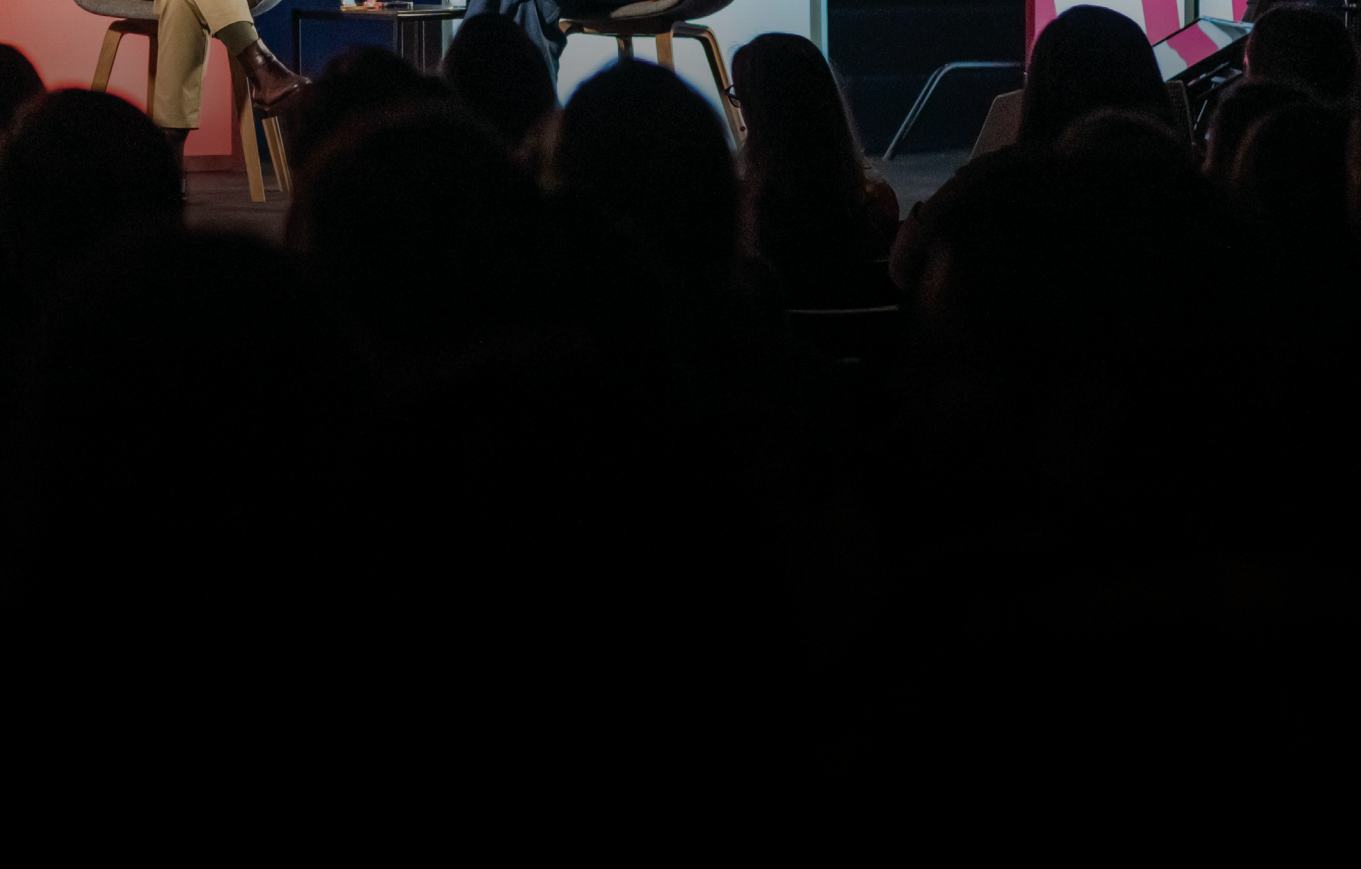
22 de abril de 2025

O Coliseu Porto Ageas foi palco de mais um evento que a Fundação promoveu no âmbito do projeto Cinco Décadas de Democracia, direcionado ao público mais jovem. Os minidocumentários sobre a evolução do país nos últimos 50 anos, nas áreas da saúde e da economia, foram o ponto de partida para o debate que reuniu a médica de família Margarida Santos, o economista José Pedro Sousa e a *rapper*, letrista, cronista e poeta Capicua. À conversa dinâmica e bem-humorada seguiu-se um momento de perguntas do público, com o objetivo de trazer a juventude para o centro da discussão sobre o futuro da economia e da saúde em Portugal.

CONTAS


FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

DAS
ACIA,
OU?



1. Balanço

De 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024

(montantes expressos em euros)

| ATIVO | Notas | 2025 | 2024 |
|---|-------|-------------------|-------------------|
| Ativo não corrente | | | |
| Investimentos financeiros | 16.2 | 27 018 | 27 018 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | 5.3 | 101 664 | 75 690 |
| Clientes | 6 | 34 306 | 55 958 |
| Estado e outros entes públicos | 7.1 | 11 958 | 16 385 |
| Outros créditos a receber | 8 | 26 505 | 33 272 |
| Diferimentos | 9 | 63 620 | 84 912 |
| Outros ativos financeiros | 4.2 | 6 052 628 | 5 844 346 |
| Caixa e depósitos bancários | 4.1 | 5 678 231 | 5 578 529 |
| Total do ativo | | 11 995 930 | 11 716 109 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| Fundos patrimoniais | | | |
| Fundos | | | |
| Dotações de fundadores | 10.1 | 1 000 000 | 1 000 000 |
| Resultados transitados | 10.2 | 9 178 801 | 8 383 119 |
| | | 10 178 801 | 9 383 119 |
| Resultado líquido do período | D.R | 475 400 | 795 682 |
| Total dos fundos patrimoniais | | 10 654 201 | 10 178 801 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 11 | 725 747 | 922 212 |
| Estado e outros entes públicos | 7.2 | 93 978 | 72 819 |
| Outras dívidas a pagar | 12 | 522 005 | 542 278 |
| Total do passivo | | 1 341 729 | 1 537 309 |
| Total dos fundos patrimoniais e do passivo | | 11 995 930 | 11 716 109 |

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado (n.º 79736)

Falme Sáez
M. J. M. T. Torres
Luís António Gomes

Victor Manuel Leita Alves

2. Demonstração dos Resultados por Naturezas

De 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024

(montantes expressos em euros)

| RENDIMENTOS E GASTOS | Notas Anexo | Período 2025 | Período 2024 |
|--|-------------|-----------------------------|----------------|
| | | Vendas e serviços prestados | 13.1 |
| Subsídios, doações e legados à exploração | 14 | 8 617 000 | 8 417 550 |
| Custo das mercadorias vendidas | 5.1 | (301 920) | (355 848) |
| Fornecimentos e serviços externos | 15 | (6 523 076) | (6 312 646) |
| Gastos com o pessoal | 16.1 | (1 787 095) | (1 683 381) |
| Imparidades de inventários (perdas e reversões) | 5.4 | (9 150) | (1 357) |
| Aumentos/redução de justo valor | 18 | 208 283 | 418 286 |
| Outros rendimentos | 13.2 | 24 528 | 7 020 |
| Outros gastos | 17 | (83 107) | (80 568) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 370 479 | 641 737 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 13.3 | 104 921 | 154 058 |
| Juros e gastos similares suportados | | 0 | (113) |
| Resultado antes de impostos | | 475 400 | 795 682 |
| Imposto sobre o rendimento do período | | | |
| Resultado líquido do período | | 475 400 | 795 682 |

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado (n.º 79736)

Calme Sáez
Terro P-f
Maria do Carmo Gomes

Victor Manuel Leito Felis

3. Demonstração dos Fluxos de Caixa (método direto)

De 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024

(montantes expressos em euros)

| | 2025 | 2024 |
|--|--------------------|--------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Recebimentos de clientes | 288 838 | 254 711 |
| Pagamentos a fornecedores | (822 397) | (872 972) |
| Pagamentos ao pessoal | (899 462) | (848 701) |
| Caixa gerada pelas operações | (1 433 021) | (1 466 963) |
| Impostos: | (831 940) | (795 396) |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) | (35 603) | (24 010) |
| Retenção Impostos sobre o Rendimento | | |
| IRS Categoria A | (313 962) | (304 540) |
| IRS Categoria B | (43 599) | (52 338) |
| IRC Categoria F | (28 849) | (26 868) |
| Contribuições para a Segurança Social | (409 927) | (387 640) |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | (2 264 961) | (2 262 359) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Outras operações (projetos) | (6 357 258) | (6 265 864) |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Juros e rendimentos similares | 104 921 | 154 058 |
| Investimentos financeiros | | |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento (2) | (6 252 337) | (6 111 806) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | |
| Recebimentos provenientes de donativos | 8 617 000 | 8 417 550 |
| Pagamentos respeitantes a juros e gastos similares | | |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3) | 8 617 000 | 8 417 550 |
| Variação líquida de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | 99 702 | 43 385 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 5 578 529 | 5 535 144 |
| Caixa e seus equivalentes no final do período | 5 678 231 | 5 578 529 |

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado (n.º 79736)

Valério Sáez
YMM Terra IT
Ass. Cont. e Gest. de

Victor Manuel Leites Felis

4. Anexo

Período findo a 31 de dezembro de 2025
(montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, doravante designada por «FUNDAÇÃO», «FFMS» ou «Entidade», é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, constituída pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, Holding B.V. (Sociedade Fundadora), a 12 de fevereiro de 2009, com sede no Largo de Monterroio Mascarenhas, n.º 1, Freguesia de Campolide, Concelho e Distrito de Lisboa.

A FUNDAÇÃO foi reconhecida através do Despacho n.º 13591/2009, de 5 de junho, e declarada pessoa coletiva de utilidade pública pelo Despacho n.º 5159/2010, de 12 de março, ambos emitidos pelo gabinete do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

A 1 de março de 2013, foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série — N.º 43 — Bloco C a confirmação do estatuto de utilidade pública da FUNDAÇÃO, que passou, assim, a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.

A escritura dos novos estatutos, realizada a 21 de novembro de 2013 e publicada no portal do Ministério da Justiça, foi aprovada pelo Conselho de Ministros através do ofício n.º 3666/DAJD/2013.

A FUNDAÇÃO tem no seu objeto social o fim primordial de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando contribuir para o desenvolvimento inter-relacional da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas.

Neste âmbito, a FUNDAÇÃO tem desenvolvido estudos em diversas áreas sociais: demografia e população, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, Segurança Social, Estado, instituições democráticas, entre outras. O detalhe de cada um destes estudos é apresentado no «Relatório Anual de Atividades».

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Divulgação do referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais. A partir de 1 de janeiro de 2016, a FFMS passou a adotar os modelos das demonstrações financeiras constantes na Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, bem como a norma contabilística e de relato financeiro constante no Aviso n.º 8259/2015.

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não-preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC); (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC); e (iii) às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

As bases de preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

Continuidade

As operações realizadas foram registadas no pressuposto da continuidade da Entidade durante um período de pelo menos 12 meses, mas sem limitação, a partir da data de balanço.

Regime da periodização económica (acréscimo)

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições

e os critérios de reconhecimento. Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são, respetivamente, gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou que (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação e, em todo o caso, (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras, e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo que a comparabilidade não seja prejudicada.

Compensação

Os ativos e passivos e os rendimentos e gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são as utilizadas na preparação das quantias comparativas, pelo que, sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas, e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e do resultado da entidade.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras, não foram excecionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL, tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e do resultado da Entidade.

2.3. Indicação e comentário das contas de balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os conteúdos de todas as contas de balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis aos do período anterior.

3. Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Outros ativos financeiros — Os fundos de tesouraria e portfólios de investimentos são registados pelo valor de aquisição, sendo, no final de cada período económico, valorizados à cotação indicada pela entidade bancária. Os ativos têm a cotação de mercado e o justo valor é determinado pela observação dessas cotações.
- Clientes e outras contas correntes a receber — A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. No final de cada período de relato, são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber, de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.
- Fornecedores e outras contas correntes a pagar — As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Acréscimos e diferimentos — As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.
- Dotações de fundadores — As dotações do Fundador são registadas no Fundo Patrimonial na data da confirmação da sua atribuição.
- Subsídios à exploração — As participações recebidas do Fundador para fazer face às despesas com projetos e ao funcionamento da FUNDAÇÃO são reconhecidas na totalidade em rendimentos do período, critério este que foi adotado a partir do período de 2016, por decisão da Comissão Executiva e do Conselho de Administração, na sequência da assinatura do novo Acordo de Concessão de Dotações,

a 11 de fevereiro de 2016, com a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, Holding B.V., por um período de dez anos.

- Inventários — As mercadorias que correspondem aos ensaios e outras publicações são mensuradas pelo custo de produção ou o valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.
- Juros e rendimentos similares — Os juros derivam de aplicações financeiras com remuneração.
- Resultado líquido do período — O saldo apurado, no período anual, positivo ou negativo, é transferido para o fundo patrimonial, rubrica de resultados transitados (nos períodos anteriores a 2016, o resultado do período apurado era sempre nulo, por efeito do procedimento de registo dos rendimentos referido acima).

4. Fluxos de caixa e outros ativos financeiros

4.1 O saldo de «Caixa e seus equivalentes no final do período» da Demonstração dos fluxos de caixa e o da correspondente rubrica do Balanço integram o numerário e os depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), cuja decomposição é a apresentada abaixo:

| | 2025 | 2024 |
|---------------------|------------------|------------------|
| Numerário | 2 000 | 2 000 |
| Depósitos bancários | 5 676 231 | 5 576 529 |
| Total | 5 678 231 | 5 578 529 |

4.2 O valor de «Outros ativos financeiros» da rubrica do Balanço, no montante de 6 052 628 euros, respeita à aplicação num portefólio de investimentos com os seguintes movimentos:

| | Valor mercado 31.12.2025 | Movimentos | Valor mercado 31.12.2024 |
|--------------------------------|-----------------------------|----------------|-----------------------------|
| Inst. financeiras — Portefólio | 6 052 628 | 208 282 | 5 844 346 |
| Total | 6 052 628 | 208 282 | 5 844 346 |

5. Inventários

5.1 O movimento ocorrido na rubrica Inventários — Mercadorias para apuramento do custo das mercadorias vendidas foi o seguinte:

| Rubricas | MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO | | | | Saldo final 31.12.2025 |
|----------------------------------|-----------------------------|-----------------------|------------------|-----------------|---------------------------|
| | Saldo inicial 31.12.2024 | Aumentos (compras) | Diminuições | | |
| | | | CMVMC | Ofertas | |
| Inventários: | | | | | |
| Mercadorias — Ensaios | 97 672 | 165 838 | (135 417) | (31 830) | 96 263 |
| Mercadorias — Outras publicações | 106 947 | 242 725 | (166 503) | (39 689) | 143 480 |
| Total | 204 619 | 408 563 | (301 920) | (71 519) | 239 743 |

Comparando com o ano de 2024:

| Rubricas | MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO | | | | Saldo final 31.12.2024 |
|----------------------------------|-----------------------------|-----------------------|------------------|-----------------|---------------------------|
| | Saldo inicial 31.12.2023 | Aumentos (compras) | Diminuições | | |
| | | | CMVMC | Ofertas | |
| Inventários: | | | | | |
| Mercadorias — Ensaios | 118 478 | 157 964 | (148 605) | (30 165) | 97 672 |
| Mercadorias — Outras publicações | 103 025 | 254 191 | (207 243) | (43 027) | 106 947 |
| Total | 221 504 | 412 155 | (355 848) | (73 192) | 204 619 |

5.2 O valor de mercadorias em inventário, juntamente com o que se encontrava à consignação, não considerando o valor de imparidades, é o seguinte:

| Rubricas — Ensaios | Saldo final 31.12.2025 | Saldo final 31.12.2024 |
|---|---------------------------|---------------------------|
| Mercadoria Fundação | 73 449 | 75 106 |
| Mercadoria à consignação | 22 941 | 22 567 |
| Total [1] | 96 390 | 97 672 |
| Rubricas — Anuários e outras publicações | | |
| Mercadoria Fundação | 22 815 | 22 566 |
| Mercadoria à consignação | 120 538 | 84 380 |
| Total [2] | 143 353 | 106 947 |
| Total Geral [1+2] | 239 743 | 204 619 |

5.3 A perda por imparidade no inventário de ensaios e outras publicações, referente às edições dos anos de 2010 a 2021, 2022, 2023 e 2024, foi reconhecida em 100%, 75%, 50% e 25%, respetivamente. O valor realizável de inventários em balanço é conforme se apresenta no quadro seguinte:

| Rubricas | Valor custo 31/12/2025 | Imparidade | Valor realizável líquido 31.12.2025 | Valor realizável líquido 31.12.2024 |
|--|-----------------------------------|-------------------|--|--|
| Inventários: | | | | |
| Mercadorias — Ensaios | 96 390 | 73 449 | 22 941 | 22 659 |
| Mercadorias — Revista XXI e outras publicações | 143 353 | 64 630 | 78 723 | 53 031 |
| Total | 239 743 | 138 079 | 101 664 | 75 690 |

5.4 O movimento da rubrica Imparidades é o seguinte:

| Rubricas | Saldo inicial 31.12.2024 | Imparidade (reversão) | Saldo final 31.12.2025 |
|--|-------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| Imparidade: | | | |
| Mercadorias — Ensaios | 75 013 | 1 565 | 73 449 |
| Mercadorias — Revista XXI e outras publicações | 53 915 | (10 715) | 64 630 |
| Total | 128 929 | (9 150) | 138 079 |

5.5 O movimento do valor contabilístico do stock é o seguinte:

| Rubricas | MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO | |
|-----------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|
| | Saldo inicial 31.12.2024 | Saldo final 31.12.2025 |
| Valor do stock | 204 619 | 239 743 |
| Imparidade | 128 929 | 138 079 |
| Stock contabilístico | 75 690 | 101 664 |

6. Clientes

A decomposição do saldo de clientes é a seguinte:

| | 2025 | 2024 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Créditos a receber | 43 903 | 65 555 |
| Perdas por imparidades acumuladas | (9 598) | (9 598) |
| Total | 34 306 | 55 958 |

O saldo de clientes refere-se, exclusivamente, a valores a receber da venda das publicações literárias editadas pela FUNDAÇÃO, ajustadas pelas respetivas perdas por imparidade. O valor da imparidade refere-se ao saldo a receber da ST&SF — Sociedade de Publicações, Lda.

7. Estado e outros entes públicos

A rubrica Estado e outros entes públicos é composta da seguinte forma:

7.1 Ativo

| | 2025 | 2024 |
|-------------------------|---------------|---------------|
| Retenção na fonte (IRC) | 11 958 | 11 958 |
| IVA — A recuperar | 0 | 4 427 |
| Total | 11 958 | 16 385 |

7.2 Passivo

| | 2025 | 2024 |
|---|---------------|---------------|
| Retenções de imposto sobre o rendimento (IRS) | 47 336 | 33 977 |
| IVA — A liquidar | 6 483 | 0 |
| Contribuições para a Segurança Social | 40 159 | 38 842 |
| Total | 93 978 | 72 819 |

A FUNDAÇÃO encontra-se abrangida pela isenção contemplada na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo sido requerido ao ministro das Finanças e deferido o reconhecimento da isenção, conforme disposto no n.º 2 do mesmo artigo, incluído no Anexo VI do Relatório de Atividades.

O valor em dívida à Segurança Social corresponde ao valor a liquidar em janeiro do ano seguinte.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Deste modo, a declaração fiscal da Entidade referente ao ano de 2025 poderá vir a ser sujeita a revisão. Contudo, é entendimento da Administração que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades inspetivas, não terão efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

8. Outros créditos a receber

A rubrica Outros créditos a receber, no valor de 26 505 euros (em 2024: 33 272 euros), inclui adiantamentos a fornecedores, adiantamentos ao pessoal e saldos de pequeno montante devidos a credores diversos.

9. Diferimentos

A rubrica Diferimentos — Outros gastos a reconhecer, no valor de 63 620 euros (em 2024: 84 912 euros), inclui o valor de 51 028 euros, referente a serviços prestados com assistência informática, e o valor de 6 615 euros, referente a prémios de seguros cuja periodicidade abrange parte do período seguinte (2026).

10. Fundos Patrimoniais

10.1 O valor da Dotação do Fundador, no montante de 1 000 000 euros, foi totalmente realizado no período de 2009.

10.2 O saldo da conta de Resultados transitados, no montante de 9 178 801 euros, respeita i) à transferência do saldo da rubrica Diferimentos do período findo a 31 de dezembro de 2015, correspondente às verbas de dotações recebidas do Fundador, no âmbito do primeiro contrato de Acordo de Concessão de Dotações, no montante de 5 423 500 euros, e que não foram utilizadas no financiamento da atividade da FUNDAÇÃO até à data da caducidade do referido Acordo (fevereiro de 2016), conforme mencionado

acima no ponto 3. Bases de apresentação; e ao ii) acréscimo do Resultado líquido apurado no período de 2016 (469 675 euros), do período de 2017 (621 084 euros), do período de 2018 (628 616 euros), do período de 2019 no valor negativo (753 443 euros), do período de 2020 (623 936 euros), do período de 2021 (354 653 euros), do período de 2022 no valor negativo (1 045 458 euros), do período de 2023 (2 060 555 euros) e do período de 2024 (795 682 euros).

11. Fornecedores

A rubrica Fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

| | 2025 | 2024 |
|---|----------------|----------------|
| Fornecedores conta corrente | 715 027 | 901 326 |
| Consultores e prestadores de serviços individuais | 10 720 | 20 887 |
| Total | 725 747 | 922 212 |

O saldo de Fornecedores conta corrente, cujo vencimento decorre, essencialmente, entre os meses de janeiro e fevereiro, é exigível na totalidade, não havendo situações de litígio ou de protelação de prazos de pagamento, e é relativo, essencialmente, a prestadores de serviços e a gastos com a produção de publicações, com a participação nos meios de comunicação e com eventos.

12. Outras dívidas a pagar

A rubrica Outras dívidas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

| Dívidas por acréscimos de gastos: | 2025 | 2024 |
|--|----------------|----------------|
| Remunerações a liquidar | 292 529 | 264 315 |
| Outros acréscimos de gastos | 224 865 | 277 963 |
| Subtotal | 517 394 | 542 278 |
| Outra dívidas | 4 611 | 0 |
| Total | 522 005 | 542 278 |

Os valores da rubrica Remunerações a liquidar a colaboradores, de 292 529 euros, correspondem à estimativa dos encargos com férias e subsídios de férias a pagar em 2026, vencidos no exercício de 2025.

A rubrica Outros acréscimos de gastos, de 224 865 euros, inclui, essencialmente, i) o valor de 69 728 euros de prestação de serviços de cedência de recursos humanos, rendas e comparticipação de gastos (prestados pela UnileverFima/JMDB/JMR); e ii) o valor de 155 137 euros, referente a acréscimos de gastos com projetos da Comissão Científica, Publicações e Programas que já estavam em execução à data do encerramento do presente período.

13. Rédito

13.1 A rubrica Vendas e prestações de serviços decompõe-se da seguinte forma:

| Vendas e prestações de serviços | 2025 | 2024 |
|---|----------------|----------------|
| Venda de ensaios | 131 898 | 99 097 |
| Venda de outras publicações | 85 434 | 127 387 |
| Subtotal vendas | 217 331 | 226 484 |
| Prestação de serviços (encontros, <i>ebooks</i>) | 7 409 | 6 009 |
| Prestação de serviços – Outros | 276 | 188 |
| Total | 225 016 | 232 681 |

13.2 A rubrica Outros rendimentos e ganhos decompõe-se da seguinte forma:

| Outros rendimentos e ganhos | 2025 | 2024 |
|---|---------------|--------------|
| Correções relativas a períodos anteriores | 7 796 | 6 592 |
| Outros | 16 733 | 428 |
| Total | 24 528 | 7 020 |

O valor de Correções relativas a períodos anteriores, 7 796 euros, corresponde a regularizações de saldos de fornecedores de exercícios dos anos anteriores, e o valor de Outros, 16 733 euros, corresponde à comparticipação da SFMS, B.V. para fazer face a despesas incorridas pela Fundação na sua atividade.

13.3 A rubrica Juros, dividendos e outros rendimentos similares decompõe-se da seguinte forma:

| Juros, dividendos e outros rendimentos e similares | 2025 | 2024 |
|---|----------------|----------------|
| Juros obtidos de depósitos | 104 921 | 154 058 |
| Outros | 0 | 0 |
| Total | 104 921 | 154 058 |

Os juros são obtidos da aplicação Fiduciary Call Deposit, no Barclays.

14. Subsídios, doações e legados à exploração

A rubrica Subsídios, doações e legados à exploração corresponde ao valor total dos valores de doações do período, recebidas e registadas em Rendimentos, no montante de 8 617 000 euros, em que 6 718 334 euros foram efetuados pelo Fundador — Sociedade Francisco Manuel dos Santos, Holding B.V., e 1 898 666 euros da Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., conforme contratos assinados e todos concluídos.

15. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica Fornecimentos e serviços externos decompõe-se da seguinte forma:

| Designação | 2025 | 2024 |
|--|-------------|-------------|
| Trabalhos especializados | 4 841 307 | 4 646 769 |
| Outros custos | 1 004 861 | 1 109 759 |
| Publicidade e comunicação | 368 269 | 381 596 |
| Deslocações e estadas | 30 944 | 72 620 |
| Conservação — Edifícios e outros | 97 845 | 89 581 |
| Assessoria jurídica e outros | 66 894 | 63 138 |
| Rendas e alugueres e custos associados | 113 836 | 107 438 |
| Serviços de informática | 36 575 | 35 706 |
| Outros custos — Cedência de pessoal | 243 082 | 301 011 |
| Despesas de representação | 22 780 | 20 837 |

| Designação | 2025 | 2024 |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| Despesas de comunicação | 11 740 | 24 495 |
| Outros fornecimentos e serviços | 12 896 | 13 338 |
| FSE — Custos projetos | 5 846 168 | 5 756 528 |
| FSE — Custos de funcionamento | 676 908 | 556 118 |
| Total FSE | 6 523 076 | 6 312 646 |

O valor de FSE — Custos de projetos, no montante de 5 846 168 euros, incorpora a maioria dos gastos com os Projetos e Publicações desenvolvidos pela FUNDAÇÃO, conforme discriminados na Nota 19 abaixo, sendo que a rubrica Trabalhos especializados se refere aos bens e serviços afetos diretamente à produção de publicações e à realização de eventos, e as restantes rubricas, aos gastos administrativos indiretos que foram repartidos pelos projetos. O valor de FSE — Custos de funcionamento, no montante de 676 908 euros, refere-se essencialmente a serviços de gestão, despesas administrativas e manutenção do sistema informático.

16. Benefícios dos empregados

16.1. A rubrica Benefícios dos empregados decompõe-se da seguinte forma:

| | 2025 | 2024 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Remunerações de órgãos sociais | 254 770 | 310 000 |
| Remunerações do pessoal | 1 060 762 | 874 292 |
| Senhas de presença | 204 388 | 194 818 |
| Encargos sobre remunerações | 206 328 | 232 501 |
| Outros (seguros, indemnizações) | 60 848 | 71 770 |
| Total | 1 787 095 | 1 683 381 |

O quadro de pessoal da FUNDAÇÃO integrava, no final do período, 26 colaboradores (24 colaboradores em 2024), dos quais três são membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, e remunerados 12 meses no ano. No caso dos membros da Comissão Executiva com liderança em projetos específicos, os custos dos mesmos foram alocados em 2025 a Projetos, no montante 215 229 euros em 2025 e no valor de 252 638 euros em 2024 (Nota 19).

O valor das senhas de presença, atribuídas aos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Curadores, constitui rendimento de trabalho dependente, categoria A, e, como tal, está sujeito a retenção em sede de IRS e ao desconto de contribuições para a Segurança Social.

16.2 A Lei 115/2013, de 30 de agosto, estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho, aplicável a todos os contratos celebrados após 1 de outubro de 2013. No cumprimento da Lei 115/2013, o cálculo do fundo de compensação foi efetuado através da aplicação da taxa de 0,925% sobre o salário base, tendo sido apurado o valor até 2023 de 27 018 euros, ficando registado na rubrica em balanço de investimentos financeiros. A mesma foi revogada pelo Decreto-Lei 115/2023, de 15 de dezembro, que levou à extinção da obrigação referente ao Fundo de Compensação do Trabalho.

17. Ofertas de livros e outros

A rubrica Ofertas de livros e outros decompõe-se da seguinte forma:

| Outros gastos e perdas | 2025 | 2024 |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Ofertas de edições | 31 830 | 30 165 |
| Ofertas de outras publicações | 39 689 | 43 027 |
| | 71 519 | 73 192 |
| Quotizações e Taxas | 864 | 5 500 |
| Correção exercícios anteriores | 9 351 | 1 030 |
| Diferenças de câmbio / Outros | 1 373 | 847 |
| | 11 588 | 7 376 |
| Total | 83 107 | 80 568 |

A rubrica Ofertas de edições corresponde às publicações editadas pela FUNDAÇÃO e que foram doadas a instituições protocoladas. O valor de 500 euros corresponde ao pagamento de quota ao Centro Português de Fundações.

A rubrica Correção de exercícios anteriores, com o valor de 9351 euros, refere-se essencialmente a regularizações do IVA de exercícios anteriores. E a rubrica Diferenças de câmbio / Outros inclui valores relativos a diferenças de câmbio desfavoráveis e outras penalidades.

18. Aumentos e reduções de justo valor

A rubrica Aumentos e reduções de justo valor do portefólio, no montante de 208 283 euros, compreende a valorização de instrumentos financeiros, de acordo com a cotação indicada pela instituição financeira que gere a carteira.

| | Ano 2025 | |
|-------------------------------------|----------------|---------------|
| | Não realizadas | Realizadas |
| Perdas/ganhos de justo valor | 195 187 | 13 096 |
| Total | 195 187 | 13 096 |

| | Ano 2024 | |
|-------------------------------------|----------------|---------------|
| | Não realizadas | Realizadas |
| Perdas/ganhos de justo valor | 320 368 | 97 917 |
| Total | 320 368 | 97 917 |

19. Projetos promovidos e publicações

Os projetos promovidos pela FUNDAÇÃO, que incluem a Coordenação Científica, repartem-se em Projetos científicos e Outros programas. Os primeiros estão organizados em três áreas: Economia, Instituições e Sociedade; os segundos, em quatro áreas: Debates, documentários e outros projetos, Portais, Encontros da Fundação, e Reporting & Sistemas & Comunicação.

Até ao final do período de 2025, para a execução de Projetos científicos e programas e Publicações, foi aprovado o valor de 83 507 848 euros, e realizado o respetivo valor de 82 346 803 euros, conforme se discrimina no mapa acumulado de 2009-2024 de Proposta de Desembolso de Capital (PDC):

| Rubricas | VALORES APROVADOS | | | VALORES REALIZADOS | | |
|---|-----------------------------|------------------|-----------------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------|
| | Acumulado 2009 a 2024 | 2025 | Acumulado 2009 a 2025 | Acumulado 2009 a 2024 | 2025 | Acumulado 2009 a 2025 |
| Economia | 4 520 786 | 757 415 | 5 278 201 | 4 088 119 | 584 171 | 4 672 290 |
| Instituições | 5 355 712 | 559 126 | 5 914 838 | 5 004 806 | 686 047 | 5 690 853 |
| Sociedade | 6 118 748 | 354 898 | 6 473 646 | 6 118 748 | 354 898 | 6 473 646 |
| Projectos anterior a 2014 | 3 832 572 | | 3 832 572 | 3 832 572 | | 3 832 572 |
| Total Projectos científicos (1) | 19 827 818 | 1 671 439 | 21 499 257 | 19 044 245 | 1 625 116 | 20 669 361 |
| Debates, documentários e outros projectos | 5 842 256 | 795 286 | 6 637 543 | 5 842 256 | 779 686 | 6 621 942 |
| Portais | 18 811 559 | 1 864 308 | 20 675 867 | 18 468 191 | 1 964 636 | 20 432 826 |
| Encontros Fundação | 12 993 222 | 0 | 12 993 222 | 12 993 222 | 0 | 12 993 222 |
| Reporting, sistemas e comunicação | 5 996 651 | 553 951 | 6 550 601 | 5 849 459 | 650 934 | 6 500 393 |
| Total Outros programas | 43 643 687 | 3 213 546 | 46 857 233 | 43 153 128 | 3 395 255 | 46 548 384 |
| Total Projectos científicos e Outros programas (2) | 63 471 506 | 4 884 984 | 68 356 490 | 62 197 373 | 5 020 371 | 67 217 744 |
| Publicações | 13 784 303 | 1 367 056 | 15 151 358 | 13 776 962 | 1 352 096 | 15 129 058 |
| Total geral | 77 255 808 | 6 252 040 | 83 507 848 | 75 974 336 | 6 372 467 | 82 346 803 |
| Verba a cativar | | | | | | 1 161 045 |

(1) Os gastos de Projetos científicos e outros programas estão registados na rubrica Fornecimentos e serviços externos – Trabalhos especializados (inclui o valor de IVA suportado), sendo reconhecido o gasto em função da evolução e concretização das várias fases dos projetos.

(2) Os gastos de Publicações referem-se, essencialmente, à produção de livros, incluindo: i) custo das mercadorias consumidas; ii) ofertas de edições; iii) fornecimentos e serviços externos – trabalhos especializados, gastos com eventos, ações POS e gestão logística, publicidade e comunicação.

| Resumo | 2025 | 2024 |
|---|------------------|------------------|
| Projectos aprovados com Proposta de Desembolso de Capital (PDC) | 83 507 848 | 77 255 808 |
| Valores gastos | (82 346 803) | (75 974 336) |
| Verba a cativar (para 2026) | 1 161 046 | 1 281 473 |

Para fazer face à verba a cativar de 1161 046 euros, relativa aos projetos aprovados com a Proposta de Desembolso de Capital (PDC), o valor de meios financeiros disponíveis no final do período era de 5 678 231 euros, correspondentes ao saldo da Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4).

20. Aplicação de fundos

Até à data, a FUNDAÇÃO recebeu do Fundador a dotação inicial de 1 000 000 euros, e subsídios de 113 207 550 euros (104 822 550 euros + 8 385 000 euros), e obteve ganhos em subsídios de outras entidades, vendas e prestações de serviços e outros proveitos não operacionais de 5 113 058 euros. Ao total de ganhos de 114 622 880 euros (112 897 108 euros + 1 725 772 euros), foram afetos gastos da atividade operacional e custos de funcionamento, no montante de 110 392 178 euros, originando um resultado de 4 755 702 euros, adicionado aos resultados transitados e ao fundo patrimonial inicial. A 31 de dezembro de 2025, o valor de Fundo patrimonial é de 10 654 201 euros.

| | 2025 | | 2009-2024 | | 2009-2025 |
|--|------------------|-----|--------------------|-----|--------------------|
| Subsídios (Nota 14) | 8 385 000 | | 99 399 050 | | 107 784 050 |
| Subsídios de outras entidades (Nota 14) | 232 000 | | 1 479 170 | | 1 711 170 |
| Vendas e serviços prestados (Nota 13.1) | 225 016 | | 3 176 872 | | 3 401 888 |
| Total proveitos | 8 842 016 | | 104 055 092 | | 112 897 108 |
| Projectos (Nota 19) | 6 372 467 | 73% | 75 974 336 | 75% | 82 346 803 |
| Gastos de funcionamento (1) | 2 331 880 | 27% | 25 713 495 | 25% | 28 045 375 |
| Total gastos | 8 704 347 | | 101 687 831 | | 110 392 178 |
| Outros proveitos/gastos não operacionais (2) | 337 732 | | 1 388 040 | | 1 725 772 |
| Resultado do(s) período(s) (acumulado) | 475 400 | | 3 755 301 | | 4 230 702 |
| Comparticipação do Fundador até 2015 transferida para Resultados transitados | | | 5 423 500 | | 5 423 500 |
| Dotação inicial | | | 1 000 000 | | 1 000 000 |
| Fundo patrimonial | | | 10 178 801 | | 10 654 201 |

(1) O valor de gastos de funcionamento corresponde aos Gastos com pessoal (Nota 16.1), custos de funcionamento da rubrica de Fornecimentos e serviços externos (Nota 15) e o valor da rubrica Outros gastos e perdas da Nota 17, menos o valor das remunerações com os membros da Comissão Executiva com liderança em projetos específicos, no montante de 215 229 euros (Nota 19);

(2) O valor de Outros proveitos/gastos não operacionais resulta de Outros ganhos (129 449 euros) das Notas 13.2 e 13.3, e de Aumentos e reduções de justo valor (208 283 euros) da Nota 18.

21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Os honorários faturados pelo revisor oficial de contas ascenderam a 8278 euros.

22. Eventos subsequentes à data do balanço

Até à data da conclusão deste relatório, não ocorreram acontecimentos que mereçam destaque para complementar a leitura das presentes demonstrações financeiras.

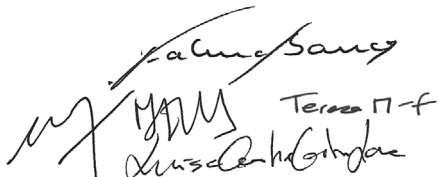
23. Outras informações

Atualizámos a Pordata, continuámos a edição das publicações, conforme mencionamos no Relatório de Atividades, mantivemos a programação dos Estudos, realizámos a Escola de Verão e seguimos o programa científico para o triénio 2024-2026.

Em 2025, toda a equipa da FFMS reafirmou a sua vontade de contribuir para um país melhor e mais desenvolvido, com pluralismo e debate de ideias, independência, sentido crítico e pleno compromisso de cidadania para o bem comum.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado (n.º 79736)


Teresa P-f
Micaela Gomes


Victor Manuel Leites Felis



Shape the future
with confidence

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A. Tel: +351 217 912 000
www.ey.com
Avenida da Índia, 10 - Piso 1
1349-066 Lisboa
Portugal

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Fundação Francisco Manuel dos Santos (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 11.995.930 euros e um total de fundos patrimoniais de 10.654.201 euros, incluindo um resultado líquido de 475.400 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Fundação Francisco Manuel dos Santos em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.





**Shape the future
with confidence**

Fundação Francisco Manuel dos Santos
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2025

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o Relatório de Atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de abril de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Pedro Miguel Borges Marques - ROC n.º 1801
Registado na CMVM com o n.º 20161640

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Curadores

No cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora que efetuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da **Fundação Francisco Manuel dos Santos** (doravante designada por Fundação), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Acompanhámos o desenvolvimento da atividade da Fundação procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Administração, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com o regime de normalização contabilística para as ESNL, exprimindo dessa forma a correta situação patrimonial da Fundação.

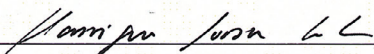
Analisámos, também, o relatório preparado pelo Conselho de Administração, que relata os aspetos mais significativos das atividades e ações que foram e serão desenvolvidas pela Fundação.

Ressalvamos que o Parecer deste Conselho Fiscal está suportado na opinião emitida (que anexamos) sobre as demonstrações financeiras suprarreferidas pelo vogal Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., em resultado da incumbência que lhe foi atribuída face às competências técnicas que detém.

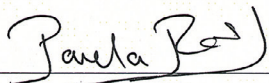
Face ao exposto, damos o nosso Parecer no sentido de que sejam aprovados o Relatório de atividades emitido pelo Conselho de Administração e as contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Lisboa, 22 de Abril de 2026

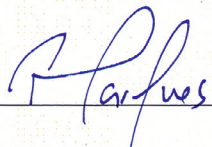
O CONSELHO FISCAL,



Dr. Henrique Soares dos Santos
Presidente



Dr.ª Paula Prado Rosa
Vogal



ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS - SROC, S.A.
Representada por: Dr. Pedro Miguel Marques (R.O.C. n.º 1801)



7.ª edição da Escola de Verão da Fundação

31 de agosto a 7 de setembro de 2025

Participaram, nesta edição da Escola de Verão, 59 alunos entre os 15 e os 17 anos, de 17 dos 18 distritos do país. Ao longo de uma semana, em Peniche, estes jovens debruçaram-se sobre o tema da inteligência artificial, através da reflexão e do debate com especialistas nacionais, num programa preparado por Bernardo Caldas, especialista em inteligência artificial. Esta edição recebeu oradores como Adolfo Mesquita Nunes, advogado e especialista em regulação da inteligência artificial; Joana Gonçalves de Sá, coordenadora do grupo de investigação Social Physics & Complexity, do LIP – Laboratório de Instrumentação e Física de Partículas; José Maria Pimentel, economista e moderador do *podcast* «45 Graus»; o psiquiatra Gustavo Jesus; e Luís Viegas Cardoso, assessor da presidente da Comissão Europeia para Assuntos Digitais, entre outros.

ANEXOS

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

ESCOLA
DE VERÃO '25

INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL
PENSAR DIFERENTE

DESAFIOS

OBRIGADA



Anexo I

Carta de Princípios

A Fundação Francisco Manuel dos Santos propõe-se pensar, estudar e contribuir para o melhor conhecimento da realidade portuguesa. É seu propósito colaborar no esforço de resolução dos problemas da sociedade, em benefício de todos os Portugueses e das gerações futuras.

Para alcançar esse objetivo, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas que, obedecendo aos mais elevados padrões de rigor e qualidade, permitam uma melhor compreensão da realidade, apresentem soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundem o debate em torno dos grandes problemas nacionais e contribuam para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

A atividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos será norteadada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social, e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos atuará com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos são os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos considera essencial promover um envolvimento mais ativo da sociedade civil na reflexão e na resolução dos problemas nacionais, pelo que envidará todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projetos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objetiva e rigorosa sobre os resultados das suas atividades, garantindo ainda a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas atividades.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos entende que a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações é um objetivo tão importante quanto a realização de estudos e trabalhos de investigação.

Na prossecução das suas atividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pelos Fundadores.

Anexo II

Estatutos

Artigo 1.º (Natureza)

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, criada pela sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A. (Fundadora), é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, que se rege pelos presentes Estatutos e, no que neles for omissos, pela Lei Portuguesa.

Artigo 2.º (Fins e Objeto)

1. O fim primordial da Fundação é o de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. Com esse propósito fundamental, sem prejuízo da realização de outras atividades adequadas à prossecução dos seus fins, a Fundação promoverá estudos em diversas áreas, elaborando análises sobre temas selecionados, publicando os resultados, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objeto dos trabalhos.

2. As áreas abrangidas serão as mais variadas, com especial relevo para: a) População e demografia; b) Condições sociais e económicas das famílias e das pessoas; c) O desenvolvimento económico, social e humano; d) Identidade nacional e cultural; e) O Estado, a Administração Pública, as instituições democráticas e a organização do território; f) A Justiça, os Direitos e deveres dos cidadãos; g) O Estado de proteção social, a Saúde, a Educação e a Segurança social; h) As políticas públicas; i) A sociedade civil, as instituições privadas, as associações e as empresas.

3. Os projetos a realizar pela Fundação deverão satisfazer os mais elevados critérios de rigor científico e independência de análise; traduzir uma real pluralidade de opiniões; garantir a liberdade crítica e de expressão dos seus autores; ter como prioridade as questões relevantes da sociedade.

4. A Fundação será independente de organizações e interesses políticos, partidários, económicos, religiosos e outros.

5. A Fundação aprovará uma Carta de Princípios e um Código de Boas Práticas, documentos esses que serão amplamente divulgados e

incluirão normas e regras de conduta que os titulares dos órgãos sociais se comprometerão a cumprir e fazer cumprir.

Artigo 3.º (Exclusões)

A Fundação não poderá conceder donativos ou por outros meios promover quaisquer atividades de prestação de cuidados de saúde, beneficência, desporto, criação artística, expressão cultural, educação, formação académica ou profissional, investigação científica individual, nem contribuir para custos gerais e correntes de entidades ou organizações, construção de edifícios, aquisição de equipamentos e viaturas, aluguer de instalações, participação em conferências e congressos, espetáculos, atividades de cariz político ou partidário, associativismo profissional, nem colaborará em apelos públicos de recolha de fundos, organização de exposições ou museus e preservação do património cultural ou edificado.

Artigo 4.º (Duração)

A Fundação tem duração ilimitada.

Artigo 5.º (Sede)

A Fundação tem sede no Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 1099-081 Lisboa, freguesia de Campolide, Concelho de Lisboa.

O Conselho de Administração poderá criar delegações ou outras formas de representação onde for considerado necessário ou conveniente para a realização do seu fim.

Artigo 6.º (Património)

1. O património da Fundação é constituído:

- a) Por um capital inicial próprio de € 1 000 000,00 (um milhão de euros), que a Fundadora lhe destinou;
- b) Pelas dotações que vierem a ser contratadas com a Fundadora;
- c) Pelo produto, em bens ou direitos, de quaisquer subsídios, donativos, heranças, legados ou cedências a título gratuito,

- de quaisquer entidades, públicas ou privadas, portuguesas ou estrangeiras;
- d) Por todos os bens, móveis ou imóveis, e direitos que a Fundação venha por outro modo a adquirir;
 - e) Pelos rendimentos resultantes da gestão do seu património;
 - f) Pelo produto dos empréstimos que venha a contrair;
 - g) Pelos rendimentos provenientes dos serviços prestados no desenvolvimento da sua atividade.

2. Para todos os efeitos, é expressa vontade da Fundadora conferir a natureza de rendimentos da Fundação aos benefícios económicos referidos nas alíneas b) a g) do número anterior, bem como a quaisquer outros benefícios económicos auferidos pela Fundação com exceção dos relacionados com o capital inicial próprio referido na alínea a) do número anterior ou outros a que seja especificamente atribuída a natureza de capital próprio.

Artigo 7.º (Investimentos e Contribuições)

A Fundação pode alienar e onerar bens ou direitos e contrair obrigações, bem como realizar investimentos, nos termos que a sua administração julgue adequados à prossecução dos seus fins ou à realização de uma aplicação mais produtiva ou segura dos valores do seu património.

A Fundação não pode aceitar doações, heranças ou legados sujeitos a condição ou a encargo que contrariem o seu objeto, finalidade e independência.

Artigo 8.º (Órgãos da Fundação)

São órgãos da Fundação o Conselho de Curadores, o Órgão de Fiscalização, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

Artigo 9.º (Conselho de Administração)

1. O Conselho de Administração é composto por cinco a onze membros, sempre em número ímpar, um dos quais será o presidente, dele fazendo parte a Comissão Executiva conforme previsto no artigo 11.º.

2. O mandato dos membros do Conselho de Administração é de cinco anos, sendo renovável até duas vezes.

3. O presidente e os restantes membros do Conselho de Administração são eleitos pelo Conselho de Curadores, sob proposta do presidente deste.

4. Se um membro do Conselho de Administração for membro do Conselho de Curadores, suspende o respetivo mandato neste último Conselho enquanto exercer aquelas funções.

5. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade.

Artigo 10.º (Competência do Conselho de Administração)

1. Compete em especial ao presidente do Conselho de Administração promover os projetos tendentes à realização dos fins da Fundação.

2. Compete ainda ao presidente do Conselho de Administração, sempre que considerar adequado, propor ao Conselho de Curadores a adoção e/ou alteração de quaisquer formas de organização interna da Fundação.

3. Compete ao Conselho de Administração gerir o património da Fundação, bem como deliberar sobre propostas de alteração dos estatutos, de modificação e de extinção da Fundação e, em especial:

- a) Administrar o património da Fundação, praticando todos os atos necessários a esse fim, incluindo os atos previstos no n.º 1 do artigo 7.º;
- b) Aprovar os planos anuais de atividade, o relatório, o balanço e as contas do exercício, submetendo-os à aprovação do Conselho de Curadores;
- c) Aprovar o orçamento anual;
- d) Instituir e manter sistemas internos de controlo contabilístico, de forma a refletirem, precisa e totalmente em cada momento, a situação patrimonial e financeira da Fundação;
- e) Deliberar sobre a abertura de delegações ou outras formas de representação;
- f) Proceder à aceitação de donativos, patrocínios, participações e subsídios destinados a projetos concretos da Fundação.

Artigo 11.º (Comissão Executiva)

1. A Comissão Executiva faz parte do Conselho de Administração e é constituída por um presidente e quatro vogais. O presidente da Comissão Executiva pode acumular funções com as de presidente do Conselho de Administração.

2. A Comissão Executiva é eleita pelo Conselho de Administração na primeira reunião do mesmo que tiver lugar, exceto se os seus membros tiverem já sido expressamente designados pelo Conselho de Curadores no âmbito da eleição do Conselho de Administração.

3. Competem, em geral, à Comissão Executiva funções de gestão corrente da Fundação e, em especial:

- a) Contratar, gerir e dirigir o pessoal;
- b) Avaliar e aprovar propostas de projetos ou atividades e todos os respetivos termos e condições, aprovar a concessão de subsídios, apoios ou empréstimos a projetos específicos e quaisquer outras despesas da Fundação;
- c) Tomar todas as decisões e exercer todas as funções que não estejam expressamente cometidas a outro órgão.

4. As deliberações da Comissão Executiva são tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade.

Artigo 12.º (Vinculação da Fundação)

1. O Conselho de Administração representa a Fundação, em juízo ou fora dele, com poderes de delegação em qualquer dos vogais do Conselho de Administração.

2. A Fundação obriga-se pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração, um dos quais deverá ser membro da Comissão Executiva.

3. O Conselho de Administração, bem como a Comissão Executiva, podem constituir mandatários, delegando-lhes competência, podendo, nesse caso, a Fundação ficar obrigada pela assinatura conjunta de um membro do Conselho de Administração e de um mandatário nos termos estabelecidos no mandato.

Artigo 13.º (Conselho de Curadores)

1. O Conselho de Curadores é composto por cinco a nove Membros, designados de entre personalidades de mérito reconhecido e integridade moral comprovada e com competência nos domínios adequados ao desempenho das atividades da Fundação.

2. O presidente do Conselho de Curadores é designado pela Fundadora, enquanto esta tiver existência jurídica. Se a Fundadora não tiver existência jurídica no momento da designação, o presidente será eleito por maioria dos votos dos membros do próprio Conselho de Curadores.

3. Os demais membros do Conselho de Curadores são designados por deliberação do próprio Conselho, sob proposta do presidente do Conselho de Curadores.

4. O mandato dos membros do Conselho de Curadores terá a duração de cinco anos, podendo ser prorrogado uma única vez por idêntico período. Pode, no entanto, o mandato de qualquer dos membros ser renovado para além do segundo período, por proposta do presidente do Conselho de Curadores e deliberação por maioria de dois terços dos seus membros.

5. A limitação de mandatos prevista no número anterior não se aplica ao presidente do Conselho de Curadores.

6. O mandato dos membros do Conselho de Curadores cessa:

- a) Por decurso do tempo, conforme disposto no número 4;
- b) Por morte ou incapacidade permanente;
- c) Por renúncia por carta dirigida ao presidente do Conselho de Curadores;
- d) Por exclusão deliberada em escrutínio secreto por maioria de dois terços dos membros do Conselho em funções, com fundamento em indignidade, falta grave ou desinteresse manifesto no exercício das funções.

7. O Conselho de Curadores reúne pelo menos uma vez por semestre, e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente, de sua iniciativa ou a pedido do presidente do Conselho de Administração ou da maioria dos membros do Conselho de Curadores.

8. Os membros do Conselho de Curadores podem fazer-se representar nas reuniões por outro membro, mediante comunicação escrita previamente dirigida ao presidente, com exceção das votações a que se refere o artigo 16.º.

9. As funções de membro do Conselho de Curadores não são remuneradas, sendo-lhes, no entanto, atribuídas subvenções de presença e de transporte e ajudas de custo.

10. Salvo disposição em contrário, as deliberações do Conselho de Curadores são tomadas por maioria, tendo o seu presidente voto de qualidade.

11. Os membros do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva podem participar nas reuniões do Conselho de Curadores, a convite do respetivo presidente, sem direito de voto.

Artigo 14.º (Competência do Conselho de Curadores)

1. Compete ao Conselho de Curadores:

- a) Garantir a manutenção dos princípios orientadores da Fundação e aprovar as linhas gerais do seu funcionamento e da prossecução dos seus fins;
- b) Designar, nos termos do artigo 9.º, n.º 3, os membros do Conselho de Administração;
- c) Destituir os membros do Conselho de Administração;
- d) Deliberar sobre as propostas do presidente do Conselho de Administração, apresentadas nos termos do Artigo 10.º, n.º 2, quanto à adoção e/ou alteração de quaisquer formas de organização interna da Fundação, através da adoção de regulamentos internos, resoluções ou qualquer outro modo considerado conveniente;
- e) Designar os seus próprios membros, nos termos do artigo 13.º;
- f) Apreciar e aprovar o relatório, balanço e contas do exercício preparados pelo Conselho de Administração;
- g) Designar o Órgão de Fiscalização, nos termos do artigo 15.º;
- h) Definir o estatuto remuneratório dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como o valor das subvenções e ajudas de custo dos seus próprios membros, através de uma comissão composta por três membros do Conselho de Curadores, um dos quais o respetivo presidente;
- i) Aprovar a aceitação de donativos, subsídios, heranças ou legados de quaisquer entidades, fora dos casos previstos no artigo 11.º, n.º 3, c), quer impliquem ou não para a Fundação a constituição de encargos ou o estabelecimento de condições.

2. A comissão referida na alínea h) do número anterior é eleita pelo Conselho de Curadores, sob proposta do presidente, que também preside à mesma, e delibera sob a sua proposta.

Artigo 15.º (Fiscalização)

- 1.** A fiscalização da Fundação é exercida por um Conselho Fiscal composto por um presidente e dois vogais.
- 2.** O órgão de fiscalização é designado pelo Conselho de Curadores, sob proposta do presidente deste, tendo os mandatos a duração de cinco anos.
- 3.** Compete ao órgão de fiscalização:
 - a) Examinar e emitir parecer, anualmente, sobre o balanço e as contas do exercício a aprovar pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Curadores;
 - b) Verificar periodicamente a regularidade da escrituração da Fundação;
 - c) Examinar e emitir parecer, trimestralmente, sobre as contas apresentadas pela Comissão Executiva.

Artigo 16.º (Modificação dos Estatutos, Transformação e Extinção)

- 1.** A modificação dos presentes Estatutos e transformação e extinção da Fundação só podem ser deliberadas sob proposta do presidente do Conselho de Curadores, mediante aprovação em reunião conjunta do Conselho de Administração e do Conselho de Curadores, tomada nos seguintes termos, sem prejuízo das disposições legais em vigor sobre a matéria:
 - a) A proposta terá de obter os votos favoráveis da maioria dos membros em efetividade de funções de cada um daqueles Conselhos, individualmente considerados; e sem prejuízo da anterior alínea a), a proposta terá ainda de obter os votos favoráveis de dois terços da totalidade dos membros dos referidos Conselhos em efetividade de funções, conjuntamente considerados;
 - b) Em caso de extinção, o património da Fundação terá o destino que, por deliberação conjunta dos órgãos referidos no número anterior, for julgado mais conveniente para a prossecução do fim para que foi instituída, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis quanto ao destino dos bens em caso de extinção.

Artigo 17.º (Vontade da Fundadora)

Os presentes Estatutos refletem integralmente a vontade da sociedade Fundadora e quaisquer dúvidas que surjam quanto à interpretação ou aplicação dos mesmos deverão ser resolvidas pela mesma ou, caso esta não tenha existência jurídica, pelo Conselho de Curadores.

Anexo III

Declaração de Princípios e Código de Boas Práticas

I – Declaração de princípios

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, constituída a 12 de fevereiro de 2009, é uma instituição sem fins lucrativos que tem como fim primordial promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. A Fundação acredita que o incremento do pensamento e do estudo sobre a realidade nacional pode contribuir decisivamente para o seu melhor conhecimento e, dessa forma, para a resolução dos seus problemas, em benefício de todos os Portugueses da geração presente e das gerações futuras.

Com vista a alcançar estes seus propósitos, e sem prejuízo da realização de outras iniciativas adequadas à prossecução dos seus fins, a Fundação Francisco Manuel dos Santos dedica-se e continuará a dedicar-se a promover a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas nas mais diversas áreas, que — assegurando os mais elevados padrões de rigor científico, qualidade e independência de análise — tenham por escopo elaborar uma análise profunda e conhecedora de temas relevantes para a nossa sociedade, apresentando soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundando o debate em torno dos grandes problemas nacionais, e, desse modo, contribuindo para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

Por meio destas obras, estudos e projetos — os quais, por imperativo inderrogável, devem traduzir uma real pluralidade de opiniões e garantir a liberdade crítica e de expressão dos seus autores —,

a Fundação Francisco Manuel dos Santos espera melhorar o conhecimento da realidade nacional, sobretudo junto da sociedade civil, cujo envolvimento ativo na reflexão e na resolução dos problemas nacionais se afigura essencial para a sua digna resolução.

Aliás, justamente com vista a promover esse envolvimento, a Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se ainda a envidar todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projetos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objetiva e rigorosa sobre os resultados das suas atividades e iniciativas, garantindo ainda, deste modo, a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas atividades. Para além disso, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá ainda a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações, cuja concretização considera tão importante quanto a realização dos estudos e trabalhos de investigação acima mencionados.

As áreas nas quais a Fundação Francisco Manuel dos Santos pretende focar a sua atividade são muito variadas, embora se devam destacar — por consistirem naquelas onde a intervenção da Fundação Francisco Manuel dos Santos assume tendencialmente maior relevo — as áreas da demografia e população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, instituições públicas, grandes serviços públicos, relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

A atividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos é, e sempre será, norteadada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos atua, e sempre atuará, com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos funcionarão como os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

Na prossecução das suas atividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pela Fundadora.

II – Código de boas práticas

Introdução e Princípios Gerais

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, adiante designada «Fundação» ou «FFMS», rege-se pelos seus Estatutos, pela sua Carta de Princípios e pelo presente Código de Boas Práticas.

A Fundação rege-se:

- a) Pelo **princípio da transparência** de normas e procedimentos, sendo públicos todos os seus códigos, regulamentos e dispositivos normativos, e devendo as atas das reuniões dos seus órgãos estatutários reproduzir integral e fidedignamente o que nelas ocorreu;
- b) Pelo **princípio democrático**, sendo as decisões dos seus órgãos colegiais tomadas por maioria e igualdade de votos, com voto de qualidade nos casos especificamente previstos;
- c) Pelo **princípio da lealdade institucional**, cabendo a todos os titulares de órgãos estatutários e colaboradores da FFMS o cumprimento dos princípios e da missão da Fundação e, bem assim, dos seus regulamentos e normas e das deliberações dos seus corpos diretivos, devendo ainda agir de acordo com padrões de boa-fé, diligência, responsabilidade, zelo e cuidado, e ainda por elevados princípios éticos de integridade e lealdade, em conformidade com os princípios de ética e conduta profissional elencados no presente Código de Boas Práticas;
- d) Pelos **princípios da verdade e da legalidade**, assumindo a Fundação o compromisso de que toda a informação por si prestada é atual, objetiva, verdadeira, clara e completa, respeitando as disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis.

Âmbito de aplicação

Salvo disposição em contrário, o Código de Boas Práticas da Fundação é aplicável a todos os titulares dos seus órgãos estatutários e a todos os colaboradores, constituindo também uma referência para o público no que se refere aos padrões de ética e conduta exigíveis à Fundação.

Princípios e regras funcionais

Relação com o público

A conduta dos titulares dos órgãos estatutários e dos colaboradores da Fundação nas relações com os beneficiários da ação da FFMS deve pautar-se por práticas honestas, transparentes, esclarecidas, profissionais e diligentes, por forma a desenvolver vínculos de confiança e credibilidade, dessa forma contribuindo para o sucesso e fiabilidade da Instituição.

Relação com entidades externas à Fundação

Os contactos, formais ou informais, com representantes de outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, devem sempre refletir as orientações e as posições da Fundação, devendo os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores pautar o seu relacionamento por critérios de qualidade, integridade, cortesia e transparência.

Seleção e recrutamento de colaboradores e fornecedores

A Fundação seleciona os seus colaboradores e fornecedores mediante uma avaliação objetiva e transparente, tendo por critérios, nomeadamente, o seu mérito, as condições de prestação de serviços e de fornecimento, a garantia de qualidade nos bens e serviços prestados e o cumprimento das melhores práticas ambientais.

Missão

Todos os colaboradores são indispensáveis à prossecução da missão e dos fins estatutários da Fundação, que se pretende sejam desenvolvidos de forma sustentada e alicerçados na criação de uma cultura baseada nos valores da confiança, respeito mútuo, responsabilização e desenvolvimento de objetivos e, bem assim, de disciplina laboral.

Ambiente de trabalho e cultura organizativa

A Fundação assume como objetivos prioritários a criação e manutenção de um clima organizacional e social de bem-estar que estimule o desenvolvimento profissional e pessoal de cada indivíduo e, bem assim, que reconheça e premeie o esforço e a contribuição individual e coletiva com vista à prossecução da sua missão.

Ação social

A Fundação assume o compromisso de desenvolver uma política de ação social efetiva e de integração social tendo em vista responder às necessidades dos colaboradores, com o objetivo de melhorar o seu bem-estar e a sua qualidade de vida.

Proibição de discriminação

Na sua atuação, todos os titulares dos órgãos estatutários e colaboradores da Fundação não podem praticar atos que envolvam qualquer tipo de discriminação ou assédio, nomeadamente com base nas ligações pessoais ou familiares, raça, género, idade, orientação sexual, capacidade física, convicções ideológicas, religiosas ou outras.

Proibição de comportamentos ofensivos

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem, igualmente, abster-se do uso de linguagem imprópria ou inadequada e de outros comportamentos que, por ação ou omissão, possam ser considerados ofensivos pelos colaboradores ou que consubstanciem qualquer pressão que possa razoavelmente ser considerada abusiva.

Proteção de dados pessoais

1. A Fundação assume o compromisso de proteger os dados pessoais a que, em razão da sua natureza e atividade específica, tenha acesso e/ou dos quais seja depositária, obrigando-se ao cumprimento do dever de confidencialidade, não podendo os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores, por qualquer forma, divulgar, transmitir ou utilizar dados pessoais e/ou informação confidencial, exceto se no âmbito normal das suas funções e/ou em cumprimento da lei ou de decisão judicial transitada em julgado.

2. Quando verificadas as exceções anteriormente previstas, os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação conformarão estritamente a sua conduta às normas legais e às melhores práticas em matéria de tratamento de proteção de dados pessoais e informação confidencial.

Higiene, segurança e saúde no trabalho

Os colaboradores da Fundação devem cumprir as ordens e instruções dos seus superiores hierárquicos em matéria de higiene, segurança e saúde no trabalho, devendo, nomeadamente, abster-se do consumo de álcool ou substâncias ilícitas no exercício das suas funções.

Proteção ambiental

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem adotar as melhores práticas de proteção ambiental, nomeadamente promovendo uma gestão eco-eficiente, de forma a minimizar o impacto ambiental das atividades e uma utilização responsável dos recursos da Fundação.

Dever de zelo e rigor técnico e profissional

Os colaboradores da Fundação devem exercer a sua atividade com o máximo zelo e rigor técnico e profissional, promovendo a melhoria contínua dos padrões de qualidade do serviço prestado pela FFMS, deles se esperando, nomeadamente:

- a) Que conheçam e atuem de acordo com as normas e instruções aplicáveis ao exercício da sua função;
- b) Que procurem continuamente aperfeiçoar e melhorar os seus conhecimentos.

Dever de informação e reporte

Sempre que possível, e de acordo com critérios de razoabilidade e prudência, devem os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação reportar quaisquer atos em desconformidade com a lei e o presente Código, nomeadamente de pressão abusiva ou de assédio, de que tenham conhecimento, não podendo, por isso, ser punidos ou prejudicados.

Dever de informação funcional

1. Para além do adequado desempenho das tarefas de que forem incumbidos, os colaboradores da Fundação deverão proceder de forma transparente, mantendo os seus superiores hierárquicos e outros colaboradores intervenientes nos mesmos processos ao corrente do seu trabalho.

2. É contrária ao dever de lealdade institucional a omissão de factos ou informações que possam afetar o bom nome, a integridade, ou a qualidade dos serviços prestados pela Fundação, os quais devem ser sempre reportados de acordo com critérios de prudência e razoabilidade e pelos canais hierárquicos adequados.

Reserva funcional e dever de sigilo profissional

1. Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação não podem divulgar ou transmitir informações obtidas no desempenho das suas funções, nem a pessoas externas à Fundação, nem a outros colaboradores que delas não necessitem para o cumprimento das suas funções.

2. É igualmente vedada aos titulares dos órgãos estatutários e aos colaboradores da FFMS a utilização de informação a que tenham acesso no desempenho das suas funções para promover interesses próprios ou de terceiros.

Recursos da Fundação

1. Cada um dos titulares dos órgãos estatutários e dos colaboradores da Fundação é responsável pelo uso adequado e pela proteção dos ativos

e dos recursos da FFMS, ficando, assim, obrigado a utilizar tais ativos e recursos para o respetivo fim social e a proteger os mesmos contra fraude, furto, alteração ou perda decorrente de atos próprios e/ou de terceiros, velando pela sua conservação e pelo seu bom uso.

2. Compete aos órgãos estatutários e, em particular, aos responsáveis pela gestão dos recursos da Fundação adotar procedimentos e conduta que assegurem a prudência e um uso parcimonioso dos meios disponíveis, o combate ao desperdício e a proscrição de despesas voluptuárias e gastos incompatíveis com o perfil e a missão da FFMS.

3. Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem respeitar e proteger o património da Fundação. Os recursos da Fundação devem ser utilizados de forma eficiente, com vista à prossecução dos objetivos definidos e não para fins pessoais, devendo os colaboradores zelar pela sua proteção e bom estado de conservação e não permitir a utilização abusiva por terceiros dos seus serviços, equipamentos e instalações.

4. Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem ainda, no âmbito da sua atividade, adotar todas as medidas adequadas e justificadas no sentido de limitar os custos e as despesas da Fundação, com a finalidade de permitir a utilização mais eficiente dos recursos disponíveis.

Proibição de perceção de ofertas ou outros benefícios

1. Em respeito pelos princípios da transparência, da imparcialidade e da independência, os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação estão impedidos de receber quaisquer oferendas, pagamentos ou outros benefícios de cliente, fornecedor e/ou beneficiário, que de qualquer forma se relacionem com a sua atividade na Fundação.

2. Nestes termos, é declarada como norma a recusa deliberada de ofertas cujo valor de mercado exceda os € 150,00.

Corrupção

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem opor-se ativamente a todas as formas de corrupção, ativa ou passiva, tendo especial atenção a quaisquer formas de pagamentos, favores e cumplicidades que possam induzir a criação de vantagens ilícitas, tais como ofertas ou recebimentos de fornecedores ou outras entidades.

Conflito de interesses

1. Entende-se que existe conflito de interesses, atual ou potencial, sempre que os titulares dos órgãos estatutários ou os colaboradores permanentes da Fundação tenham um interesse pessoal ou privado,

direto ou indireto, que em determinada matéria possa influenciar, direta ou indiretamente, o desempenho imparcial e objetivo das suas funções ou por qualquer forma colida, potencial ou efetivamente, com o interesse da Fundação no âmbito de uma determinada deliberação, e, bem assim, de quaisquer circunstâncias relativas ao titular de órgão estatutário ou ao colaborador em causa ou a um terceiro suscetíveis de, naquele contexto, limitar por qualquer forma a sua imparcialidade.

2. Por interesse pessoal ou privado entende-se qualquer potencial vantagem para o próprio, para os seus familiares e afins, para o seu círculo de amigos, para outro titular de órgão estatutário ou colaborador permanente da Fundação, para empresa em que tenha interesses ou instituição a que pertença.

3. Os eventuais conflitos de interesses deverão ser imediatamente comunicados, consoante os casos, ao superior hierárquico, ao presidente do Conselho de Administração ou ao presidente do Conselho de Curadores.

4. Se o superior hierárquico, o presidente do Conselho de Administração ou o presidente do Conselho de Curadores concluir pela existência de um conflito de interesses, depois de analisada a situação exposta pelo administrador em questão, decidirá que este não participa na discussão e/ou votação das deliberações em apreço ou meramente relacionadas.

5. As atas das reuniões dos órgãos estatutários da Fundação deverão reproduzir qualquer situação de conflito de interesses assumida pelos respetivos membros.

6. Os titulares dos órgãos estatutários deverão, consoante os casos, enviar ao presidente do Conselho de Curadores ou ao presidente do Conselho de Administração, nos 30 dias subsequentes à entrada em vigor do presente Código, uma lista das instituições ou empresas das quais sejam membros ou nas quais ocupem qualquer função, bem como proceder à sua atualização sempre que se verifiquem quaisquer alterações.

7. Será criado um Registo de Interesses através de um Regulamento, divulgado na página oficial da Fundação na Internet.

Exclusividade

1. O exercício pelos colaboradores ou membros da Comissão Executiva de quaisquer atividades profissionais externas à Fundação, remuneradas e não remuneradas, deverá ser sempre previamente autorizado pelo Conselho de Administração.

2. Os colaboradores ou membros da Comissão Executiva poderão exercer atividades científicas ou académicas, podendo dedicar-se à docência

ou à investigação, proferir conferências, redigir livros ou artigos de natureza técnico-científica ou desenvolver outras atividades da mesma natureza, mesmo quando o tema se relacione com o âmbito das suas atribuições profissionais, e ainda exercer funções não executivas em outras instituições.

3. O exercício de uma atividade profissional externa que diminua substancialmente o tempo disponível dos colaboradores ou membros da Comissão Executiva para o exercício das suas atribuições deverá refletir-se, necessariamente, na respetiva remuneração.

4. Os colaboradores ou membros da Comissão Executiva da Fundação deverão comunicar ao presidente do Conselho de Administração todas as funções que exercem, a título remunerado ou não remunerado, noutras instituições.

Incompatibilidades

1. São incompatíveis com o exercício das suas atribuições como colaboradores ou membros da Comissão Executiva da Fundação, nomeadamente, os seguintes cargos ou funções:

- a) Titular ou membro de qualquer órgão de soberania;
- b) Função executiva ou consultiva em outras fundações.

2. O Conselho de Administração deliberará caso a caso quanto ao exercício de funções executivas em empresas públicas ou privadas pelos membros da Comissão Executiva.

Atividades Políticas

1. No exercício de atividades cívicas ou políticas, os colaboradores e os titulares dos órgãos estatutários da Fundação devem preservar a independência da FFMS e não comprometer a sua capacidade e a sua aptidão para prosseguir as suas atribuições nos termos dos respetivos Estatutos.

2. Os membros da Comissão Executiva, Coordenadores e Consultores de Área não podem fazer parte de quaisquer órgãos de direção política ou executiva nacional nem ser porta-vozes de partidos políticos.

Disposições finais

Publicidade

1. O Código de Boas Práticas da Fundação é público e deverá ser divulgado e colocado à disposição de todos os colaboradores, em suporte eletrónico através da Intranet, e prevê a possibilidade de, através de um processo continuado e participativo, se proceder à sua atualização e adaptação.

2. A Fundação deverá adotar medidas eficazes para informar o público sobre o presente Código, designadamente disponibilizando-o na sua página oficial na internet.

3. No processo de admissão de colaboradores da Fundação deverá constar a declaração de conhecimento e aceitação do presente Código.

Sanções

A violação de qualquer norma ou princípio subjacente e imanente ao presente Código de Boas Práticas pode implicar para o incumpridor a abertura de procedimento disciplinar.

Dúvidas e omissões

1. Para esclarecimento de dúvidas que se coloquem a propósito das matérias objeto do presente Código, para a comunicação de qualquer irregularidade ou para a resolução de eventuais problemas será nomeado um Curador que ficará especialmente responsável pela aplicação do presente Código, devendo ser-lhe veiculado diretamente qualquer pedido de esclarecimento, queixa ou outros assuntos que os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação considerem ser de colocar junto do Conselho de Administração ou do Conselho de Curadores.

2. Nas situações omissas no presente Código, compete ao Conselho de Administração ou ao Conselho de Curadores, consoante os casos, deliberar em harmonia com a Carta de Princípios da Fundação.

Entrada em vigor

O presente Código entra em vigor na data da sua divulgação por todos os colaboradores e serviços da Fundação e obriga, sem exceção, todos aqueles abrangidos pelo seu âmbito tal como nele definido, não lhes sendo lícito a invocação de desconhecimento e/ou obscuridade como causa de exclusão de culpa e/ou responsabilidade.

Alteração, modificação ou substituição

O presente Código apenas pode ser alterado, modificado ou substituído, total ou parcialmente, por deliberação conjunta do Conselho de Curadores e do Conselho de Administração da Fundação.

Anexo IV

Declaração de Utilidade Pública de 2010 e Ratificação de 2023



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho

Declaração de Utilidade Pública

A **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, pessoa colectiva de direito privado n.º 508867380, com sede em Lisboa,

Promove e aprofunda o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas, através da elaboração de estudos sobre temas seleccionados, publicando os resultados no site Prodata, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objecto dos trabalhos, com especial relevo nas áreas da demografia e da população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, as cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, as instituições públicas, os grandes serviços públicos, as relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

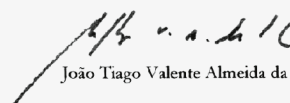
Instituída e reconhecida há cerca de um ano, a Fundação Francisco Manuel dos Santos prossegue, assim, fins de interesse geral e desenvolve, sem fins lucrativos, a sua intervenção em favor da comunidade em áreas de relevo social.

Tratando-se de uma fundação, não tem aplicação o prazo de três anos previsto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro, o qual podia, no entanto, ser dispensado visto estarem reunidas as condições das alíneas a) e b) do n.º 3 do mesmo artigo.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 132/UP/2009 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho da Ministros, e no uso dos poderes que me foram subdelegados pelo Ministro da Presidência através do Despacho n.º 4213/2010, de 26 de Fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 48, de 10 de Março de 2010, declaro a Fundação Francisco Manuel dos Santos pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

Presidência do Conselho de Ministros, 12 de Março de 2010

O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros


João Tiago Valente Almeida da Silveira



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho n.º 4150/2023

Sumário: Renova, pelo prazo de 10 anos, o estatuto de utilidade pública da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Renovação do estatuto de utilidade pública de fundação

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, pessoa coletiva n.º 506867380 com sede em Lisboa, foi instituída por escritura pública de 12.2.2009 e reconhecida pelo Despacho n.º 13592/2009, de 12 de junho.

Pelo Despacho n.º 5159/2010, de 23 de março, obteve a declaração de utilidade pública ao abrigo do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro.

O estatuto de utilidade pública foi confirmado ao abrigo do n.º 7 do artigo 6.º da Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, pelo Despacho n.º 3294/2013, de 1 de março, pelo período de cinco anos e renovado pelo Despacho n.º 6654-D/2018, de 6 de julho.

Para cumprimento do disposto no artigo 19.º da Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, aprovada em anexo à Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, veio pedir a renovação do estatuto.

Verificando que se mantêm todos os pressupostos e requisitos legais, conforme exposto na informação dos serviços n.º I/662/2023/SGPCM do processo administrativo n.º 1788/2022 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, e no uso dos poderes que me foram subdelegados pela Ministra da Presidência através do Despacho n.º 7937/2022, de 29 de junho, renovo o estatuto de utilidade pública da Fundação Francisco Manuel dos Santos, nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, aprovada em anexo à Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, na sua redação atual.

A renovação é válida por 10 anos, produzindo efeitos desde 6 de julho de 2023.

24 de março de 2023. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros,
André Moz Caldas.

316320166

Anexo V

Despacho de Autorização de Alteração Estatutária



Despacho

No uso dos poderes delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 3440/2016, de 25 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março de 2016, ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 2553/2016, de 11 de fevereiro de 2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 35, de 19 de fevereiro, e com os fundamentos constantes da informação DAJD/1186/2016, que mereceu a concordância da Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação e da Secretária-Geral Adjunta da Presidência do Conselho de Ministros, que faz parte integrante do processo administrativo n.º 17/FUND/2016-SGPCM, defiro o pedido de autorização de alteração estatutária apresentado pelos órgãos próprios da Fundação Francisco Manuel dos Santos, nos termos do artigo 189.º do Código Civil e do artigo 31.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro.

A Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa,

Graça Fonseca

Anexo VI

Despacho de Isenção de IRC

FINANÇAS, AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

DESPACHO

Para efeitos do n.º 2 do artigo 10.º do Código do IRC, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, reconhece-se à Fundação Francisco Manuel dos Santos, NIF 508 867 380, com sede no Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, Lisboa, a isenção de IRC nos termos e com a seguinte amplitude:

- CATEGORIA B - Rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais e industriais desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários.
- CATEGORIA E - Rendimentos de capitais, com exceção dos provenientes de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;
- CATEGORIA F - Rendimentos Prediais;
- CATEGORIA G - Incrementos Patrimoniais

Esta isenção aplica-se a partir de 2017.01.01, de acordo com a alínea b) do n.º 3 do artigo 65.º do CPPT, ficando condicionada à observância continuada dos requisitos estabelecidos nas alíneas a), b), e c) do n.º 3 do artigo 10.º do Código do IRC, com as consequências, em caso de incumprimento, previstas nos n.ºs 4 e 5 desta disposição.

Lisboa, 17 de janeiro de 2022

Por subdelegação de competências,

A Subdiretora-Geral

Teresa Gil

Assinado de forma
digital por Teresa Gil
Dados: 2022.01.17
18:01:45 Z

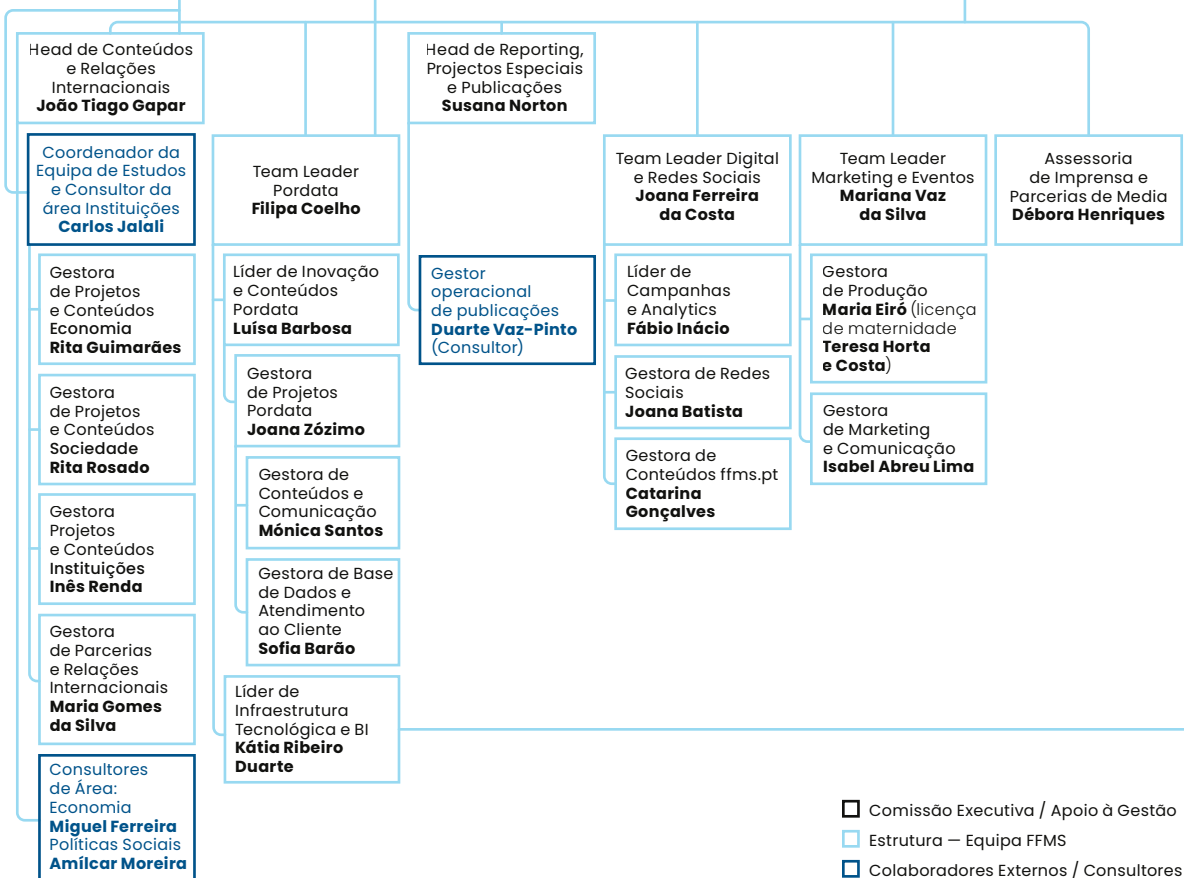
Anexo VII

Organigrama da Fundação a 31/12/2025



COMISSÃO EXECUTIVA

Assessoria Financeira **José Quinta**
 I.T. Sistemas e Processos **Géssio Moreira** (part time 50%)
 Recursos Humanos **Inês Pinto Coelho** (part time 50%)
 Assessoria Executiva **Cristina Cabral**



- Comissão Executiva / Apoio à Gestão
- Estrutura – Equipa FFMS
- Colaboradores Externos / Consultores

Anexo VIII

Procedimentos para a Avaliação de Atividades da Fundação

1) A avaliação das atividades da Fundação será feita no cumprimento dos princípios de bom governo nos termos do número 5 do Artigo 2 dos Estatutos, nomeadamente a adequação aos objetivos e propósitos da Fundação; conformidade com os Estatutos, os Planos e os Orçamentos; isenção e independência científica, política e económica; relevância social, política ou cultural; seriedade e frugalidade; e prestação de contas.

2) A avaliação das atividades da Fundação tem como objetivo assistir o Conselho da Administração e a Comissão Executiva do Conselho da Administração no cumprimento das suas responsabilidades nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno, especificamente na tomada de decisões sobre atividades e publicações em curso, a manter, ou a desenvolver, assim como a cessar.

3) Em nenhum momento a avaliação das atividades da Fundação inibe o poder de decisão do Conselho da Administração e da Comissão Executiva do Conselho da Administração nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno.

4) As avaliações podem ser internas e externas.

5) As avaliações internas serão periódicas e assentam nos princípios da responsabilização interna e da prestação de contas.

6) As avaliações externas serão excecionais e assentam nos princípios da transparência, da consulta externa, da isenção, da independência e da exogamia.

7) A avaliação das atividades da Fundação enquanto elemento de consulta e de suporte à decisão será da competência da Comissão Executiva, exceto quando envolva um montante superior a 100 mil euros nos termos do Regulamento Interno.

8) A Comissão Executiva informará previamente o Conselho de Administração de todas as avaliações que pretende realizar e do seu curso, incluindo os seguintes elementos formais:

- a) Tipo de avaliação;
- b) Objetivo da avaliação;
- c) Nome dos avaliadores;
- d) Termos de referência da avaliação;
- e) Calendário da avaliação;
- f) Metodologia da avaliação.

9) A Comissão Executiva informará o Conselho de Administração de todas as avaliações realizadas e terminadas, cujos resultados e relatórios finais serão fornecidos aos membros do Conselho de Administração que os solicitarem.

10) Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno, o Conselho de Administração poderá solicitar à Comissão Executiva uma avaliação interna ou externa com o objetivo específico de assistir o Conselho de Administração no exercício das suas competências.

Anexo IX

Protocolos e Parcerias em Vigor a 31/12/2025

Protocolos e parcerias

- Âmbito Cultural do El Corte Inglés
- APEL, Associação Portuguesa de Editores de Livros
- Arquivo da RTP
- Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico (ADIST)
- Biblioteca Nacional de Portugal
- Brookings Institution
- CNN
- CMTV, Programa «Falar Global»
- DOMP — Instituto de Estudos
- Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
- FNAC
- Fundação Casa de Mateus
- El Corte Inglés
- ICS da UL, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa
- ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa
- ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão
- *Jornal de Negócios*
- *Jornal Económico*
- *Jornal Expresso*

- *Jornal Público*
- NFORUMEXECUTIVOS — Formação e Consultoria
- NOW
- Observador
- Oeiras Valley
- Rádio Comercial
- Rádio Renascença
- Rede de Bibliotecas Escolares
- RTP, Radiotelevisão de Portugal
- SIC
- SIC Notícias
- TVI
- Universidade Católica Portuguesa
- Universidade de Aveiro, UA
- Universidade de Lisboa, UL
- Universidade do Minho, UM
- Universidade do Porto, UP
- Universidade Nova de Lisboa, UNL
- V-Dem: Varieties of Democracy

Fontes da Pordata

Portugal/Municípios

- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE)
- Banco de Portugal (BdP)
- Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM)
- Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
- Assembleia da República (AR)
- Procuradoria-Geral da República (PGR)
- Comissão Nacional de Eleições (CNE)
- Governo dos Açores
- Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM)
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA)
- Instituto das Florestas e Conservação da Natureza da Madeira (IFCN Madeira)
- Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas do Governo dos Açores (SRAAC Açores)

- Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS)
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

Presidência (MP)

- Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I. P. (AIMA)
- Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)

Administração Interna (MAI)

- Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT)
- Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI)

Agricultura e Pescas (MAP)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)

Ambiente e Energia (MAE)

- Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Direção-Geral do Território (DGT)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)

Assuntos Parlamentares (MAP)

- Direção-Geral do Ensino Superior (DGES)
- Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. (ICA)
- Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. (IPDJ)

Coesão Territorial (MCT)

- Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL)
- Direção-Geral do Território (DGT)

Cultura (MC)

- Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)
- Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. (ICA)
- Museus e Monumentos de Portugal, E. P. E. (MMP)

Economia (ME)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT)
- Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. (ICA)
- Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)

Educação, Ciência e Inovação (MECI)

- Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)
- Direção-Geral do Ensino Superior (DGES)
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (FCT)
- Instituto de Avaliação Educativa, I. P. (IAVE)
- Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P. (IGeFE)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)
- Júri Nacional de Exames (JNE)
- Rede de Bibliotecas Escolares (RBE)

Finanças (MF)

- Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)
- Caixa Geral de Aposentações (CGA)
- Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)
- Direção-Geral do Orçamento (DGO)
- Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (ADSE)

Infraestruturas e Habitação (MIH)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.(IMT)

Justiça (MJ)

- Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI)

Juventude e Modernização (MJM)

- Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. (IPDJ)

Saúde (MS)

- Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS)
- Direção-Geral de Saúde (DGS)
- INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. (INFARMED)

- Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA)
- Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)

- Caixa Geral de Aposentações, I. P. (CGA)
- Direção-Geral da Segurança Social (DGSS)
- Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT)
- Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)
- Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS)
- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P. (IGFSS)
- Instituto de Informática, I. P. (II)
- Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP)

Europa

- Departamento de Estatística da União Europeia (Eurostat)
- Comissão Europeia (CE)
- Organização das Nações Unidas (ONU)
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

Anexo X

Órgãos Sociais da Fundação a 31/12/2025

Conselho de Curadores

José Soares dos Santos, Presidente

Alda Carvalho

António Lobo Xavier

Jaime Gama

Luís Amado

Maria Manuel Mota

Nuno Garoupa

Ricardo Reis

Comissão de Vencimentos

José Soares dos Santos, Presidente

António Lobo Xavier

Luís Amado

Conselho de Administração

Fátima Barros, Presidente

António Araújo

Inês Soares dos Santos Canas

Luísa Loura

Teresa Mourão-Ferreira

Comissão Executiva

Fátima Barros, Presidente

António Araújo, Diretor de Publicações

Luísa Loura, Diretora da Pordata

Teresa Mourão-Ferreira, Diretora-Geral

Conselho Fiscal

Henrique Soares dos Santos, Presidente

Paula Prado

Auditor Externo, EY

Anexo XI

Lista de Estudos da Fundação

Estudos divulgados em 2012 (4)

1. Desigualdade Económica em Portugal

Coordenação: Carlos Farinha Rodrigues (Instituto Superior de Economia e Gestão)

2. Projeções 2030 e o Futuro

Coordenação: Maria Filomena Mendes (Instituto Superior de Economia e Gestão) e Maria João Valente Rosa (Universidade de Évora)

3. Droga e Propinas: Avaliações de impacto legislativo

Coordenação: Ricardo Gonçalves (Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa)

4. Justiça Económica em Portugal

Coordenação: Mariana França Gouveia (Universidade Nova de Lisboa), Nuno Garoupa (Universidade George Mason) e Pedro Magalhães (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

Estudos divulgados em 2013 (9)

1. Segredo de Justiça

Coordenação: Fernando Gascón Inchausti (Universidade Complutense de Madrid)

2. Informação e Saúde

Autora: Rita Espanha (Instituto Universitário de Lisboa)

3. Escolas para o Século XXI: Liberdade e autonomia na educação

Autor: Alexandre Homem Cristo (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

4. Que Ciência Se Aprende na Escola?

Coordenação: Margarida Afonso (Escola Superior de Educação de Castelo Branco)

5. 25 Anos de Portugal Europeu:

A economia, a sociedade e os fundos estruturais

Coordenação: Augusto Mateus (Instituto Superior de Economia e Gestão)

6. O Cadastro e a Propriedade Rústica em Portugal

Coordenação: Rodrigo Sarmento de Beires (Associação de Municípios da Terra Quente Trasmontana)

7. Custos e Preços na Saúde:

Passado, presente e futuro

Coordenação: Carlos Costa (antigo governador do Banco de Portugal)

8. Processos de Envelhecimento em Portugal: Usos do tempo, redes sociais e condições de vida

Coordenação: Manuel Villaverde Cabral (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

9. Literatura e Ensino do Português

Autores: José Cardoso Bernardes e Rui Afonso Mateus (Faculdade de Letras de Coimbra da Universidade de Coimbra)

Estudos divulgados em 2014 (10)

1. Mais Diários de Uma Sala de Aula

Coordenação: Maria Filomena Mónica (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

2. Portugal nas Decisões Europeias: Introdução ao estudo

Coordenação: Alexander Trechsel e Richard Rose (Instituto Universitário de Florença)

3. Mortalidade Infantil em Portugal: Evolução dos indicadores e fatores associados de 1988 a 2008

Coordenação: Xavier Barreto (Centro Hospitalar de S. João EPE) e José Pedro Correia (Observatório Português de Canábis Medicinal)

4. Ensino da Leitura no 1.º Ciclo do Ensino Básico: Crenças, conhecimentos e formação dos professores

Autores: João A. Lopes, Maria Gabriela Velasquez, Leandro S. Almeida (Universidade do Minho), Louise Spear-Swerling (Southern Connecticut State University), Célia Oliveira (Universidade Lusófona do Porto) e Luísa Araújo (Instituto Superior de Educação e Ciências)

5. Os Tempos na Escola: Estudo comparativo da carga horária em Portugal e noutros países

Autoras: Ana Maria Seixas, Armanda Matos, Maria Isabel Festas e Patrícia Frias Fernandes (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra)

6. A Ciência na Educação Pré-escolar: A promoção da literacia científica em jardim de infância em Portugal

Autoras: Maria Filomena Gaspar (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra), Maria Lúcia Santos (Associação de Profissionais de Educação de Infância) e Sofia Saraiva Santos

7. Juízes na Europa: Formação, seleção, promoção e avaliação

Autor: Carlos Gómez Ligüerre (Universitat Pompeu Fabra)

8. O Ministério Público na Europa

Autores: José Martín Pastor (Universidade de Valência), Luís Eloy Azevedo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa) e Pedro Garcia Marques (Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa)

9. Feitura das Leis: Portugal e a Europa

Coordenação: João Caupers (Nova School of Law), Marta Tavares de Almeida (Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Universidade de Lisboa) e Pierre Guibentif (Instituto Universitário de Lisboa)

10. Inquérito à Fecundidade 2013

Coordenação: INE (Instituto Nacional de Estatística)

Estudos divulgados em 2015 (8)

1. O Quinto Compromisso: Desenvolvimento de um sistema de garantia do desempenho educativo em Portugal

Autores: Margaret E. Raymond e Yohannes Negassi (CREDO, Universidade de Stanford)

2. Ciência e Tecnologia em Portugal: Métricas e impacto (1995–2011)

Autores: Armando Vieira (Stratified Medical) e Carlos Fiolhais (Universidade de Coimbra)

3. Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa (1951–2011): Evolução e perspetivas

Coordenação: Mário Leston Bandeira (Associação Portuguesa de Demografia)

4. A Economia do Futuro: A visão de cidadãos, empresários e autarcas

Coordenação: João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

5. Valores, Qualidade Institucional e Desenvolvimento em Portugal

Coordenação: Alejandro Portes (Princeton University) e M. Margarida Marques (Universidade Nova de Lisboa)

6. Três Décadas de Portugal Europeu: Balanço e perspetivas

Coordenação: Augusto Mateus (ex-ministro da Economia)

7. O Multimédia no Ensino das Ciências: Cinco anos de investigação e ensino em Portugal

Autores: João Paiva, Carla Morais e Luciano Moreira (Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)

8. Cultura Científica em Portugal: Ferramentas para perceber o mundo e aprender a mudá-lo

Autores: António Granado e José Vítor Malheiro (jornalistas)

Estudos divulgados em 2016 (2)

1. Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal:

As consequências sociais do programa de ajustamento
Coordenação: Carlos Farinha Rodrigues (Instituto Superior de Economia e Gestão)

2. Será a Repetição de Ano Benéfica para os Alunos?

Autores: Ana Balcão Reis, Carmo Seabra e Luís Catela Nunes (NOVA SBE)

Estudos divulgados em 2017 (7)

1. Migrações e Sustentabilidade

Demográfica: Perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas

Coordenação: Daniela Craveiro (ISEG/ISCTE), Isabel Tiago de Oliveira (ISCTE), João Peixoto (ISEG) e Jorge Malheiros (Universidade de Lisboa)

2. Limitação de Mandatos

Coordenação: Francisco Veiga e Linda Veiga (Universidade do Minho)

3. Justiça entre Gerações:

Perspetivas interdisciplinares

Coordenação: Gonçalo de Almeida Ribeiro e Jorge Pereira da Silva (Universidade Católica Portuguesa)

4. Mobilidade Social em Portugal

Coordenação: Teresa Bago d'Uva (Erasmus School of Economics)

5. O Estado por Dentro: Uma etnografia do poder e da administração pública em Portugal

Autores: Catarina Frois (ISCTE-IUL), Daniel Seabra Lopes (ISEG), João Mineiro (ISCTE-IUL), Raquel Carvalheira, Ricardo Gomes Moreira e Sofia Bento (ISEG)

6. O Impacto Económico dos Fundos Europeus: A experiência dos municípios portugueses

Coordenação: José Tavares, Ernesto Freitas e João Pereira dos Santos (NOVA SBE)

7. Porque Melhoraram os Resultados PISA em Portugal? Estudo longitudinal e comparado (2000–2015)

Coordenação: Ana Sousa Ferreira (Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa)

Estudos divulgados em 2018 (7)

1. Igualdade de Género ao Longo da Vida: Portugal no contexto europeu

Coordenação: Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa)

2. Dinâmica Empresarial e Desigualdade

Coordenação: Rui Baptista (Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa)

3. Diversificação e Crescimento da Economia Portuguesa

Coordenação: Leonor Sopas (Católica Porto Business School)

4. Encerramento de Multinacionais: O capital que fica

Coordenação: Pedro de Faria (Faculdade de Economia e Gestão da Universidade de Groningen)

5. Orçamento, Economia e Democracia: Uma proposta de arquitetura institucional

Coordenação: Abel M. Mateus (Universidade Nova de Lisboa)

6. Empresas Privadas e Municípios: Dinâmicas e desempenhos

Autores: Ernesto Freitas, João Pereira dos Santos e José Tavares (NOVA SBE)

7. Qualidade da Governação Local em Portugal

Coordenação: António F. Tavares (Florida State University) e Luís de Sousa (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

Estudos divulgados em 2019 (7)

1. As Mulheres em Portugal, Hoje: Quem são, o que pensam e o que sentem

Coordenação: Alex Morell e Laura Sagnier (PRM – Market Intelligence)

2. Financial and Social Sustainability of the Portuguese Pension System

Coordenação: Amílcar Moreira (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa)

3. Instituições e Qualidade da Democracia: Cultura política na Europa do Sul

Coordenação: Tiago Fernandes (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa)

4. Identidades Religiosas e Dinâmicas Sociais na Área Metropolitana de Lisboa

Coordenação: Alfredo Teixeira (Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa)

5. A Evolução da Ciência em Portugal (1987–2016)

Autores: Elizabeth Vieira, Nuno Ferrand, Raquel Vasconcelos (CIBIO, Universidade do Porto), Ester Serrão (Centro de Ciências do Mar, Universidade do Algarve), Fernando Silva, Joana Torres (Universidade do Porto), João Mesquita, Jorge Silva, e Sylwia Bugla

6. Os Tribunais e a Crise Económica e Financeira: Uma análise do discurso judicial

Coordenação: Patrícia André (CEDIS, Universidade Nova de Lisboa) e Teresa Violante (FAU, Nuremberga)

7. Constitutions in Times of Financial Crisis

Coordenação: Tom Ginsburg (Universidade de Chicago) e Georg Vanberg (Universidade de Duke)

Estudos divulgados em 2020 (3)

1. GDP-Linked Bonds in the Portuguese Economy

Autor: Gonçalo Pina (ESCP Business School)

2. Datação dos Ciclos da Economia Portuguesa

Coordenação: Ricardo Reis (London School of Economics)

3. Features of Portuguese International Trade: A firm-level perspective

Coordenação: João Amador (NOVA SBE)

Estudos divulgados em 2021 (6)

1. Artificial Intelligence Pathways and Opportunities: A view from Portugal

Coordenação: João Castro
(NOVA SBE)

2. A Pobreza em Portugal: Trajetos e quotidianos

Coordenação: Fernando Diogo
(Universidade dos Açores)

3. Financial Constraints and Business Dynamics: Lessons from the 2008–2013 recession

Autores: Carlos Carreira (Universidade de Coimbra), Ernesto Nieto-Carrillo, João Eira (CeBER) e Paulino Teixeira (Universidade de Coimbra)

4. Transport Systems in Portugal: Analysis of efficiency and regional impact

Autores: Álvaro Costa (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto), Carlos Oliveira Cruz, João Fragoso Januário, Vítor Faria e Sousa (Instituto Superior Técnico) e Joaquim Miranda Sarmento (ISEG)

5. Do Made in ao Created in: Um novo paradigma para a economia portuguesa

Coordenação: Fernando Alexandre
(Universidade do Minho)

6. Os Jovens em Portugal, Hoje: Quem são, que hábitos têm, o que pensam e o que sentem

Coordenação: Alex Morell e Laura Sagnier (PRM – Market Intelligence)

Estudos divulgados em 2022 (8)

1. The Real Estate Market in Portugal: Prices, rents, tourism, and accessibility

Coordenação: Paulo M. M. Rodrigues
(NOVA SBE)

2. Um Novo Normal? Impactos e lições de dois anos de pandemia em Portugal

Coordenação: Carlos Jalali
(Universidade de Aveiro) e Nuno Monteiro (Universidade de Yale)

3. O Financiamento das PME Portuguesas: A crise e a recuperação entre 2008 e 2018

Coordenação: Clara Raposo (Instituto Superior de Economia e Gestão)

4. Os Grupos de Interesse no Sistema Político Português

Coordenação: Marco Lisi (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa)

5. Financing Entrepreneurship in Portugal

Coordenação: Miguel A. Ferreira
(NOVA SBE)

6. Território de Bem-estar: Assimetrias nos municípios portugueses

Coordenação: Rosário Mauritti
(Instituto Universitário de Lisboa)

7. O Estado Regulador em Portugal: Evolução e desempenho

Coordenação: Ana Lourenço
(Católica Porto Business School)

8. Ethics and Integrity in Politics: Perceptions, control, and impact

Coordenação: Luís de Sousa e Susana Coroado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

Projetos científicos divulgados em 2023 (4)

1. Como Comemos o Que Comemos: Um retrato do consumo de refeições em Portugal (estudo)

Coordenação: Ana Isabel Costa (Católica Lisbon School of Business)

2. A Crise da Habitação nas Grandes Cidades: Uma análise (policy paper)

Coordenação: Paulo M. M. Rodrigues (NOVA SBE e Banco de Portugal)

3. Afinal, Quantas Pessoas Se Abstêm em Portugal? (policy paper)

Coordenação: João Cancela (Nova FCSH) e José Santana Pereira (ISCTE-IUL)

4. Barómetro da Habitação (barómetro)

Autores: Alda Azevedo (ICS-ULisboa) e João Pereira dos Santos (ISEG-ULisboa)

Projetos científicos divulgados em 2024 (6)

1. O Impacto do IRC na Economia Portuguesa (estudo)

Coordenação: Pedro Brinca (NOVA SBE)

2. Understanding Ageism in the Workplace (estudo)

Coordenação: David Patient (Vlerick Business School)

3. O Atribulado Divórcio do Gás Russo na Europa (policy paper)

Autoras: Samantha Gross e Constanze Stelzenmüller (Brooking Institution)

4. Barómetro da Política Europeia (barómetro)

Autoras: Ana Maria Belchior (ISCTE-IUL) e Lea Heyne (ICS-ULisboa)

5. Barómetro da Corrupção (barómetro)

Autores: Luís de Sousa (ICS-ULisboa) e Susana Coroado (Dublin City University)

6. Barómetro da Imigração: A perspetiva dos portugueses (barómetro)

Coordenação: Rui Costa Lopes (ICS-ULisboa)

Projetos científicos divulgados em 2025 (10)

1. Continuidade e Mudança nas Políticas Públicas em Portugal (1976-2020) (estudo)

Autores: António F. Tavares, Patrícia Silva e Pedro Camões (Universidade de Aveiro)

2. Abstenção Eleitoral em Portugal: Mecanismos, impactos e soluções (estudo)

Autores: José Santana Pereira (ISCTE-IUL) e João Cancela (NOVA FCSH)

3. Automação e Inteligência artificial no Mercado de Trabalho Português: Desafios e oportunidades (policy paper)

Coordenação: Rui Baptista (Instituto Superior Técnico)

4. A Expansão dos Cursos Profissionais em Portugal: Que impacto na educação, no emprego e no empreendedorismo? (policy paper)

Coordenação: Luís Catela Nunes (NOVA SBE)

5. Compreender as Incertezas Políticas e dos Mercados na Era da Transição Energética (policy paper)

Autores: Mark Finley e Samantha Gross (Brookings Institution)

6. Os Riscos e as Oportunidades da Agenda da UE para o Comércio Verde (policy paper)

Autores: Trevor Sutton e Sagatom Saha (Brookings Institution)

7. Depois da Crise Energética: Respostas políticas na Península Ibérica (policy paper)

Autores: Ana Fontoura Gouveia, Gonzalo Escribano, Ignacio Urbasos Arbeloa e João Fachada (Brookings Institution)

8. O Papel do Setor Energético na Guerra da Ucrânia (policy paper)

Autores: Maciej Zaniewicz e Danylo Moiseienko (Brookings Institution)

9. Barómetro do Poder Local (barómetro)

Autores: Filipe Teles e Nuno F. da Cruz (Universidade de Aveiro)

10. Barómetro do Turismo (barómetro)

Coordenação: Paulo M. M. Rodrigues (NOVA SBE)

Anexo XII

Lista dos Ensaios da Fundação, 2010–2025

2010

1. Ensino do Português

Maria do Carmo Vieira

**2. Economia Portuguesa, As Últimas
Décadas**

Luciano Amaral

3. Portugal: os Números

Maria João Valente Rosa
e Paulo Chitas

4. Justiça Fiscal

José Luis Saldanha Sanches

5. Difícil É Educá-los

David Justino

6. Autoridade

Miguel Morgado

**7. Propriedade Privada: Entre
o Privilégio e a Liberdade**

Miguel Nogueira de Brito

13. Corrupção

Luís de Sousa

14. Portugal e o Mar

Tiago Pitta e Cunha

**15. Sondagens, Eleições e Opinião
Pública**

Pedro Magalhães

16. A Televisão e o Serviço Público

Eduardo Cintra Torres

17. Os Atrasos da Justiça

Conceição Gomes

18. A Morte

Maria Filomena Mónica

19. Ensaio Respublicano

Fernando Catroga

20. O Governo da Justiça

Nuno Garoupa

21. Liberdade e Informação

José Manuel Fernandes

2011

8. Filosofia em Directo

Desidério Murcho

9. Segurança Social.

Fernando Ribeiro Mendes

10. A Ciência em Portugal

Carlos Fiolhais

11. Economia, Moral e Política

Vitor Bento

12. Discriminação da Terceira Idade

Sibila Marques

2012

22. A Nova Medicina

João Lobo Antunes

**23. Classe Média: Ascensão
e declínio**

Elísio Estanque

**24. Portugal: Dívida pública e o défice
democrático**

Paulo Trigo Pereira

25. Forças Armadas em Portugal

General Loureiro dos Santos

26. O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa

Maria João Valente Rosa

27. Matemática em Portugal: Uma questão de educação

Jorge Buescu

28. O Ensino da História

Gabriel Mithá Ribeiro

29. Portugal, Portugueses: Uma identidade nacional

José Manuel Sobral

30. A Crise, a Família e a Crise da Família

Mónica Leal Silva

2013

31. O Trabalho: Uma visão de mercado

Mário Centeno

32. O Futuro do Estado Social

Filipe Carreira da Silva

33. Pela Sua Saúde

Pedro Pita Barros

34. Liberdade de Expressão em Tribunal

Francisco Teixeira da Mota

35. Sobre a Morte e o Morrer

Walter Osswald

36. A Sexualidade dos Portugueses

Sofia Aboim

37. Os Investimentos Públicos em Portugal

Alfredo Marvão Pereira

38. Parcerias Público-Privadas

Joaquim Miranda Sarmiento

39. Portugal e a Europa: Os números

Maria João Valente Rosa
e Paulo Chitas

40. A Identidade Cultural Europeia

Vasco Graça Moura

2014

41. Economia Paralela

Nuno Vilarinho Gonçalves

42. O Futuro da Floresta em Portugal

João Santos Pereira

43. Educação e Liberdade de Escolha

Paulo Guinote

44. Sons e Silêncio da Paisagem Sonora Portuguesa

Carlos Alberto Augusto

45. Migrações e Cidadania

Gonçalo Saraiva Matias

46. O Cancro

Manuel Sobrinho Simões

47. Os Portugueses e o Mundo

Raquel Vaz-Pinto

48. Pseudociência

David Marçal

49. Sociedade Civil

Tiago Fernandes

2015

50. Confiança nas Instituições Políticas

Ana Belchior

51. Ética com Razões

Pedro Galvão

52. Crianças e Famílias num Portugal em Mudança

Mário Cordeiro

53. A Agricultura Portuguesa

Francisco Avillez

54. O Parlamento Português

Jorge Fernandes

55. Adolescentes

Maria do Céu Machado

56. Política Externa Portuguesa

Tiago Moreira de Sá

57. O Dinheiro

Mário Santos

2016

58. Rússia e Europa: Uma parte do todo

José Milhazes

59. Portugal e o Espaço

Manuel Paiva

60. Política e Entretenimento

José Santana Pereira

61. O Futuro da União Europeia

Eugénia da Conceição-Heldt

62. Portugal e o Atlântico

Bernardo Pires de Lima

63. Turismo em Portugal

Vera Barros

64. A Democracia na Europa

Catherine Moury

65. Pessoas com Deficiência em Portugal

Fernando Fontes

66. Ambiente em Portugal

Sofia Guedes Vaz

67. O Valor da Arte

José Carlos Pereira

68. Crise e Crises em Portugal

Carlos Leone

69. Portugal, Um Perfil Histórico

Pedro Calafate

2017

70. Portugal: Paisagem rural

Henrique Pereira dos Santos

71. Portugal e o Comércio Internacional

João Amador

72. Euro e o Crescimento Económico

Pedro Braz Teixeira

73. Os Exportadores Portugueses

Filipe S. Fernandes

74. Partidos e Sistemas Partidários

Carlos Jalali

75. O Sistema Político Português

Manuel Braga da Cruz

76. Futebol: O estádio global

Fernando Sobral

77. A Universidade como Deve Ser

António M. Feijó e Miguel Tamen

78. O Ensino Superior em Portugal

João Queiró

2018

79. Qualidade da Democracia em Portugal

Conceição Pequito Teixeira

80. Hiperatividade e Défice de Atenção

Pedro Strecht

81. Nós e os Outros: O poder dos laços sociais

Maria Luísa Lima

82. A Saúde Mental dos Portugueses

José Miguel Caldas de Almeida

83. As Pescas em Portugal

Álvaro Garrido

84. Cinema e História: Aventuras narrativas

João Lopes

85. Envelhecimento e Políticas de Saúde

Teresa Rodrigues

86. Desperdício Alimentar

Iva Pires

87. Ditadura e Democracia: Legados da memória

Filipa Raimundo

2019

88. Prevenir Doenças e Conservar a Saúde

Francisco George

89. A Energia em Portugal

Jorge Vasconcelos

90. Inteligência Artificial

Arlindo Oliveira

91. Eleições na União Europeia

Nuno Sampaio

92. Administração Pública Portuguesa

António F. Tavares

93. Religião em Sociedade Portuguesa

Alfredo Teixeira

94. A Europa não É Um País Estrangeiro

José Tavares

95. Pode Portugal Ter Uma Estratégia?

Bruno Cardoso Reis

96. Criminalidade e Segurança

Manuela Ivone Cunha

97. As Plantas e os Portugueses: Património, tradição e cultura

Luís Carvalho

98. Saúde Digital: Um sistema de saúde para o século XXI

José Mendes Ribeiro

2020

99. A Habitação Apoiada em Portugal

Ricardo Costa Agarez

100. Património Cultural: Realidade viva

Guilherme D'Oliveira Martins

101. Ferrovia em Portugal: Passado, presente e futuro

Francisco Furtado

102. E Se Eu não Puder Decidir? Saber escolher no final da vida

Lucília Nunes

103. Cuidado Paliativos: Conheça-os melhor

Isabel Galriça Neto

104. O Mundo de Amanhã: Geopolítica contemporânea

Carlos Gaspar

105. Adolescentes: As suas vidas, o seu futuro

Margarida Gaspar de Matos

106. Jobs for the Boys? Nomeações para a Administração Pública

Patrícia Silva

107. Hábitos Alimentares dos Portugueses

Mónica Truninger

2021

108. Os Incêndios Florestais em Portugal

António Bento Gonçalves

109. Descentralização e Poder Local em Portugal

Filipe Teles

110. O Regresso das Ditaduras?

António Costa Pinto

111. Alterações Climáticas

Filipe Duarte Santos

112. Racismo Hoje: Portugal em contexto europeu

Jorge Vala

113. Sexualidade e Reprodução em Portugal:

Os tempos da pandemia

Miguel Oliveira da Silva

114. Riscos Globais e Biodiversidade

Maria Amélia Martins-Loução

115. Lisboa em Metamorfose

João Seixas

116. A Democracia Local em Portugal

António Cândido Oliveira

2022

117. Economia Azul

Duarte Bué-Alves

118. Economia Portuguesa: As últimas décadas (edição revista)

Luciano Amaral

119. Governo de Portugal

Pedro Silveira

120. Galiza: Terra irmã de Portugal

Ramón Villares

121. O Universo: Do Big Bang aos buracos negros

Paulo Crawford

122. Portos em Portugal

Feliciana Monteiro

123. Proteção Social no Portugal Democrático: Trajetórias de reforma

Rui Branco

124. Oceano de Plástico

Paula Sobral

125. Portugal-Brasil: Encontros e esencontros

Carmen Fonseca e Leticia Pinheiro

2023

126. Mente, Cérebro e Educação

Joana Rato

127. O Lixo em Portugal

Andreia Barbosa

128. Sociedade de Consumo e Consumidores em Portugal

Mário Beja Santos

129. Direitos Humanos

Francisco Bethencourt

130. Saúde e Hospitais Privados em Portugal

Miguel Gouveia

131. Os Algoritmos e Nós

Paulo Vicente

132. O Compadrio em Portugal

João Ribeiro-Bidaoui

133. Economia da Educação: Um olhar sobre o sistema de ensino português

Pedro Freitas

134. Desertificação em Portugal

Maria José Roxo

2024

135. Direitos Fundamentais para o Universo Digital

Jorge Pereira da Silva

136. Preconceito e Discriminação

Rui Costa Lopes

137. Património à Solta

Maria Cardeira da Silva

138. Água em Portugal

Rodrigo Proença de Oliveira

139. O Sono dos Portugueses

Sofia Gomes

140. Património Alimentar de Portugal

Maria Manuel Valagão

141. Cibersegurança

Pedro Veiga

142. Psicadélicos em Português

Pedro Teixeira

143. Quem Cuidará de Mim? Problemáticas em torno dos cuidados (in)formais

Ana Paula Gil

2025

144. Aprender

Nuno Crato

145. A Qualidade do Ar

Francisco Ferreira

146. A Inteligência Artificial Generativa

Arlindo Oliveira

147. Tira o Disco e Toca ao Vivo:

A indústria musical em Portugal

João Govern

148. Avós e Netos

Ricardo Peixoto

149. Uma Ideia de Ciência

Joana Gonçalves de Sá

150. Participação Cívica em Portugal

José Carlos Mota

151. Portugal e o Tempo

Fernando Correia de Oliveira

152. Desigualdades em Saúde

Ricardo de Sousa Antunes

15 Anos: Ensaio da Fundação

Vários

Anexo XIII

Lista dos Retratos da Fundação, 2014–2025

2014

1. Prematuros

João Pedro George

2. Portugal em Ruínas

Gastão Brito e Silva

3. Longe do Mar

Paulo Moura

4. Portugal de Perto

José Navarro de Andrade

5. Terra Firme

Nuno Ferreira

6. Na Urgência

Joana Bénard da Costa

2015

**7. Malditos, Histórias de Homens
e de Lobos**

Ricardo J. Rodrigues

8. Aleluia

Bruno Vieira Amaral

9. Atelier

Diogo Freitas Costa

10. A Escola

Paulo Chitas

11. Os Últimos Marinheiros

Filipa Melo

**12. A Porteira, a Madame e Outras
Histórias de Portugueses em França**

Joana Carvalho Fernandes

2016

**13. Telenovelas, Indústria e Cultura,
Lda.**

Eduardo Cintra Torres

14. Alentejo Prometido

Henrique Raposo

15. Esquadra de Polícia

Susana Durão

16. Arigato, Eu

Luís Brito

17. Raízes: O campo na cidade

Ana Sofia Fonseca

**18. Movimento Perpétuo: Histórias
das migrações portuguesas**

Ana Cristina Pereira

2017

19. Guardas de Passagem de Nível

Carlos Cipriano

20. Em Nome da Filha

Carla Maia de Almeida

21. Hotel: Os bastidores

Inês Brasão

22. Peregrinos

Catarina André e Sara Capelo

**23. Vale a Pena? Conversas com
escritores**

Inês Fonseca Santos

24. Trás-os-Montes, o Nordeste

José Rentes de Carvalho

25. Ajudar a Cair

Djaimilia Pereira de Almeida

26. Porto: Última estação

Mariana Pinto Correia

27. Turista Infiltrado

Bernardo Gaivão

2018

28. Terapias, Energias e Outras

Fantasias

João Villalobos

29. Filhos da Químio

Nelson Marques

30. Com a Devida Vénia: Diários dos tribunais

Daniel Seabra Lopes, Ricardo Gomes
Moreira

**31. No Centro do Poder: Governo e
Administração Pública em Portugal**

José Sousa Rego

**32. Da Costa: Praias e montes
da Caparica.**

Lúisa Costa Gomes

33. Vida de Prisão

Pedro Prostre da Fonseca

34. Ainda aqui Estou

Patrícia Carvalho

35. Viver da Morte

Rita Canas Mendes

2019

36. Cientistas Portugueses

David Marçal

37. Arquite-se

Rita Almeida de Carvalho

**38. Efeito Marcelo: O comentário
político na televisão**

Rita Figueiras

39. Quinas e Castelos:

Sinais de Portugal

Miguel Metelo de Seixas

**40. O Macaco Bêbedo Foi à Ópera:
Da embriaguez à civilização**

Afonso Cruz

41. Vila Medieval

Marta Lalanda Prista

2020

**42. Que Nós Estamos Aqui: 12 passos
para a recuperação**

João Tordo

43. Prisões

Catarina Fróis

**44. Cobras, Lagartos e Baratas:
Os melhores amigos do Homem?**

Ana Daniela Soares

**45. Os Pombos da Senhora Alice:
Envelhecer em Portugal**

Ana Catarina André

**46. Quanto Tempo Tem Um Dia:
Experiências da maternidade**

Susana Moreira Marques

**47. Cidade Suspensa: Lisboa
em estado de emergência**

Bruno Vieira Amaral

**48. Culatra: Uma ilha com gente
dentro**

Ana Cristina Leonardo

**49. Regras de Isolamento:
Vida ao redor do centro**

Djaimilia Pereira de Almeida
e Humberto Brito

2021

50. 45 Anos de Combate à Corrupção

Luís Rosa

51. Quando as Escolas Fecharam: Cadernos de pandemia

Paulo Guinote

52. A Blogosfera Portuguesa: Da Coluna Infame ao ocaso de uma era

Sérgio Barreto Costa

53. Museus de Lisboa

Covadonga Valdaliso

54. Adoção Tardia

Maria Sequeira Mendes

55. Os Homens também Choram: Histórias da nova masculinidade

Nelson Marques

56. Homens sem Coração

Guilherme Piló

57. Ilhas da Ria de Aveiro

Maria José Santana

58. Em Que Posso Ser Útil?

Pedro Vieira

2022

59. Campo dos Bargos: O futebol ou a recuperação semanal da infância

José Reis-Sá

60. Vamos ao Teatro

Dina Soares

61. As Invisíveis: Histórias sobre o trabalho da limpeza

Rita Pereira Carvalho

62. Ama o Precipício: Viagem à Mata Nacional do Buçaco

Susana Neves

63. Ser Ator em Portugal

Jacinto Lucas Pires

64. Mandem Saudades: Uma longínqua história de emigração

Mário Augusto

65. Avieiros, hoje

João Francisco Gomes

66. A Religião dos Livros: Alfarrabistas, livrarias e livreiros

Carlos Bobone

67. Castro Laboreiro: Entre brandas e inverneiras

Luísa Pinto

2023

68. Jénifer, ou a Princesa da França: As ilhas (realmente) desconhecidas

Joel Neto

69. O Homem Que Via no Escuro: A Lisboa de Bruno Candé

Catarina Reis

70. Viver Só

Ana Margarida Carvalho

71. O Meu Treinador e Outras Vivências do Desporto de Alto Rendimento

Joana Bértholo

72. Algoritmos: Uma revolução em curso

Diogo Queiroz de Andrade

73. Martim Moniz: Como o desentalar e passar a admirar

José Ferreira Fernandes

2024

74. A Biblioteca: Uma Segunda Casa

Manuel Carvalho Coutinho

75. Revolução Inacabada: O que não mudou com o 25 de Abril

João Pedro Henriques

76. Um Dedo Borrado de Tinta:

Histórias de quem não pôde

aprender a ler

Catarina Gomes

77. Mulheres Refugiadas em Portugal:

De casa para um lugar qualquer

Francisca Gorjão Henriques

78. A Morrer ou a Viver? Histórias de cuidados paliativos

Sofia Teixeira

79. Eles Que Nos Levam: Histórias de motoristas de transportes públicos

Raquel Albuquerque

80. Mulheres Refugiadas em Portugal: De casa para um lugar qualquer (nova edição)

Francisca Gorjão Henriques

81. Ruído: Lisboa, uma cidade que não se cala

João Pedro Pincha

82. Dependência Digital

Pedro Protes

83. Marcas Que Fazem Portugal

Margarida Vaqueiro Lopes

2025

84. Os Salatinas: Coimbra da saudade

Rafael Vieira

85. O Jornal

Rui Frias

86. Os Filhos de Monte Gordo

José Carlos Barros

87. Quando o Museu Fechou

Emília Ferreira

88. A Água das Lágrimas

Cristina Castel-Branco

89. Tejo: Um cruzeiro religioso e cultural

Ana da Cunha

90. Um Tesouro no Deserto

Rui Araújo

91. A Francofonia em Portugal: Está bem e recomenda-se

Helena Tecedeiro

92. O Tanto Que Grita Este Silêncio: Porque se abstêm os portugueses?

Nelson Nunes

Anexo XIV

Lista de Outros Livros da Fundação, 2014–2025

2012

O Futuro da Ficção

António Pedro Vasconcelos

**Alterações Globais: Os desafios
e os riscos presentes e futuros**

Filipe Duarte Santos

**Uma Cultura da Informação para
o Universo Digital**

José Afonso Furtado

A Criança, a Família e o Direito

Eliana Gersão

Limites da Ciência

Jorge Calado

À Procura da Liberdade:

Uma antologia

coord.: Jaime Gama

e Gonçalo Almeida Ribeiro

2013

Os Portugueses em 2030

Vários

Alfabetizar em Democracia

José Morais

**Portugal e a Europa: Novas
cidadanias**

Coord.: Marina Costa Lobo

Inovação em Portugal

Manuel Mira Godinho

2016

Crise e Castigo

Fernando Alexandre, Luís

Aguiar-Conraria, Pedro Bação

Praxe e Tradições Académicas

Elísio Estanque

2019

Crise e Castigo e o Dia Seguinte

Fernando Alexandre, Luís

Aguiar-Conraria, Pedro Bação

2014

A Sala de Aula

Maria Filomena Mónica

Diários de Uma Sala de Aula

Vários

Portugal Europeu: E agora?

Vários

2020

Coleção os Portugueses

Vários

Por onde Vai a Banca em Portugal?

Jorge Braga de Macedo, Nuno

Cassola e Samuel Rocha Lopes

As Plantas e a Alimentação Mundial

José Mendes Ferrão, Luís Mendonça
de Carvalho

2021

Coleção 10 anos da Fundação:

Pensar o tempo comum

Vários

Limites da Ciência (2.ª edição)

Jorge Calado

Artur Pastor

Vários

Verdes Anos: Retratos de juventude

Margarida David Cardoso; Sara
Beatriz Monteiro; Sebastião Almeida

2022

Populismos: Lá fora e cá dentro

José Pedro Zúquete

Paisagem Portuguesa

Duarte Belo e Álvaro Domingues

Ensino Superior e Desenvolvimento

José Ferreira Gomes

2023

Literacia Alimentar: Decisão informada

Joana Sousa

Alimentação e Nutrição nos Primeiros 1000 Dias de Vida

Maria Ana Kadosh

Obesidade: Uma questão de peso?

José Camolas

As Dietas da Moda: Impactos clínicos

Ana Brito Costa

Alimentos de Hoje

Catarina Sousa Guerreiro

E depois da Revolução: Cinco

décadas de democracia

Margarida David Cardoso

Portugal na Idade do Gelo

João Zilhão

2024

Movimento e Brincadeira nos Primeiros Anos de Vida

Rita Cordovil

O Que é Um Estilo de Vida Ativo?

Helena Santa-Clara

Atividade Física na Pessoa Idosa

Maria Fátima Baptista

Atividade Física e Saúde Mental

Adilson Marques

Motivações para Uma Vida Ativa

Pedro Teixeira

Portugal 1974–1975: Revolução, contrarrevolução e democracia

Tiago Fernandes

Constituição: Os limites da política, 1822–1976

Maria Lúcia Amaral

Emblemas de Portugal

Miguel Metelo de Seixas

2025

**O Poder da Literatura: Café Martinho
da Arcada
(1984–1992)**

Maria do Carmo Vieira

Investimento em Ciência

Maria de Lurdes Rodrigues

Emoções e Bem-estar

Cátia Branquinho

Riscos Comportamentais e Saúde

Marina Carvalho

***Burnout*: Uma pandemia**

Tânia Gaspar

Tristeza e Solidão

Gina Tomé

Felicidade e Flexibilidade

no Envelhecimento

Margarida Gaspar de Matos

O Trabalho Forçado

Maria Manuel Leitão Marques, José
Pedro Monteiro, Jorge Félix Cardoso,
e Miguel Bandeira Jerónimo

Anexo XV

A Equipa da Fundação em 2025







Partidos e sistemas partidários
Carlos Jalali

O sistema político português
Manuel Braga da Cruz

Futebol, o estádio global
Fernando Sobral

A Universidade como deve ser
António M. Feijó Miguel Tamen

O Ensino Superior em Portugal
João Filipe Queiroz

Qualidade da democracia em Portugal
Conceição Pequito Teixeira

Hiperactividade e défice de atenção
Pedro Saraiva

Ditadura e democracia
legados da memória
Filipa Raimundo

Prevenir doenças e conservar a saúde
Francisco George

A energia em Portugal
Jorge Vasconcelos

Inteligência artificial
Arlindo Oliveira

Eleições na União Europeia
Nuno Sampaio

Administração pública portuguesa
António Tavares

Religião na sociedade portuguesa
Alfredo Teixeira

Património cultural
Realidade viva
Guilherme d'Oliveira Martins

A ferrovia em Portugal
Passado, presente e futuro
Francisco Furtado

E se eu não puder decidir?
Sabere escolher no final da vida
Lucília Nunes

Cuidados Paliativos
Conheça-os melhor
Isabel Galinha Neto

O mundo de amanhã
Geopolítica contemporânea
Carlos Gaspar

Adolescentes
As suas vidas, o seu futuro
Margarida Gaspar de Matos

Jobs for the boys?
Necessidades para a administração pública
Patrícia Silva

Sexualidade e Reprodução em Portugal
Os Tempos da Pandemia
Miguel Oliveira da Silva

Riscos Globais e Biodiversidade
Maria Amélia Martins-Loução

Lisboa em Metamorphose
João Santos

A Democracia Local em Portugal
António Cláudio de Oliveira

Economia Azul
Duarte Rod Alves

Economia Portuguesa
As Últimas Décadas
Luciano Amaral

Governo de Portugal
Pedro Silva

Mente, Cérebro e Educação
Joana Rato

O Lixo em Portugal
Andreia Barbosa

FUNDACÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

15 ANOS ENSAIOS DA FUNDAÇÃO

Sociedade de Consumo e Consumidores em Portugal
Mário Beja Santos

Direitos Humanos
Francisco Bethencourt

Preconceito e Discriminação em Portugal
Rui Costa Lopes

Património à Solta
Marta Carreira da Silva

Livros leves. Opiniões de peso.

Água em Portugal
Rodrigo Proença de Oliveira

O Sono dos Portugueses
Sofia Gomes

A Inteligência Artificial Generativa
Arlindo Oliveira

Tira o Disco e Toca ao Vivo
A indústria musical em Portugal
João Coburn

Avós e Netos
Ricardo Peveto

Uma Ideia de Ciência
Joana Gonçalves de Sá

A Participação Cívica em Portugal
José Carlos Morais

Portugal e o Tempo
Fernando Correia de Oliveira

Desigualdades em Saúde
Ricardo de Sousa Antunes

15 ANOS

15 ANOS

15 ANOS